

UFRRJ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

DISSERTAÇÃO

**A CONSTRUÇÃO DE MODOS DE VIDA
SUSTENTÁVEIS EM TORNO DA AGRICULTURA NA
CIDADE DO RIO DE JANEIRO:
AGRICULTORES DO MACIÇO DA PEDRA BRANCA**

Bruno Azevedo Prado

2012



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

A CONSTRUÇÃO DE MODOS DE VIDA SUSTENTÁVEIS
EM TORNO DA AGRICULTURA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO:
AGRICULTORES DO MACIÇO DA PEDRA BRANCA

BRUNO AZEVEDO PRADO

Sob a Orientação do Professor

Renato Sergio Jamil Maluf

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – Área de Concentração: Políticas públicas, Estado e atores sociais.

Rio de Janeiro, RJ
Novembro de 2012

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

BRUNO AZEVEDO PRADO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: ____/____/____.

Renato Sergio Jamil Maluf. Dr. CPDA/UFRRJ
(Orientador)

Claudia Job Schmitt. Dra. CPDA/UFRRJ

Flaviane de Carvalho Canavesi. Dra. Consultora MDA/DF

AGRADECIMENTOS

Decido. Pergunto por onde ando. Aceito, bem procedidamente, no devagar ir longe. Voltar, para fim de ida... Cidade grande, o povo lá é infinito.

João Guimarães Rosa

Desde a chegada ao CPDA e ao Rio de Janeiro, quando se inicia este, tive a companhia de pessoas que ajudaram a abrir caminhos e traçar diferentes rotas. É a elas que gostaria de agradecer aqui, embora correndo o risco de cometer injustiças ao não nomear a todos que se fizeram presentes na caminhada.

Agradeço ao professor Renato Maluf, pela orientação e atenção nos momentos de dúvida, além da paciência e a busca de soluções para minhas questões com os prazos. À professora Claudia Job Schmitt que, com atenção e amizade, estimulou leituras, criatividade e a entrada no mundo das redes. Devo a eles grande parte dos incentivos para que essa dissertação tomasse corpo, seja em momentos de conversa ou durante suas aulas, nas quais foram formuladas as principais questões que permearam a pesquisa. Junto de Flaviane Canavesi, a quem também agradeço pela participação na banca de defesa, agradeço as sugestões e críticas e o incentivo a continuidade dos estudos.

Agradeço a oportunidade de poder ter completado o mestrado na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e a bolsa de estudos da CAPES que possibilitou minha estadia no Rio de Janeiro. No CPDA, agradeço aos demais professores com quem cursei disciplinas e, especialmente, Jorge Romano e Leonilde Medeiros, por suas contribuições na banca de qualificação. Agradeço à Silvia Andrade, Rita – na biblioteca, e à Terêsa, Marcos e Henrique pela ajuda com os trâmites burocráticos e a atenção durante o curso.

O processo de construir a dissertação não traria mais alegrias sem a presença dos colegas e amigos do CPDA. Agradeço em especial os colegas de turma que acompanharam as primeiras questões serem formadas. Também lá, Ana Paula Campos, Ana Isabel Marquez, Marco Antonio Teixeira, Debora Azevedo, Jaqueline Luz, Juliano Palm, Malu Azevedo, Damiana Campos foram importantes para que dois anos passassem sem que eu quase percebesse que já era tempo bastante para que minha admiração e agradecimento a eles já estarem estabelecidos. “Em casa”, meus agradecimentos especiais a Junior Wesz, Sandra Kitakawa, Simone Pillon, Sergio Barcellos, Mirna Oliveira, Socorro Lima e Josiane Wedig.

Ao professor Benedito (Bené) Oliveira, na UFSJ, que foi responsável em grande parte pelo começo desta história. Aos queridos amigos Sandra Resende e Luis Nascimento. Da Sandra, guardo o recente desejo compartilhado de viver o *et cetera* e agradeço por toda ajuda na etapa final da dissertação.

Na Rede Carioca de Agricultura Urbana, tive o prazer e alegria de conversar, trocar ideias, construir planos, compromissos e ideais, trabalhar com, receber ajuda de pessoas a quem sou mais que grato. Os agricultores, grupos da agroecologia e todos que fazem parte dessa rede são parte importante dessa dissertação. Agradeço a oportunidade de ter compartilhado momentos e trabalho com Bernardete Montesano, Silvia Baptista e Monica Chiffolleau. Ao Marcio Mendonça, sem quem não teria chegado a toda essa rede e com quem aprendi bastante sobre a agricultura na cidade em caronas pelo Rio. Estendo também os agradecimentos à equipe do Programa de Agricultura Urbana na AS-PTA, Danielle Sanfins, Claudemar Mattos, Uschi, Eric. À Annelise Fernandez sou muito grato pelas dicas preciosas

sobre seu trabalho no Maciço da Pedra Branca e pela oportunidade de fazer parte desse processo. Estendo também meus agradecimentos à equipe do Profito.

Nenhuma dessas pessoas é responsável, naturalmente, por falhas deste trabalho. Sem minha família e o apoio para estar aqui, tudo seria mais difícil. A eles só posso agradecer e desculpar-me por ausências. Não fossem os empurrões e apoios de todos e tantos outros a quem não pude mencionar, o caminho, que só é feito ao caminhar, como diz o poema, não existiria. À Erika Kress, por ter trilhado o caminho em companhia ininterrupta.

RESUMO

PRADO, Bruno Azevedo. **A construção de modos de vida sustentáveis em torno da agricultura na cidade do Rio de Janeiro: os agricultores do maciço da Pedra Branca.** 2012. 77f. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (RJ), 2012.

A pesquisa busca analisar como se organizam pequenos agricultores do Maciço da Pedra Branca no Rio de Janeiro e o cenário diante do qual seus modos de vida e atividades são reconfigurados e valorizados. Busca-se compreender as estratégias a que os agricultores recorrem para manter seus modos de vida num contexto de urbanização e de preservação da natureza na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro em áreas que apresentam histórico de produção agrícola. Na constituição de modos de vida sustentáveis, os agricultores revalorizam suas práticas a partir de novos valores como a agricultura orgânica, a agroecologia e a conservação da natureza. Através da participação em projetos e espaços de mobilização e articulação, constroem meios de reivindicação e acesso embora a sustentabilidade dos modos de vida em torno da agricultura nas regiões estudadas sofra ameaças devido às condições de incerteza e precariedade no que toca ao acesso aos ativos tangíveis, especialmente o acesso à terra.

Palavras-chave: Agricultura urbana e periurbana. Agroecologia. Modos de vida. Associativismo.

ABSTRACT

PRADO, Bruno Azevedo. **The construction of sustainable livelihoods around agriculture in Rio de Janeiro: farmers from Maciço da Pedra Branca.** 2012. 77f. Dissertation (Post-Graduate Program of Social Sciences in Development, Agriculture and Society). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. 2012.

This research analyzes organizational forms of small farmers in Maciço da Pedra Branca in Rio de Janeiro and the background in which their livelihoods and activities are reconfigured and gain new values. It seeks to understand the strategies to which those farmers appeal to maintain their livelihoods in a context of urbanisation and nature preservation in the West Zone of Rio de Janeiro in areas where farming has been practiced. When constituting sustainable livelihoods, farmers add new meanings to their practices such as organic agriculture, agroecology, and conservation of nature. Through participating in projects and spaces of mobilisation and articulation, they construct means to claims and access although the sustainability of livelihoods around agriculture in the studied areas is threatened due to uncertain and precarious conditions of access to tangible assets, especially to land.

Keywords: Urban and Peri-urban Agriculture. Agroecology. Livelihoods. Associativism.

LISTA DE FIGURAS

Figuras 1 e 2 - Fotos da reunião. _____	13
Figura 3 - Mapa de uso do solo 2009: áreas não urbanizadas _____	38
Figura 4 - Mapa das regiões separadas pelo Maciço da Pedra Branca. _____	40
Figura 5 - Principais zonas de abastecimento do então Distrito Federal. _____	41
Figura 6 - Mapa do PEPB, com a localização da sede e das subsedes. _____	46
Figuras 7 e 8 - Moradia e meio de transporte da produção na vertente de Vargem Grande do Parque Estadual da Pedra Branca. _____	50
Figuras 9 e 10 - Vista da sede da Associação Agropirata na Estrada da Batalha, em Rio da Prata e Cartaz com logomarca da associação afixado no espaço de reuniões. _____	61

CONVENÇÕES

Os trechos que aparecem em *itálico*, centralizados, ao longo do texto, representam falas dos interlocutores desta pesquisa. Nessas citações, busca-se respeitar o modo com que a variedade da língua portuguesa foi utilizada pelos interlocutores.

As citações de trabalhos em outros idiomas aparecem com tradução minha, considerando a dificuldade de expressar conceitos que podem não apresentar tradução direta para o português.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I - DESENVOLVIMENTO, MODOS DE VIDA E AGRICULTURA	21
1.1 Trajetórias do desenvolvimento e narrativas do desenvolvimento rural	22
1.2 A abordagem dos modos de vida e suas trajetórias	26
1.3 A perspectiva dos modos de vida efetivamente no século XXI	31
CAPÍTULO II - LUGARES DA AGRICULTURA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: OS AGRICULTORES NO MACIÇO DA PEDRA BRANCA	36
2.1 A Agrogeografia da cidade do Rio de Janeiro	37
2.2 Transformações no espaço da Zona Oeste e o Parque Estadual da Pedra Branca	42
2.3 Algumas questões sobre a agricultura urbana	51
CAPÍTULO III - A CONSTRUÇÃO DE REIVINDICAÇÕES E ACESSO NAS ASSOCIAÇÕES DE AGRICULTORES DO MACIÇO DA PEDRA BRANCA	57
3.1 Associação dos Agricultores Orgânicos da Pedra Branca – Agroprata	58
3.2 Associação dos Agricultores Orgânicos de Vargem Grande – Agrovargem, no contexto do Profito	62
3.3 A reivindicação pela DAP e a Rede Carioca de Agricultura Urbana	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS	73

Todo mundo tinha que ter direito a um quintal, nem que fosse pequenininho. Mesmo que não plantasse nada, que nascesse o que fosse, espontâneo. E ter mato.

Vem grilo, gafanhoto... você vê vagalume... Toda criança tinha que ter direito a brincar com terra, a ter esse espacinho deles. Isso é um privilégio muito grande, faz muitas mudanças na vida da gente...

A gente floresce onde está plantado.

Agricultora da cidade do Rio de Janeiro

INTRODUÇÃO

Minha entrada no mundo da agricultura na cidade do Rio de Janeiro se deu, inicialmente, enquanto eu começava a reformular questões em meu projeto de pesquisa apresentado no CPDA. O tema foi incorporado em minhas preocupações de investigação durante o mestrado num esforço de me aproximar mais dos temas do CPDA e de investigações em andamento com meu orientador. A possibilidade de dialogar, ainda que tangencialmente, com uma temática próxima a de movimentos de contestação social como a economia solidária e a agroecologia foi talvez o principal ponto de ligação com meu projeto inicial, que, pensado a partir de minha experiência com empreendimentos de economia solidária na Região do Campo das Vertentes, em Minas Gerais, estava mais voltado à compreensão da forma com que organizações ditas autogeridas lidavam com os desafios e oportunidades de propostas de tomada de decisões mais horizontalizadas e participativas.

Entusiasmado com experiências e iniciativas em curso na cidade do Rio de Janeiro – nas quais via a tentativa de construção de reivindicações e a busca por diálogos entre a economia solidária e a agroecologia, entre outras questões – iniciei um processo de busca por conhecer a Rede Carioca de Agricultura Urbana, espaço a partir do qual foram construídas as primeiras questões que guiam esta pesquisa. A Rede foi de fundamental importância nesse processo, pois a partir de meu ativo envolvimento nas questões ali levantadas os caminhos foram traçados de modo a me fazer chegar à pequena agricultura que se mantém e é fonte de novas estratégias para os agricultores na Zona Oeste do Rio de Janeiro, área de forte expansão urbana e especulação imobiliária, marcada também, no meio de vida dos agricultores nas associações aqui estudadas, pela existência de uma extensa Unidade de Conservação, o Parque Estadual da Pedra Branca.

Na época, as principais questões que buscava responder diziam respeito ao modo de organização e funcionamento da Rede Carioca de Agricultura Urbana, identificando os atores que a compõem e a constroem a partir de suas práticas. Analisando alguns grupos que participavam da Rede, buscava compreender como foram formados e a forma com que a própria organização em rede desses grupos incidiria sobre os modos de vida, questionando o significado do “estar e se organizar em rede”.

Entre as primeiras reuniões da Rede de que participei marcou-me aquela acontecida em finais de 2010, nos dias 23 e 24 de novembro, na Associação de Moradores do bairro de Vargem Grande, na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Ali, durante o café da manhã, fui conhecendo diversas das pessoas que mais tarde teriam lugar central nesta pesquisa. A reunião iniciou-se com a apresentação da pauta: para aquele dia buscava-se realizar uma avaliação da Rede durante o ano de 2010, traçar planos para o ano seguinte, conhecer melhor, para os que estavam ali, o que é e como se constituía a Rede e as diversas experiências que compunham aquele grupo de modo a buscar uma identidade comum, ou objetivos que fortalecessem a união dos grupos. Além disso, esta era a primeira reunião que acontecia naquela região da cidade. Estavam ali aproximadamente 40 pessoas que tinham histórias bastante diferentes e representavam grupos com iniciativas também muito distintas entre si. Representantes de organizações não governamentais, órgãos de assistência, secretarias municipais, universidades, associações de agricultores, grupos organizados a partir de igrejas, das pastorais, todos vindos de diversas localidades da cidade. Algumas semelhanças nas falas

ali registradas pareciam aflorar: a preocupação com a alimentação e a saúde quando apresentavam suas experiências de hortas caseiras ou comunitárias, a produção de alimentos saudáveis, a relevância de suas iniciativas para divulgação da agroecologia, sempre buscando situar, enquanto falavam, a prática da agricultura em espaços da cidade.

Das pessoas presentes naquela reunião, a maioria vinha da Zona Norte e Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, regiões que vim a conhecer, ainda que pouco, através da Rede. Quando da dinâmica inicial, que consistia da demarcação em um mapa da cidade do Rio de Janeiro desenhado em tecido estendido sobre o chão, os participantes foram demarcando suas posições na cidade e colocando símbolos das iniciativas e grupos de que participavam. Somente três pessoas, eu estava entre elas, se colocaram nas áreas do Centro e da Zona Sul. Essas duas regiões apareciam no mapa em escala bastante reduzida. As outras regiões, Zona Norte e Zona Oeste, são aquelas em que a grande maioria das experiências estão localizadas. Entre os grupos apresentados, estava a ONG Verdejar Proteção Ambiental e Humanismo, grupo formado em 1997, ligado ao movimento ambientalista, com membros voluntários que atuavam na Serra da Misericórdia no Complexo do Alemão. Seu principal objetivo, como na fala de seu coordenador naquela reunião, é o da preservação ambiental, “contendo o crescimento da cidade, na luta contra o loteamento irregular”. Apresentaram sua experiência de sistema agroflorestal e trataram da sua inserção no movimento da agroecologia desde 2005.

Outro grupo, informal, denominado Casa Saúde pela Natureza, era organizado em uma paróquia da igreja católica em Campo Grande e foi apresentado como parte da Rede Fitovida¹: tratavam de questões relacionadas à produção de medicamentos caseiros. Também um grupo de compras coletivas, denominado Rede Ecológica², trazia sua representante. Desde o momento da apresentação de cada um, no qual buscavam também tratar das motivações individuais para participarem da Rede, uma grande diversidade de falas englobou desde “o resgate de conhecimentos da minha avó em Minas” ao “trabalho de sensibilizar jovens para a agroecologia”, passando por “não consigo morar na cidade sem ter horta, é minha tradição”, “nossa agricultura serve como resistência ao crescimento e degradação da cidade” e “somos agricultores que têm relação fetal com a terra”.

¹ A Rede Fitovida foi formada no Rio de Janeiro, no ano 2000, agregando cento e oito grupos de mulheres que produzem remédios com ervas medicinais. A Rede tem como objetivo trocar conhecimentos e encaminhar soluções conjuntas para as dificuldades que enfrentam. É uma organização sem filiação partidária ou religiosa cujas características principais são o trabalho voluntário e a venda de “preparações medicamentosas” a preço de custo. Os grupos são formados por mulheres de 50 anos ou mais, de camadas populares, que se reúnem em cozinhas comunitárias (Rodrigues, 2007).

² A Rede Ecológica é uma associação de consumidores de produtos orgânicos, criada em 2001, no Rio de Janeiro/RJ, buscando facilitar o consumo de alimentos orgânicos e de ajudar pequenos produtores a escoarem sua produção. A compra de produtos orgânicos é realizada de forma coletiva e engaja seus associados em temas que vão desde a saúde pessoal ao modo de vida do pequeno produtor e questões do meio ambiente, além da luta na esfera pública por temas referentes à alimentação e à agricultura familiar orgânica (Carneiro, 2012).

Foram apresentados ali cerca de quinze grupos³ que faziam, dessa forma, parte da Rede Carioca de Agricultura Urbana⁴. É interessante reforçar aqui a presença da nomenclatura *rede* como descritora dessas experiências. O termo aparece com bastante frequência no discurso de distintos indivíduos, organizações e setores: movimentos sociais se organizam em rede, grandes empresas se utilizam deste tipo de organização, programas de políticas públicas são executados a partir de uma configuração reticular – um universo de distintas situações pode ser enumerado quando se trata das recorrências ao termo. Apropriado por tais atores de diferentes formas, o termo ‘rede’, muito devido à sua flexibilidade, pode remeter a configurações díspares que em diversos momentos não dialogam entre si. Boltanski e Chiapello (1999) aludem ao caráter heterogêneo das referências à ideia de rede relacionando-o ao trabalho de aproximação e estabelecimento de coerências entre objetos percebidos anteriormente como pertencendo a lógicas distintas, trabalho este de operações a que os atores se dedicam quando defronte ao imperativo de elaborar justificações para os conflitos impostos entre eles. Mais tarde, também, no segundo dia da reunião, Luiz Poeta, da ONG Verdejar, recitaria um poema de sua autoria tratando de como as redes podiam ser boas ou más, materiais ou imateriais. Daria exemplos das redes de supermercados, bancos, farmácias, máfia e tráfico contrapostos à teia da vida, às redes imateriais, e a ideia de nós (grupo) na rede e aos nós (problemas) da rede.



Figuras 1 e 2 – Fotos da reunião.

Fonte: Acervo online da Rede Carioca de Agricultura Urbana, 2010.

³ Na lista de presença daquela reunião, contei, entre os dois dias, cerca de cinquenta participantes. Além dos grupos citados acima, outras iniciativas foram apresentadas: o grupo A Paz e o Bem Maria Luiza Torres; um grupo do ProJovem Adolescente do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Cecília Meireles, de Campo Grande; a Pastoral da Criança, com grupos organizados na Praia da Brisa, no Jardim Guaratiba, em Campo Grande e Santa Cruz; a Rede de Socioeconomia Solidária da Zona Oeste e as ONGs AS-PTA e PACS.

⁴ Denominação que veio a ser utilizada em fins de 2012. Anteriormente, era chamada de Rede Carioca de Agricultura Urbana.

Estavam também ali representadas duas associações de agricultores, a Agrovargem e a Agroprata. A primeira, localizada em Vargem Grande, se apresentou como um grupo de cerca de nove agricultores e, na pessoa de seu presidente, era quem estava recebendo aquela reunião da Rede, junto de mais outros quatro associados. Mais tarde, a maioria dos que ali pousaram (para continuar a participação no encontro no dia seguinte) ficou na casa dele. A segunda contava na reunião com três representantes, e, ao se apresentarem, trazendo caqui e banana-passa como símbolos de sua produção, reforçaram a fala dos agricultores de Vargem Grande, tratando da principal questão que os afetava: a permanência dos agricultores daquelas associações dentro do Parque Estadual da Pedra Branca.

Na fala de apresentação de cada uma dessas associações foram ressaltados temas que tinham a ver com o acesso a mercados pelos agricultores e temas acerca da agroecologia e agricultura orgânica como possibilidades de garantir e sustentar esses mercados. No caso da Agrovargem, foram mencionados o ponto de venda dos produtos de dois agricultores da associação no bairro; a produção da cúrcuma, ou açafrão-da-terra, planta utilizada na culinária como tempero e que tem propriedades medicinais; a produção de artesanato; a importância de seus principais produtos – a banana e o aipim; a poesia de uma das associadas e a aproximação do universo da agricultura orgânica, principalmente enquanto meio de acessar mercados diferenciados como meio de comercialização. Os associados ressaltaram que o processo de certificação de produção orgânica ainda estava sendo iniciado, mas em suas falas afirmavam que “as pessoas já sabem que a gente não usa veneno”.

A apresentação da Agroprata teve como tema a feira orgânica, da qual participavam há quase dez anos em Campo Grande. A associação tinha lá cinco barracas, onde vendiam, entre outros produtos, caqui e banana, que, de acordo com a representante ali presente, eram as duas frutas “que sustentam e representam hoje a agricultura de Rio da Prata”, sub-bairro de Campo Grande, onde está localizada a associação.

Ambas as associações também se apresentaram como parte do Profito, projeto desenvolvido pela Plataforma Agroecológica de Fitomedicamentos (PAF/ Farmanguinhos/Fiocruz) desde 2006, com três associações de agricultores localizadas no Maciço da Pedra Branca. O Projeto, denominado em sua primeira fase de “Plantas Medicinais no entorno do Parque Estadual da Pedra Branca”, visava capacitar este grupo para a produção de plantas medicinais no âmbito de implantação da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Também estavam ali presentes cinco integrantes da equipe do projeto. Na apresentação das duas associações, foi ressaltada a importância que o Profito tinha para o fortalecimento do associativismo, como no caso da Agroprata – “a associação estava muito fraca e com o Profito foi fortalecida” – e, no caso da Agrovargem, que foi criada no contexto do projeto. As duas associações, além do Profito e da Rede Carioca de Agricultura Urbana, são grupos com os quais eu me envolvi em seguida e que se tornaram objeto de análise nesta pesquisa.

A princípio, as questões que estimularam esta pesquisa estavam bastante direcionadas aos componentes e à forma de organização da Rede Carioca de Agricultura Urbana devido, principalmente, ao fato de que esta tenha sido minha porta de entrada para o mundo da agricultura e da agroecologia na cidade do Rio de Janeiro. Acompanhando sistematicamente as reuniões e os encontros que se davam nos ‘bastidores’ e em outros fóruns em que a Rede era representada, percebia a emergência de um tipo de mobilização que vinculava questões próprias da agricultura familiar e suas movimentações políticas no país ao modo de vida de

agricultores da cidade do Rio de Janeiro, inclusive aqueles que produzem em áreas da cidade com um largo histórico agrícola. Nestes espaços de mobilização e representação, tomei por vezes o papel de representante e de mediador, me envolvendo, como colaborador, no projeto de extensão “Ampliação e fortalecimento das atividades agroindustriais das associações de agricultores do Maciço da Pedra Branca /RJ” ao longo de 2012. É a partir da experiência no âmbito da Rede Carioca de Agricultura Urbana, complementada com a participação neste projeto, que as questões desta pesquisa tomam forma.

Esta pesquisa busca analisar a forma com que se organizam em associações pequenos agricultores⁵ do Maciço da Pedra Branca no Rio de Janeiro e o cenário – composto pelos lugares da agricultura, redes, espaços de participação e diferentes atores – diante do qual seus modos de vida e atividades são reconfigurados e valorizados. Para tanto, são levantadas questões a partir da literatura proveniente dos estudos sobre desenvolvimento, especialmente aquela relacionada à abordagem dos modos de vida (livelihoods approach) e dos recentes desenvolvimentos no Brasil sobre questões acerca da agricultura urbana e periurbana, suas possíveis relações com a segurança alimentar e nutricional e o desenvolvimento do associativismo.

Nesse sentido, busco, nesta dissertação, descrever as estratégias que são articuladas em conjunto entre os agricultores e outros agentes de modo a construir modos de vida sustentáveis num contexto de urbanização e preservação da natureza. Ao analisar os modos de vida de agricultores organizados em duas associações localizadas na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro, a Agrovargem e a Agropirata, busco situar suas trajetórias, recursos e as estratégias de manutenção e adaptação ante uma dada realidade. Nesse contexto, também é possível compreender diferentes significados e valores que a agricultura vem a adquirir, seja por agentes externos ou pelos próprios agricultores, de forma a manter seu lugar central como meio de vida para aqueles que se dedicam à prática agrícola nos espaços da cidade. Ao longo desta dissertação, pretendo descrever como podem ser conferidos distintos valores e significados à prática da agricultura em espaços de urbanização – a Zona Oeste do Rio de Janeiro – e em espaços de conservação e incerteza – o Parque Estadual da Pedra Branca – de modo a tornar-se possível a constituição de modos de vida sustentáveis em torno da agricultura em espaços da cidade.

Quanto a modos de vida, entendo, seguindo a definição original e mais elementar do conceito formulado por Chambers e Conway (1992, p. 6), que este “consiste em capacidades,

⁵ Durante o texto, utilizo “pequena agricultura” ou “pequenos agricultores” para descrever o meio de vida de agricultores no Maciço da Branca, embora talvez fosse mais apropriado utilizar “agricultura familiar”, “agricultura urbana” ou mesmo “agricultura familiar urbana”, como os próprios atores o fazem para descrever suas práticas. No entanto, minha opção pela primeira expressão se dá somente pelo fato de que as demais aparecerão ao longo da pesquisa como categorias que atuam na valorização e na construção de reivindicações dos agricultores do Maciço da Pedra Branca.

ativos (estoques, recursos, reivindicações e acesso) e atividades necessárias para um meio de vida”. Segue, assim, ainda recorrendo a esses autores, que um modo de vida consiste em pessoas, suas capacidades e seus meios de vida: alimentação, renda e ativos; estes últimos entendidos como tangíveis e intangíveis. Os ativos tangíveis se referem a recursos e estoques: os primeiros, exemplificados pelos autores, como terra, água, rebanhos, equipamentos e ferramentas, e os segundos, como alimentos, roupas, joias, poupanças. Os ativos intangíveis se referem a reivindicações (demandas e apelos feitos por suporte ou acesso material, moral ou prático; têm uma dimensão coletiva, já que são realizadas em tempos de contingência por indivíduos organizados ou agências a parentes, vizinhos, chefes, organizações não governamentais, governos ou comunidade internacional) e acesso (entendido como a oportunidade em prática de se utilizar um recurso, estoque ou serviço, ou obter informação, material, tecnologia, emprego, alimento ou renda). É a partir dos ativos que as pessoas constroem ou conseguem seus meios de vida, utilizando-se de trabalho físico, habilidades, conhecimento e criatividade.

O ponto de partida das análises que levam em conta a abordagem dos modos de vida é simples: sua questão geral consiste na pergunta acerca de como vivem pessoas diferentes em diferentes lugares, buscando descrever e dar foco à diversidade. Para Scoones (2009), a simplicidade da perspectiva deriva do olhar desenvolvido pelos pesquisadores em relação à sua investigação: “olhar para o mundo real e tentar entender as coisas a partir de perspectivas locais. As respostas que se seguem devem se articular com tais realidades e não tentar impor categorias artificiais e divisões sobre realidades complexas”. O caráter descritivo da abordagem faz retratar uma rede de atividades e interações que enfatizam a diversidade de formas com que as pessoas ganham a vida.

A flexibilidade do conceito de modos de vida parece ter permitido sua ampla difusão a diferentes atores, como organizações multilaterais, agências de pesquisa, movimentos sociais e organizações não governamentais, que lidam com questões do desenvolvimento, seja analiticamente ou em situações de intervenção social e política em diversas partes do globo. Não é surpreendente, por isso, que a utilização do termo receba diferentes adjetivações, como afirma Scoones (2009), na construção de campos de investigação e prática relacionados ao desenvolvimento. Chambers e Conway (1992), por exemplo, já afirmavam na formulação inicial do conceito que sua utilização não era restrita ao âmbito rural. Tais construções de práticas intervencionistas podem se referir a adjetivações relacionadas à localização, ocupação, diferenças sociais, trajetórias, padrões dinâmicos e tantas outras (Scoones, 2009). Assim, o que pode ser chamado de certa polissemia inerente ao conceito de modos de vida constitui uma de suas maiores qualidades ao mesmo tempo em que é alvo de críticas. Se, por um lado, permite a referida amplitude do conceito, por outro, permite que as abordagens baseadas em modos de vida sejam aplicadas através de análises sintéticas que muitas vezes não dão conta da própria diversidade a que o conceito se refere.

Para a constituição desta pesquisa, realizei trabalho de campo entre o final de 2010 e início de 2012. Participei de reuniões da Rede Carioca de Agricultura Urbana, de encontros realizados pelo Profito e de reuniões das associações. De orientação qualitativa, essa pesquisa se utiliza da metodologia do estudo de caso como meio para descrever o cenário que toma a noção de modos de vida como central para perceber os sentidos que a agricultura na cidade do Rio de Janeiro tem para os agricultores da Pedra Branca.

Para Ventura (2007, p. 384),

(...) o estudo de caso como modalidade de pesquisa é entendido como uma metodologia ou como a escolha de um objeto de estudo definido pelo interesse em casos individuais. Visa à investigação de um caso específico, bem delimitado, contextualizado em tempo e lugar para que se possa realizar uma busca circunstanciada de informações.

O estudo de caso, segundo Flyvbjerg (2006), permite com que se desenvolva uma narrativa caracterizada por sua natureza contextual e ambígua onde o pesquisador não se coloca como narrador onisciente. Ao contrário, a participação nos espaços das reuniões, visitas às propriedades dos agricultores e momentos de entrevista permitiu com que fossem aparecendo questões que mudaram o rumo de minhas questões inicialmente propostas. Ainda, de acordo com o autor, os estudos de caso devem contar a história a que se propõem em sua diversidade, permitindo que ela se desdobre em muitas histórias de muitos lados, complexas e as às vezes conflitantes.

Assim como em outros métodos de pesquisa qualitativa, a discussão sobre a neutralidade do pesquisador e a tendência a uma subjetivação dos dados também se faz presente em relação ao estudo de caso. É interessante retomar aqui considerações acerca dos esforços realizados na tentativa de compreensão da totalidade da realidade social. Como afirma Law (2004), vários teóricos da ciência social reconheceram a incapacidade de suas teorias darem conta da riqueza ou multiplicidade do mundo, não podendo alcançar mais do que uma parte dele. O autor aponta como Marx, Simmel, Weber, Benjamin, entre outros, lidaram com essa constatação e com o fato de que não podemos “sair do mundo” para obter uma “vista a partir do lugar-nenhum” que uniria todos os processos e teorias. Também Wagner (1979), em introdução à obra de Alfred Schutz, enfatiza que “aquilo que, em qualquer situação dada, é formulado, comunicado e compreendido é apenas uma fração do que poderia ter sido percebido” (grifo meu) (p.23). Desse modo, entendo que tais frações da realidade a que busco apresentar desta pesquisa são dadas devido à proximidade da realidade, inerente ao estudo de caso, e o processo de aprendizado que ela gera para o pesquisador, que são partes constituintes de um pré-requisito para maior compreensão de dada situação (Flyvbjerg, 2006).

Nos encontros de que participei, busquei desenvolver como ferramenta metodológica a observação participante. Nela, é primordial saber ouvir, olhar e buscar compreender a realidade pesquisada, a partir da atenção a dados importantes que podem surgir de situações inesperadas ou de situações corriqueiras. Para Whyte (2005), a observação participante depende primeiramente de uma fase exploratória, na qual o pesquisador busca conhecer e negociar sua entrada em campo. A partir de então, busca integrar-se ao grupo observado, lembrando que as respostas que receberá para suas indagações e as relações que estabelecerá dependem de seu posicionamento no grupo. Por isso, sua presença deve ser esclarecida, em termos de objetivo de pesquisa, e sua postura deve ser diferenciada dos demais, uma vez que, a princípio, o pesquisador não faz parte daquele grupo.

Foram também realizadas entrevistas semiestruturadas no final de 2011 e início de 2012. Conforme orienta Duarte (2004), as entrevistas são um bom instrumento de coleta de dados quando se tem como objetivo o mapeamento de práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, nos quais os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados. É possível, assim, fazer uma espécie de mergulho em

profundidade, analisando as percepções de cada entrevistado e o modo como significam a sua realidade. Antes de fazer a entrevista, é preciso que o pesquisador tenha como definidos seus objetivos, conhecendo com profundidade o contexto em que pretende pesquisar e tendo introjetado o roteiro da entrevista (para evitar “engasgos” no momento da realização), além de apresentar segurança e certo grau de informalidade (para que o entrevistado não se sinta constrangido), sem deixar de lado os objetivos de sua pesquisa.

Nesta pesquisa, foram realizadas entrevistas com dez agricultores, sendo seis associados da Agrovargem e quatro associados da Agroprata. Também foram entrevistados dois mediadores, membros da equipe do Profito. Antes das entrevistas, os entrevistados foram esclarecidos quanto aos objetivos da pesquisa. As entrevistas foram gravadas em áudio e posteriormente transcritas. Nas entrevistas com agricultores, priorizei compreender a relação do entrevistado com a agricultura com questões relacionadas à produção, comercialização, participação em redes e projetos e suas perspectivas de futuro. Nessas entrevistas foram levantadas as primeiras informações sobre as propriedades onde a agricultura era praticada. Também visitei algumas das propriedades dos agricultores. Ademais, as duas posteriores entrevistas com membros da equipe do Profito foram importantes por estes serem informantes privilegiados acerca dos modos de vida dos agricultores dada sua prévia inserção entre eles, no decorrer do projeto e na constituição de uma das associações. O seguinte quadro sintetiza informações acerca dos entrevistados:

E1	Agricultor associado da Agrovargem. Tem 56 anos. Está na associação desde que esta foi fundada. Tem um sítio em Vargem Grande, de 4,8 hectares, localizado nos limites do Parque Estadual da Pedra Branca onde reside com o filho. Produz e comercializa principalmente banana, entre outras frutas como laranja, jaca, abacate. Sua produção é comercializada no ponto de venda da associação em Vargem Grande.
E2	Agricultor associado da Agrovargem. Tem 56 anos e faz parte da associação desde a fundação. Reside no sítio, localizado nos limites do Parque, com sua companheira. Sua produção consiste principalmente em banana e aipim e é também comercializada no ponto de venda da associação em Vargem Grande, em dias alternados com o agricultor (E1), com quem divide o ponto.
E3	Agricultora. Tem 52 anos e se associou à Agrovargem em 2011. Tem como companheiro (E2) e o ajuda na venda e na roça. Também tem outras atividades eventuais.
E4	Presidente da Agrovargem. Está na associação desde a fundação desta. Tem 54 anos. Reside com a esposa, também associada, e filha. A família tem sítio nos limites do Parque. Tem outras atividades como fonte de renda: trabalho com obras de construção e serviços de portaria e segurança. A produção do sítio é vendida para outro associado que a comercializa em feiras livres na Zona Oeste. Desde o início de 2012, é representante da Rede Carioca de Agricultura Urbana no Consea-Rio.
E5	Agricultora. Tem 63 anos. Associou-se à Agrovargem em 2011. Sua renda provém de aposentadoria e do comércio que mantém em sua residência com a família em Vargem

	Grande, fora dos limites do Parque. Trabalhou em feiras livres, comercializando a produção de sua família, de origem portuguesa. Hoje tem um ‘quintal agroeológico’ com várias frutas, temperos e plantas medicinais, que também são vendidos em pontos de venda e ocasiões de eventos.
E6	Agricultor. Associado da Agrovargem desde sua fundação. Tem 52 anos. Reside com a família, esposa e filhos. Tem produção maior de banana, aipim, batata-doce, abacate, ovos, entre outros, comercializados em feiras livres.
E7	Agricultor. Associado da Agroprata. Tem 53 anos. Reside com a esposa, filho, nora e netos. É aposentado. O filho também é agricultor. O sítio fica dentro dos limites do Parque. Sua produção, principalmente banana e caqui, é comercializada no Circuito Carioca de Feiras Orgânicas e para intermediários de feiras livres.
E8	Agricultor. Associado da Agroprata. Tem 63 anos. Sua produção, principalmente banana, aipim e caqui, entre outras frutas, é vendida em sua totalidade no Circuito Carioca de Feiras Orgânicas. O sítio também é localizado nos limites do Parque.
E9	Agricultor. Associado da Agroprata. Tem 52 anos. Divide o trabalho com seu pai, de 76 anos. O sítio é localizado dentro dos limites do Parque. A produção é comercializada no Circuito Carioca de Feiras Orgânicas e na Feira Orgânica de Campo Grande.
E10	Agricultora e massoterapeuta. É associada da Agroprata, mas reside em Santíssimo, bairro próximo a Campo Grande e Rio da Prata. Reside com o esposo no sítio de, aproximadamente, 3,5 hectares. Também participa da feira orgânica de Campo Grande, onde comercializa pães e outros alimentos integrais, além de frutas e polpas que produz.
M11	Associada da Agrovargem. Moradora de Vargem Grande, à época da entrevista, fazia parte da equipe do Profito. É pedagoga. Teve importante função como mediadora na constituição da associação, sendo associada, e, a partir de 2012, atua no projeto de extensão da UFRRJ “Ampliação e fortalecimento das atividades agroindustriais das associações de agricultores do Maciço da Pedra Branca /RJ”.
M12	Membro da equipe do Profito desde o início do projeto. Sócia colaboradora da Agrovargem. É professora da UFRRJ e coordena o projeto de extensão “Ampliação e fortalecimento das atividades agroindustriais das associações de agricultores do Maciço da Pedra Branca /RJ”. Realizou pesquisa de doutorado sobre a constituição do Parque Estadual da Pedra Branca e os agricultores da região.

É importante salientar que o trabalho de campo ocorreu num período marcado pela reivindicação dos agricultores por políticas públicas voltadas à agricultura e, a partir de minha inserção na Rede, participei da articulação de um grupo que envolveu projetos de assessoria e grupos que apoiam a agricultura na cidade: o Projeto Semeando Agroecologia (AS-PTA), o Profito (Farmanguinhos/FIOCRUZ) e a Rede Ecológica (Grupo de compras coletivas de produtos orgânicos). Nesse grupo, identificado na Rede como Mutirão Pró-DAP, composto

por mim, Annelise Fernandez, da equipe do Profito; Claudemar Mattos, da equipe da AS-PTA; Monica Chiffolleau, da Rede Ecológica; e Bernardete Montesano, da Rede Carioca de Agricultura Urbana, em parceria com os agricultores, buscamos identificar as possibilidades dos agricultores terem acesso à DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF, documento necessário para acessar políticas de compras governamentais. Os diagnósticos das propriedades realizados por esse grupo foram de grande importância no levantamento dos dados apresentados nesta pesquisa, junto das reflexões que partilhamos.

Esta dissertação está organizada da seguinte forma: nesta primeira parte, são apresentadas as questões que levaram ao desenho dos objetivos da pesquisa e a descrição dos procedimentos metodológicos. O Capítulo I trata da relação entre desenvolvimento e agricultura, apresentando a abordagem dos modos de vida e contextualizando seu surgimento em meio às narrativas do desenvolvimento rural. Também ali são apresentadas as principais questões que a abordagem permite levantar e algumas das críticas a ela direcionadas.

No Capítulo II, ‘Lugares da agricultura na Cidade do Rio de Janeiro: os agricultores no Maciço da Pedra Branca’, segue uma discussão acerca das transformações do espaço na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro, onde está localizado o Parque Estadual da Pedra Branca e os bairros de Vargem Grande e Rio da Prata. Este capítulo busca tratar da relação dos agricultores com os espaços de pressão da urbanização e espaços de conservação e a incerteza dali gerados, além de tratar de alguns dos significados que a agricultura passa a ter no contexto da cidade.

No Capítulo III, são tratadas as estratégias dos agricultores na busca por um determinado tipo de desenvolvimento que preserve seus modos de vida diante do contexto marcado por diversos tipos de pressões, descritas no capítulo anterior. São apresentadas neste capítulo as associações Agrovargem e Agroprata, o Profito e a Rede Carioca de Agricultura Urbana, como meios por onde são construídas reivindicações e condições de acesso.

CAPÍTULO I

DESENVOLVIMENTO, MODOS DE VIDA E AGRICULTURA

Enquanto meio de analisar o cenário da agricultura no Maciço da Pedra Branca no Rio de Janeiro, trato aqui da abordagem dos modos de vida, buscando antever possibilidades para sua aplicação num contexto de agricultura em espaços da cidade. Devido à centralidade que a abordagem, referida como *livelihoods approach* em sua formulação original, recebe nesta pesquisa, o objetivo deste capítulo consiste no tratamento das transformações e opções de pesquisa e intervenção sugeridas pela abordagem. Busco, neste capítulo, apresentar suas raízes conceituais, suas propostas e os desafios que lhe são ora colocados de forma a responder algumas das críticas a que a abordagem tem sido exposta nos últimos anos. A partir de Chambers e Conway, autores a quem é atribuído o surgimento do termo *livelihoods* na literatura acerca do desenvolvimento rural, são tratadas as características e propostas para pesquisa e intervenção da abordagem baseada nos modos de vida. Trabalhos de pesquisadores como Ian Scoones, Frank Ellis e Stephen Biggs são utilizados para tratar das influências que a abordagem recebeu e de como vem sendo utilizada nos últimos anos, especialmente considerando seu lugar central em debates acadêmicos e políticos. Em relação às críticas direcionadas à abordagem, busco tratar aqui da (i) agenda de pesquisa proposta por Scoones, (ii) o lugar que Ellis atribui aos modos de vida na constituição de um novo paradigma do desenvolvimento rural e (iii) as críticas levantadas por Alberto Arce em relação a questões políticas e de contestação de valores.

Na primeira parte, buscando situar o surgimento das análises centradas nos modos de vida, apresento, utilizando uma expressão de Ellis e Biggs (2001), diferentes narrativas do desenvolvimento e trato de como, em paralelo, foram sendo formadas visões acerca do desenvolvimento rural. Tal apresentação não pretende cobrir todas as variantes e discussões que a ideia do desenvolvimento apresentou em sua trajetória, trabalho de complexidade maior que extrapolaria o objetivo desta discussão. Na segunda parte, trato do contexto do surgimento da abordagem dos modos de vida, suas raízes conceituais e influências para, ao fim, tratar da agenda de pesquisa proposta por Scoones e algumas críticas direcionadas à abordagem.

Provinda da literatura sobre mundo rural produzida em institutos de pesquisa em estreita relação com agências de desenvolvimento, a abordagem apresentou diversas qualificações ao longo de sua trajetória, inspirando trabalhos de pesquisa e intervenção que seguem distintas orientações em seus contextos de aplicação. Acerca das dificuldades relacionadas a traduções, tanto literais como técnicas, torna-se importante reforçar a polissemia que daí deriva, além da possibilidade de encará-la como um ativo em sua possível aplicação para contextos dos mais diferenciados no que tocam à discussão do desenvolvimento em geral. No caso específico dos agricultores do Maciço da Pedra Branca, o capítulo busca fornecer aportes para as questões a partir da discussão entre desenvolvimento e modos de vida, tal como proposta a seguir.

1.1 Trajetórias do desenvolvimento e narrativas do desenvolvimento rural

Duas proposições são utilizadas para iniciar esta seção acerca de trajetórias tomadas pelo conceito de desenvolvimento. A primeira, formulada por Amartya Sen, diz respeito à permanente incompletude do conceito de desenvolvimento no aspecto do ordenamento de seus objetivos, o que pode ser relacionado com o pensamento de Albert Hirschman, especialmente quando este trata da importância de se valorizar as soluções abertas e negar os modelos fechados de desenvolvimento. Tais premissas, ambas formuladas no campo da economia não ortodoxa, são úteis para compreender as transformações e diferentes narrativas do desenvolvimento tanto em seu caráter geral quanto aplicado ao âmbito rural ao longo dos anos.

Buscar as origens do conceito de desenvolvimento é apresentar sua trajetória ao longo da história. A questão do desenvolvimento remonta ao final do século XIX e começo do XX, com a difusão dos resultados e descobertas da Revolução Industrial para diferentes partes do mundo. No entanto, ela toma força no período do pós-guerra, nas décadas de 1940 e 1950, com o surgimento da economia do desenvolvimento, um ramo da ciência econômica que estabelece diálogos com outras ciências sociais (Hirschman, 1986). Para este autor, a economia do desenvolvimento tem um curto período de vida: sua ascensão, referente àquele período, é de extrema fecundidade para discussões teóricas acerca das regiões economicamente desfavorecidas do planeta (especialmente acerca de países da Ásia, África e América Latina, pensados a partir da posição de subjugados aos chamados países desenvolvidos); seu declínio, por sua vez, pode ser explicado frente a um balanço muito mais positivo em relação às discussões teóricas do que aos resultados reais vistos nos países das regiões mencionadas.

Especialmente na América Latina, a ideia de subdesenvolvimento, conforme proposta por Celso Furtado, tomou forma nas décadas de 1950 e 1960, especialmente para referenciar o tipo de desenvolvimento visto nos países desta região. A teoria do subdesenvolvimento consiste em uma variante voltada ao caso especial em que os processos desenvolvimentistas não levaram à homogeneização social, exemplificados pelos países da América Latina onde se vê, segundo Maluf (2000), uma história quase geral de concentração de renda, aumento do nível de pobreza urbana e menor incidência de pobreza rural.

Ainda sobre a trajetória do conceito de desenvolvimento⁶, Escobar (2005) esquematiza quatro momentos (o último entendido como o momento presente de seu argumento) ligados a diferentes orientações teóricas. O primeiro, sob orientação liberal, se refere às décadas de 1950 e 1960 em que se discutem as teorias de crescimento, desenvolvimento e modernização e que se caracteriza pelo elemento de certeza em relação aos efeitos benéficos do capital, da ciência e da tecnologia. O segundo, entre as décadas de 1960 e 1970, é provindo da teoria marxista e caracteriza-se pela preocupação em relação aos problemas do capitalismo. É um período fortemente marcado pela teoria da dependência em que se discutem as raízes do

⁶ É importante enfatizar que, para Maluf (2000), a ideia de desenvolvimento ganha estatuto de conceito a partir da ideia de desenvolvimento econômico.

subdesenvolvimento, entendidas não mais como resultado da escassez do capital, da tecnologia e de valores modernos, mas como resultado da ligação entre dependência externa e exploração interna. O terceiro momento concerne às críticas ao desenvolvimento como um discurso cultural. Está ligado à teoria pós-estruturalista e se refere às décadas de 1980 e 1990. Neste período, o desenvolvimento é visto como um discurso de origem ocidental que opera como mecanismo para a produção cultural e econômica dos países do chamado Terceiro Mundo. No esquema proposto por Escobar, o quarto momento se refere ao que o autor chama de pós-desenvolvimento. Para ele, entretanto, este não pode ser entendido como um período histórico. O pós-desenvolvimento consiste em pensar o “depois do desenvolvimento” e “o depois do Terceiro Mundo” e, nesse sentido, imaginar algo para além da modernidade e dos regimes econômicos, sociais e políticos que esta produziu. A ênfase nos conhecimentos alternativos e locais, além da forte presença dos movimentos sociais e de suas lutas, é uma de suas características. Nas palavras do autor, um regime de pós-desenvolvimento pode ser configurado como “uma conscientização de que a realidade pode se definir em termos distintos àqueles do desenvolvimento e que, por isso, as pessoas e os grupos sociais podem atuar sobre a base dessas diferentes definições” (Escobar, 2005, p. 22).

Qualquer esquema baseado em periodizações bem definidas, contudo, é passível de críticas especialmente porque os momentos históricos podem não se relacionar exatamente com as orientações teóricas, argumento também utilizado por Ellis e Biggs no esquema acerca das narrativas do desenvolvimento rural. Maluf (2000) apresenta alguns dados do campo econômico que fornecem algumas pistas para outro entendimento da trajetória do conceito na América Latina. Em primeiro lugar, deve-se tomar em conta que a teoria econômica geral e a maioria dos modelos de desenvolvimento supõem que o crescimento econômico gera efeitos benéficos para todas as camadas da população. O período de 1965-1985 foi marcado pelo fato de que nenhum país da região conseguia combinar taxas significativas de crescimento econômico com níveis aceitáveis de equidade de renda. Na década de 1980, considerada um desastre em termos de desenvolvimento, somente dois países – Chile e Colômbia – conseguiram elevar a renda per capita. Uma primeira visão supunha o desenvolvimento como sinônimo de industrialização porque esta traria avanços materiais e seria indutora de transformações sociais, sob o dinamismo das inovações técnicas. Nesse sentido, vale ressaltar que a discussão sobre desenvolvimento hoje não pode ser somente resumida à promoção do crescimento econômico, tornando-se quase obsoleta – porque ainda presente em discursos e ações de intervenção – a recusa ao tratamento de outras esferas e lógicas que não a estritamente econômica.

Cabe apresentar alguns elementos que motivam o debate do pós-desenvolvimento e buscar compreender como se dá o funcionamento e a transformação do desenvolvimento. Em primeiro lugar, Escobar apresenta exemplos de espaços locais que reprovam os projetos de desenvolvimento provindos de agências nacionais de planejamento e mesmo de projetos locais de desenvolvimento que não consideram a cultura local. Um segundo elemento pode ser entendido como a reconceitualização dos movimentos sociais sob uma perspectiva de redes e articulações locais/globais. Por último, o debate propõe uma aproximação entre

economia política e análise cultural, o que evidencia a importância da questão cultural para o pós-desenvolvimento⁷.

Embora seja possível apresentar uma convergência entre as diferentes concepções de Escobar (2005) e Maluf (2000) (ambos os autores parecem contrapor-se ao então dominante discurso do desenvolvimento⁸), o segundo toma caminhos diferentes do pós-estruturalismo seguido por Escobar e sugere um entendimento sobre o desenvolvimento econômico que considera as críticas do pós-estruturalismo e que o torna indissociável do objetivo de alcançar a equidade social. O sentido proposto por Maluf para o desenvolvimento econômico refere-se a um “processo sustentável de melhoria da qualidade de vida de uma sociedade, com os fins e os meios definidos pela própria sociedade que está buscando ou vivenciando este processo” (p. 45). Dessa definição pode-se retirar, como faz o próprio autor, algumas discussões a ela implícitas e que são apresentadas em seguida.

É importante situar algumas diferenças entre as concepções de Maluf e Escobar. Para o primeiro, ambas as noções, a modernidade e o desenvolvimento, apresentam raízes comuns: promessas de rupturas e profundas transformações, sendo o desenvolvimento uma das possíveis materializações da modernidade. Assim, enquanto Escobar propõe a redefinição do conceito de desenvolvimento, ou ainda a definição do conceito de pós-desenvolvimento, de forma a “a pensar para além do moderno”, Maluf reconhece as inevitáveis raízes comuns às duas noções e se aproveita dessa proximidade para enfatizar a ideia de progresso vista em termos de uma “concepção cumulativa de tempo e da perspectiva de aperfeiçoar as condições materiais da sociedade em direção a um estado qualitativamente melhor” (p. 45).

Em sua argumentação, Maluf toma algumas questões centrais que norteiam seu trabalho: seguindo a Hirschman, os sentidos que o autor propõe ao desenvolvimento econômico refletem a crítica à pretensão de uma “monoeconomia” que seria capaz de aplicar seus instrumentos a um objeto definido geograficamente, sempre considerando como objetivo principal o crescimento econômico. Assim, torna-se importante recuperar a discussão acerca da economia do desenvolvimento, que teve um “período curto de vida”, conforme tratado acima. Outra questão se refere à importante presença do Estado nos processos de desenvolvimento, vista com maior ênfase nas discussões em âmbito global acerca da recente confluência das crises econômica, financeira, ambiental, energética e alimentar. Além disso, uma discussão sobre desenvolvimento que considere os aspectos culturais deve ter a eficiência econômica subordinada a critérios de equidade social, enfatizando aqui a presença das temáticas relacionadas à diversidade.

⁷ Poder-se ia, ainda, discutir uma série de ideias e conceitos que ganham destaque contemporaneamente, ou no que chamamos de momento do pós-desenvolvimento, e que apresentam uma forte base na ecologia como o *ecodesenvolvimento* e o *descrescimento* e mesmo aqueles que recusam de desenvolvimento desde suas bases epistemológicas, como o *reenvolvimento*.

⁸ Obviamente que tal aproximação pareça um tanto forçada; ela aqui cumpre a função didática de apresentar diferentes narrativas do desenvolvimento, ainda que tenham algumas aproximações internas entre si. Em um livro mais recente, Escobar (2010) deixa claro que o pós-desenvolvimento não tem o ‘desenvolvimento’ como princípio organizador da vida social e econômica e que “questiona a preeminência do conceito de crescimento econômico, e deste como meta” (p. 29). Para o autor, a recusa à noção de desenvolvimento, especialmente para países da América Latina, se justifica na medida em que sua matriz cultural e historicidade se referem à visão dominante europeia de modernidade.

Para o autor, torna-se obrigatório o entrelaçamento dos temas econômico e cultural nas análises de estratégias de desenvolvimento. Além disso, é necessário combinar os enfoques de ‘baixo para cima’ em que ganham destaque as diferentes condições dos indivíduos. Nesse sentido, o autor resgata a importância de se reconhecer que fenômenos sociais – como a pobreza e a fome – têm suas origens relacionadas ao padrão de desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo em que afirma que o respeito ou reconhecimento da diversidade devem estar presentes nas noções de desenvolvimento econômico.

Com o olhar dirigido aos países mais pobres e especialmente à vida no campo, Ellis e Biggs (2001) procuram elencar a evolução de temas do desenvolvimento rural da década de 1950 a 2000. Partindo de um esquema prévio em que a década de 1960 aparece marcada pela modernização; a de 1970 pela intervenção estatal; a de 1980 pela liberalização dos mercados e a de 1990 por temas de participação e empoderamento, em que se aproximam dos esquemas até aqui tratados, Ellis e Biggs também afirmam que a popularidade das ideias e seus efeitos práticos não se submeteram a esse processo de forma contínua. Buscam, assim, identificar áreas críticas de divergências entre o que chamam de narrativas do desenvolvimento rural que coexistiram, mas que seguiram direções opostas.

Para os autores, que falam a partir de um panorama mundial pensado especialmente a partir de países do Norte, os anos de 1950 foram marcados por teorias do desenvolvimento baseadas na visão da economia dual em que a palavra de ordem era aumento da produtividade através do desaparecimento do setor de subsistência, sendo este englobado pela agricultura moderna em grande escala e pela indústria manufatureira. Não apenas restrita aos anos 1950, tal linha de pensamento permanece ainda hoje. Os anos 1960, em seguida, são marcados, em contraposição, pelo surgimento do paradigma do crescimento agrícola baseado na eficiência da pequena agricultura. Esta é vista como motor do crescimento e do desenvolvimento.

A pequena agricultura⁹ tem, a partir da década de 1960, papel chave no crescimento econômico: é vista como fornecendo trabalho, capital, alimentação e mercado para bens de consumo. Os agricultores familiares são vistos como agentes econômicos racionais tomando decisões que buscam eficiência. Nos anos 1970, um discurso minoritário que tem sido, no entanto, contínuo, ganha ênfase: a economia política da mudança agrária apresenta críticas à ortodoxia do desenvolvimento rural. Sua ênfase é em relação a questões de classe, desigualdade e diferenciação social em sistemas agrários.

A partir dos anos 1980, vê-se uma mudança no paradigma do desenvolvimento rural, marcado até então por abordagens ‘de cima para baixo’ (nas quais a ênfase é representada por tecnologias externas e políticas em nível nacional), para uma abordagem processual, centrada nas pessoas, ‘de baixo para cima’ (Ellis e Biggs, 2001). O desenvolvimento rural passa a ser visto como um processo participativo que dá poder aos habitantes do campo para controlar e escolher suas prioridades para mudança. Os autores elencam pelo menos sete características

⁹ A pequena agricultura (*small farm*), de que tratam Ellis e Biggs, é utilizada aqui como sinônimo do que chamamos agricultura familiar no Brasil, embora se reconheça o caráter geral a que os autores aludem quando mencionam a expressão. É importante ressaltar também que o discurso internacional a partir dos anos 60 em relação aos pequenos agricultores, de que tratam os autores, não é facilmente reconhecido no Brasil, tendo aqui sido marcado por autores como José Eli da Veiga e Ricardo Abramovay como tradutores da ideia de agricultura familiar tecnificada da Europa para o Brasil a partir da década de 1970.

desse novo paradigma então emergente: a descrença no sucesso financeiro dos sistemas de monocultura da Revolução Verde; o aumento do reconhecimento técnico local; a perspectiva orientada ao ator nas políticas públicas; o ajuste estrutural e a liberalização de mercados; o aumento de organizações não governamentais como agentes de desenvolvimento rural; preocupação com questões de gênero; rejeição das teorias globais como guias úteis para a ação, surgindo em parte por ideias de intelectuais pós-modernos que enfatizavam a singularidade da experiência local e individual; e o desencanto com agências estatais de desenvolvimento rural.

A mudança do paradigma do desenvolvimento rural (se é que podem ser consideradas como um paradigma as várias ideias pós-anos 1980 neste campo de debates) não ocorre de forma simplista, no entanto. Se a ideia de se promover a inovação agrícola a partir dos agricultores era, à época, vista como uma ideia marginal nos debates de desenvolvimento rural, hoje, o discurso participacionista é visto hoje quase como que obrigatório. Ellis e Biggs não deixam de afirmar como o discurso da participação e do empoderamento a partir da década de 1980 se tornam presentes em documentos de estratégias de redução da pobreza. É a partir, portanto, do questionamento de desenhos de projetos de desenvolvimento, marcados pela necessidade de adequação por parte do agricultor a premissas nestes impostas, que movimentos de forte crítica à Revolução Verde, como o ‘Farmer First’ ou ‘o agricultor em primeiro lugar’, levantado por Robert Chambers, se desenvolveram em abordagens que dirigem olhares não somente restritos à agricultura, mas aos de modos de vida.

A perspectiva dos modos de vida, a que busco apresentar com maior profundidade a partir dessa contextualização das trajetórias e narrativas do desenvolvimento e do desenvolvimento rural, parte da importância de se compreender como pessoas diferentes vivem em locais e de modos diferentes. Com um olhar direcionado a explorar a diversidade, em contraposição a perspectivas totalizantes como a da modernização, a apresentação desta abordagem permite com que se remeta às premissas que iniciaram esta seção do texto: a necessidade de valorizar as soluções abertas e a negação de modelos fechados nas discussões de desenvolvimento. É sobre a perspectiva e as premissas por ela levantadas que a seção seguinte busca tratar.

1.2 A abordagem dos modos de vida e suas trajetórias

Situada por Ellis e Biggs como marco da discussão do desenvolvimento rural na década de 90, a abordagem dos modos de vida sustentáveis recebe status de quadro de interpretação integrador. Antes de adentrar na proposta da abordagem, contudo, é necessário mencionar as diferentes formas com que a expressão ‘modos de vida’ vem sendo tratada. Embora o artigo inicial que tenha suscitado a discussão sobre os modos de vida trouxesse no título a expressão ‘modos de vida rurais sustentáveis’ (Chambers e Conway, 1991), o conceito parece ser utilizado por vários autores como ‘modos de vida’ ou ‘modos de vida sustentáveis’, indistintivamente. Ora, o uso da expressão ‘sustentável’ sempre carrega certa carga de normatividade, uma vez que o debate da sustentabilidade é carregado de disputas ideológicas. Dessa forma, cumpre salientar que tanto a adjetivação de ‘rural’ quanto de ‘sustentável’ tem função de qualificar um termo móvel e flexível, até polissêmico, como já mencionado. Se os locais de produção das narrativas de desenvolvimento são tão heterogêneos como disciplinas, centros de estudo, think tanks, movimentos sociais, agências internacionais e Estados, e que a

ideia de modos de vida tenha figurado cada vez mais entre eles, não é de se surpreender que a ela sejam atribuídos diferentes significados, frutos de traduções que buscam servir a determinados propósitos.

É dessa forma que Scoones (2009) argumenta que, embora simples e até mesmo aparentemente óbvia, a ideia da perspectiva dos modos de vida não é fácil de ser traduzida para a prática (pensando no caminho tomado pelo conceito, de seus formuladores à sua presença em programas de agências de desenvolvimento), uma vez que “formatos organizacionais locais, vieses das disciplinas e estruturas de financiamento, construídos sobre outras premissas e modos de pensar” (p. 172) podem interferir na forma com que são tratados os modos de vida em diferentes iniciativas. Portanto, serão tratadas nesta seção as formulações iniciais sobre o conceito de modos de vida com a constante consideração de seu caráter flexível, que se reflete em diferentes trabalhos com diferentes propósitos.

Com características de uma abordagem integradora, enraizada localmente, multidisciplinar e guiada por um engajamento ao trabalho de campo e o compromisso com a ação¹⁰ (Scoones, 2009), a abordagem dos modos de vida repousa em dimensões práticas e de pesquisa. Como uma perspectiva que busca fornecer uma rica descrição da diversidade de diferentes situações e modos de vida, a dificuldade de transformar a análise em termos práticos e de situá-los em debates de políticas públicas se deve, segundo Scoones, à falta de diálogo da perspectiva com a tentativa de ligar os modos de vida a debates de governança na primeira década do século XXI, constituindo esse um dos pontos mais criticados acerca da abordagem.

Na definição original e mais elementar do conceito de modos de vida rurais sustentáveis, segundo Chambers e Conway (1992, p. 6),

Um modo de vida consiste em capacidades, ativos (estoques, recursos, reivindicações e acesso) e atividades necessárias para um meio de vida: um modo de vida sustentável é aquele que consegue lidar e se recuperar de perturbações e choques, manter ou aumentar suas capacidades e ativos, fornecer oportunidades de modos de vida sustentáveis para as próximas gerações, e que contribui com benefícios em rede a outros modos de vida nos níveis locais e globais a curto e a longo prazo.

Assim, ainda recorrendo a esses autores, um modo de vida consiste em pessoas, suas capacidades e seus meios de vida: alimentação, renda e ativos; estes últimos entendidos como tangíveis e intangíveis. Os ativos tangíveis se referem a recursos (terra, água, rebanhos, equipamentos e ferramentas, por exemplo) e estoques (alimentos, roupas, joias, poupanças). Os ativos intangíveis se referem a reivindicações (demandas e apelos feitos por suporte ou acesso material, moral ou prático; têm uma dimensão coletiva já que são realizadas em tempos de contingência por indivíduos organizados ou agências a parentes, vizinhos, chefes, ONGs, governos ou comunidade internacional) e acesso (entendido como a oportunidade em prática de se utilizar um recurso, estoque ou serviço, ou obter informação, material, tecnologia, emprego, alimento ou renda). É a partir dos ativos que as pessoas constroem ou

¹⁰ No original: “integrative, locally-embedded, cross-sectoral and informed by a deep field engagement and a commitment to action” (Scoones, 2009, p. 173).

conseguem seus meios de vida, utilizando-se de trabalho físico, habilidades, conhecimento e criatividade.

Três conceitos, em si já resultados de inúmeras teorizações e debates, são fundamentais para compreender a ideia de modos de vida sustentáveis: capacidade, equidade e sustentabilidade. Cada um entendido sob uma dimensão normativa, referindo-se a um objeto ou meta desejável ou critério para avaliação, e uma dimensão descritiva, sendo passíveis de observação ou medição empírica. São vistos, talvez pela forte influência do trabalho de Amartya Sen, que também partilha dessa visão na construção de seus argumentos, como meios e fins: forma de se chegar a um bom fim e como um bem em si. A ideia de capacidade (capability), conceito formulado por Sen (2010), diz respeito à capacidade de desempenhar funções básicas, ou seja, ao que uma pessoa é capaz de fazer e ser.

O enfoque sobre as capacidades de Sen nos permite compreender melhor o processo que o autor formula acerca do desenvolvimento como expansão das liberdades. Compreender as capacidades das pessoas de empreenderem atividades e existências que consideram valiosas pode nos levar a entender as várias combinações de funcionamentos que uma pessoa pode atingir. A capacidade apresenta um valor intrínseco e extrínseco na visão de Sen: por um lado, ela se relaciona ao direito de ser capaz de levar a vida que deseja levar, por outro, adotando uma visão instrumental, ela pode vir a ajudar o progresso econômico. Sen busca avaliar o desenvolvimento como expansão de capacidades, reconhecendo a diversidade sem excluir a liberdade, compreendendo que o que tem de ser igual para todos consiste na liberdade e capacidade de poder escolher.

A visão de Sen ainda permite estabelecer diálogos com a economia padrão, uma vez que referenciais dessa abordagem estão presentes em sua obra. Além disso, o autor apresenta um forte enraizamento na concepção liberal clássica, com referências a Adam Smith, notadamente quando desenvolve sua valorização acerca da liberdade dos indivíduos. Tal abordagem permite que leitores como Evans (2002) proponham expandir o conceito de desenvolvimento como liberdade para uma abordagem que dê conta dos indivíduos em relação ao contexto social, ao mesmo tempo em que cria uma relação necessária com as coletividades organizadas (entendidas como sindicatos, partidos políticos, grupos de luta pelos direitos das mulheres etc.).

Conforme a leitura de Evans, ao contrário de aumentos na renda, a expansão das capacidades das pessoas depende do provimento de serviços como educação básica, assistência à saúde e redes de segurança social e da eliminação da opressão. Nesse sentido, a educação básica, o cuidado à saúde e os direitos das mulheres, por exemplo, são por si só entendidos como processos constitutivos do desenvolvimento. A discussão entre visões que enfatizam os indivíduos e as coletividades também estão presentes na discussão dos modos de vida quando se trata sobre qual o foco de análise de um modo de vida: a unidade familiar ou focos de menor escala, que enfatizam Chambers e Conway (1992), nem sempre permitem uma fácil tradução para debates mais amplos no âmbito das políticas públicas, além do que, lembram os autores, mesmo a unidade familiar pode ser lugar de grande heterogeneidade de relações, dada as diferenças intrafamiliares de diferentes culturas.

O segundo termo fundamental para o entendimento do conceito de modos de vida, segundo Chambers e Conway (1992), se refere à equidade. Utilizado em um sentido amplo, este se refere à distribuição menos desigual de ativos, capacidades e oportunidades. O

contexto em que a abordagem foi formulada também é significativo para que se entenda a utilização do termo, uma vez que os autores apresentam a equidade em contraposição às alegadas imperfeições nas análises convencionais que utilizam medidas reducionistas como a ‘linha da pobreza’ nos debates sobre desenvolvimento¹¹. A medição em termos de renda ou consumo para cálculos de níveis de pobreza não leva em conta outras dimensões pelas quais são percebidas a privação e o bem-estar. Em um trabalho recente, Ravallion (2011) atenta para como a literatura sobre pobreza no mundo anglófono e francófono sofreu significativas mudanças ao longo dos três últimos séculos: de atitudes como aceitação complacente em relação aos pobres até a visão de que a sociedade, a economia e o governo deveriam ser julgados – pelo menos em parte – em relação ao seu sucesso na redução da pobreza. Várias razões podem explicar essas transformações: a expansão de governos democráticos, dando voz política aos pobres; a existência de maior riqueza no mundo, tornando injustificável a existência de pobreza; e um maior conhecimento difundido acerca da pobreza, criando potencial para ações mais bem informadas.

Utilizando os termos de Ravallion (2011), houve um “Iluminismo da Pobreza” na segunda metade do século XVIII com um aumento de sete vezes na incidência de referências ao termo ‘pobreza’ em livros publicados entre 1740 e 1790. A incidência da utilização do termo baixou a partir dos últimos 170 anos, tendo ressurgido um segundo “Iluminismo da Pobreza” na parte final do século XX. Esse segundo período veio junto de um aumento similar de referências à economia, o que forneceu um conjunto de modelos para o entendimento da pobreza além de aumentar a atenção em torno do tema nos países em desenvolvimento. Ao contrário do que ocorre na língua inglesa, a utilização do termo “desigualdade” em detrimento de “pobreza” é muito maior na língua francesa. Os termos “desigualdade”, “pobreza” e “equidade” parecem ter convergido em relação à sua utilização em ambos os idiomas no final do século XX, período que coincide com a discussão que travam Chambers e Conway (1992) e outros autores da abordagem dos meios de vida.

Finalmente, o terceiro termo ao qual aludem os autores é a sustentabilidade. Como já tratado, esta é uma categoria cercada de disputas ideológicas mesmo hoje, mas é utilizada por Chambers e Conway (1992, p. 8) para “significar a habilidade de manter e melhorar modos de vida ao tempo em que mantém ou aumenta os ativos e capacidades locais e globais sobre os quais os modos de vida dependem”. Um modo de vida é sustentável externamente em relação ao impacto que pode gerar sobre outros modos de vida, seja ambientalmente ou em relação a seus efeitos sobre recursos locais e globais. É também sustentável internamente quando capaz de suportar pressões externas, desenvolvendo a capacidade de lidar com choques e perturbações e mantendo sua capacidade de continuar e aumentar os ativos.

¹¹ Não é somente essa imperfeição nas análises convencionais de que tratam os autores. Para eles, tais estudos tinham a marca do pensamento provindo de países industrializados e um reducionismo que, utilizado para apresentar os dados obtidos e propostas para a tomada de decisões, não capturam as realidades complexas e diversificadas da vida no meio rural. Em primeiro lugar, busca-se, com a ideia de modos de vida, afastar-se do pensamento aplicado somente à produção e, ao que parece, aquele que rege os teóricos da Revolução Verde, de que problemas como a fome e a desnutrição seriam resolvidos a partir do fim de uma pretensa produção insuficiente de alimentos. Além disso, o pensamento em relação a questões de emprego e ações direcionadas à criação de novos postos de trabalho não considera a realidade do meio rural, onde as pessoas vivem através de atividades diversificadas, ao contrário da opção “de conseguir um emprego”, ligada aos meios urbanos.

A preocupação com temas relacionados à sustentabilidade e ao futuro já é evidenciada no subtítulo do artigo de Chambers e Conway: ‘conceitos práticos para o século 21’. Quando se dispõem a tratar de como transformar os conceitos de modos de vida e sustentabilidade em políticas, referindo-se à análise prática da abordagem, os autores enfatizam que se deve responder às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de futuras gerações responderem às suas próprias necessidades. As futuras gerações, no entanto, estão cercadas pelo elemento da incerteza, por nossa inabilidade de prever o futuro e nosso fracasso em reconhecer os números envolvidos no crescimento populacional. Por fim, os autores concluem o artigo colocando a tarefa ao leitor de julgar o conceito a partir da imaginação de como o mundo estaria num período de 100 anos adiante, buscando assim reconhecer as possíveis falhas e melhoras no presente para o desenvolvimento da abordagem.

Scoones trata da abordagem a partir de um ângulo diferente de visão: seu artigo, publicado em 2009, enfatiza os diferentes caminhos que os modos de vida tomaram durante a primeira década do século XXI. Para ele, o mérito do surgimento da abordagem dos modos de vida reside no fato de que inúmeros trabalhos conseguiram compreender melhor contextos locais e pessoas em condições de pobreza e marginalização foram envolvidas na construção de planos e tomadas de decisões. Ao retirar a ênfase sobre a produção somente, a abordagem permitiu entender como as pessoas realizam diferentes combinações de estratégias e recursos num repertório complexo de atividades para manter a vida. Pensar em termos de modos de vida permite “olhar o mundo real e tentar entender as coisas a partir de perspectivas locais” (p. 172). Dessa forma, as respostas buscam se articular a tais realidades, não impondo categorias artificiais e divisões em realidades complexas (Scoones, 2009).

A perspectiva dos modos de vida, contudo, não surgiu subitamente a partir do já famoso artigo de Chambers e Conway. Sua história remonta ao surgimento de perspectivas interdisciplinares desde os anos 1950. Marginalizadas, tais abordagens cederam lugar às teorias da modernização, ou aquelas consideradas totalizantes e marcadas pelo caráter monodisciplinar. As políticas desde então foram muito mais influenciadas por economistas que pelos generalistas do desenvolvimento rural. A virada se deu por volta da década de 80, como também atestam Ellis e Biggs, com o desenvolvimento da perspectiva orientada ao ator e o surgimento de diversas abordagens, como os estudos de comunidade, análises de gênero e economia doméstica, análise de agroecossistemas, a ecologia política e a ideia de sustentabilidade.

Mesmo Robert Chambers já falava dos modos de vida desde pelo menos 1986. Entretanto, a publicação do artigo de 1992 não obteve aceitação imediata nas principais discussões acerca do desenvolvimento. O momento marcado pelo neoliberalismo, que extinguiu os debates acerca de alternativas, deu lugar, a partir dos fins da década de 1990, às contestações globais contra as pretensas soluções propagadas pelo Consenso de Washington. Foi a partir daí que o termo modos de vida começou a se propagar em diferentes debates sobre o desenvolvimento com maior presença.

A maior aceitação do conceito se dá conjuntamente a um esforço de diálogo com os economistas ampliando a discussão sobre questões relativas ao acesso e dimensões organizacionais e institucionais, especialmente influenciados pelas teorias de Amartya Sen e a economia neoinstitucional de Douglass North. Essa aproximação fortificou a linguagem em termos econômicos da abordagem dos modos de vida. Vários quadros de interpretação dos modos de vida foram desenvolvidos enfatizando os atributos econômicos dos modos de vida

enquanto mediados por processos socioinstitucionais. Assim, muito da discussão girou em torno do foco nos capitais e ativos¹². Embora fortemente fincada no território da linguagem econômica, a discussão sobre ativos também gerou análises, como exemplifica Scoones a partir de Bebbington, que enfatizavam outras dimensões dos ativos: estes poderiam ser entendidos como veículos para ação instrumental (conseguir se sustentar), a ação hermenêutica (tornar a vida significativa) e ação emancipatória (desafiar as estruturas sob as quais se vive). Entretanto, foi o foco instrumental que recebeu maior ênfase, talvez pela dificuldade de criar tipos de medidas para quantificar as outras dimensões.

Ainda sobre as raízes conceituais da abordagem dos modos de vida, Pereira, Souza e Schneider (2010) buscam, a partir do trabalho “Os Parceiros do Rio Bonito”, de 1954, do cientista social e crítico literário brasileiro Antonio Candido, em comparação ao trabalho dos autores da perspectiva dos modos de vida, verificar se o termo cunhado por Candido, ‘meios de vida’, tem alguma correlação conceitual com a abordagem desenvolvida pelos pesquisadores ingleses¹³. Concluem os autores que isso não acontece diretamente, não constituindo os ‘meios de vida’ de Candido como antecedentes teóricos dos ‘modos de vida’, uma vez que as raízes conceituais do termo cunhado pelo cientista brasileiro estão muito mais ligadas ao Marx de A Ideologia Alemã do que a quaisquer das influências de Chambers e Conway. Entretanto, não deixa de ser interessante que a ideia de meios de vida tenha sido utilizada no Brasil há 38 anos da publicação de Sustainable Rural Livelihoods, “para analisar a realidade de um grupo de pobres rurais, reconhecidos como caipiras, investigando-se não somente como ganham suas vidas, mas como se organizam e se adaptam para tal” (p. 216). Os autores ressaltam que, a partir da proposta de atentar para a complexidade das relações no meio rural, o trabalho de Candido pode ser inserido na genealogia que conduziu à concepção da abordagem dos modos de vida.

1.3 A perspectiva dos modos de vida efetivamente no século XXI

Scoones ressalta pelo menos quatro razões quando busca explicar por que a abordagem dos modos de vida não se apresenta tão proeminente nos debates do desenvolvimento no final da primeira década do século XXI: a falta de engajamento com processos da globalização econômica, sendo a abordagem considerada de grande complexidade e não compatível com certo pragmatismo necessário às tomadas de decisão; a

¹² O ‘asset pentagon’ ou pentágono de ativos, desenvolvido nesse período, se refere ao capital humano, capital social, capital financeiro, capital natural e capital físico. Scoones relata como as análises trabalham com esse quadro interpretativo: os ativos podem ser combinados, substituídos e trocados, fazendo emergir repertórios variados para diferentes pessoas em diferentes contextos.

¹³ Os autores traduzem *livelihoods* como *meios de vida*, o que parece, a meu ver, errôneo. A ideia de meios de vida remete especialmente à subsistência, o que certamente não é o intuito dos autores da abordagem. Tal terminologia, em português, apresentaria ainda maior aproximação com aspectos econômicos da forma com que se leva a vida, uma das críticas que Scoones responde lembrando o forte diálogo da abordagem com a economia. Entretanto, como se viu, não são somente aspectos econômicos os que são levados em conta na abordagem. Um outro argumento a favor da tradução de *livelihoods* como *modos de vida* é a maneira com que Chambers e Conway resumem o conceito: “A livelihood comprises people, their capabilities and their means of living” (p.i). Ora, o termo *means of living* é, literalmente, meios de vida, se referindo aos ativos (assets) e representa de forma mais clara os aspectos econômicos a que a noção se refere.

falta de atenção a questões de poder e política; a falta de tentativas rigorosas de lidar com mudanças de longo prazo em relação às questões ambientais e à mudança climática; e, por último, a falha ao lidar com questões mais amplas sobre mudança agrária. Se todas essas questões se relacionam com debates de análises macroeconômicas, como afirma o autor, é certo que os focos dos debates contemporâneos sobre o desenvolvimento deixaram de ser as características contextuais e transdisciplinares da abordagem dos modos de vida.

No entanto, esse mesmo retorno a questões relacionadas à economia permite que sejam aqui apresentadas críticas elaboradas por Arce (2003a, 2003b) no que concerne à necessidade que o autor propõe de revertermos “tradições que perpetuaram o tratamento do social como um epifenômeno do desenvolvimento econômico” (2003a, p. 850). A abordagem de Arce parece se aproximar mais da visão de pós-desenvolvimento de Escobar ao propor uma profunda revisão do que se entende por desenvolvimento, especialmente pensando a partir dos movimentos sociais da América Latina. Arce indica que conceitos como ‘capital social’ e o quadro de interpretação do pentagon asset, além de carregarem forte ideologia neoliberal, fazem tornar invisível a forma com que as pessoas atribuem significados a categorias-chave do modo de vida como sustentabilidade, o próprio modo de vida e perturbações e choques (2003a).

Arce inscreve seus trabalhos na ‘abordagem orientada ao ator’, desenvolvida a partir da Universidade de Wageningen por autores como Norman Long, ainda que tente problematizar vários de seus pressupostos. O autor propõe o rompimento com a noção de desenvolvimento econômico a favor de uma nova abordagem ao desenvolvimento social. Segundo ele, no desenvolvimento econômico, sobressalta a visão de que “para sobreviver a humanidade tem de dominar a escassez de recursos sob noções de eficiência e que, para conseguir isso, as pessoas têm de agir racionalmente e internalizar a regulação como parte da interação social entre pessoas e natureza” (2003a, p.851). A abordagem orientada ao ator enfatiza questões relacionadas à agência dos atores sociais envolvidos em processos de desenvolvimento, especialmente aqueles submetidos a este.

Em outro trabalho no qual se debruça especialmente sobre o community development e a abordagem dos modos de vida, Arce mostra como as abordagens se desenvolveram de modo a acomodar orientações políticas (conjuntos de ideias, considerações e metodologias que orientam os policy-makers ao tratarem de problemas de desenvolvimento específicos) dos contextos em que foram geradas. A forte ancoragem da abordagem dos modos de vida, segundo o autor, na ideologia neoliberal não permite que sejam trazidos à tona os diferentes entendimentos dos atores de sua realidade e relações sociais e a forma com que eles se utilizam das instituições existentes.

A noção de capital pode ser apropriada para entender modos de vida construídos em torno de classes definidas por seus bens capitais e por seu acesso individual à propriedade privada. Contudo, em sociedades onde modos de vidas são organizados em torno de combinações complexas de propriedade privada e coletiva, a forma de bens individuais de capital pode não ser significativa no julgamento da vulnerabilidade, sustentabilidade ou força das pessoas em fazer uma organização econômica e política viável (Arce, 2003b). Assim, colocam-se em dúvida os julgamentos de valor sobre o papel e o significado de estratégias individuais e decisões de manter ou transformar modos de vida existentes, presentes na abordagem aqui tratada (Arce, 2003b).

A partir da crítica de Arce em relação a contestações de valores, podem ser relacionados pelo menos dois dentre os temas que Scoones propõe como desafios a reanimar a perspectiva dos modos de vida: conhecimento e política¹⁴. Ao questionar-se acerca de quais relações de poder estão por trás do discurso dos modos de vida e como elas, por sua vez, moldam a ação, Scoones lembra que nenhuma análise da abordagem é um exercício neutro. E mais uma vez chamando atenção aqui à multiplicidade de atores que se utilizam do termo, o desafio colocado é que se busque tornar cada vez mais explícitas as relações de poder em volta da análise.

Como a abordagem se utiliza amplamente de premissas normativas, cabe perguntar, considerando a centralidade das questões de valores, como são utilizadas as direcionalidades e ideias de progresso referentes à ideia e concepção de desenvolvimento em questão. O foco na dimensão política também consiste em um desafio para a abordagem: como direcionar olhares simultaneamente à agência e à estrutura? Como se mover do enraizamento no contexto para questões de desigualdade? O autor enfatiza que os modos de vida são estruturados por relações de classe, casta, gênero, etnicidade, religião e identidades culturais (Chambers e Conway já tratavam de como os modos de vida podem ser atribuídos no nascimento – como no caso das castas e de questões de gênero – improvisados ou escolhidos).

Neste contexto, menos do que propor um novo desafio à abordagem dos modos de vida, mas buscando levantar questões sobre como ela pode ser útil no entendimento de como as pessoas se relacionam com tecnologias, especialmente considerando a promoção de iniciativas locais de agroecologia, são levantadas aqui algumas questões. Schmitt (2010) afirma que a perspectiva de análise dos modos de vida pode oferecer contribuições no entendimento das trajetórias de movimentos sociais como a economia solidária e a agroecologia, uma vez que estes têm preceitos intimamente relacionados a características da abordagem, como a participação e a promoção de sustentabilidade em torno da agricultura. Os movimentos podem promover a construção de modos de vida sustentáveis na medida em que se compreende “que os recursos ou ativos que as pessoas mobilizam na produção de sua existência nem sempre se traduzem em equivalentes monetários” (p. 60-61). Tal visão certamente não é simplificadora do conceito de modos de vida sustentáveis quanto à ênfase nos aspectos econômicos e permite fornecer espaço para que as pessoas possam oferecer suas visões acerca de como entendem suas diferentes realidades.

Especialmente no campo das discussões em torno da agroecologia, a forma com que se acessa e é apropriada a tecnologia, ou o padrão tecnológico utilizado, é determinado pelos recursos localmente disponíveis, pelas percepções dos agricultores, pelas disponibilidades monetárias ou de ativos tangíveis e os objetivos estabelecidos, conforme atestam Fernández e García (2001). A abordagem dos modos de vida sustentáveis em relação a esse tema consiste, dessa forma, em um referencial que pode ajudar a responder vários dos desafios colocados. Em primeiro lugar, porque fornece espaço para a agência dos atores sociais envolvidos,

¹⁴ Os outros desafios que Scoones elenca se referem a questões de escala e dinâmica, lembrando que a abordagem tem falhado em se relacionar com questões como a globalização e que o foco utilizado tem sido a adaptação dos modos de vida rurais em curto prazo. Como desenvolver análises que examinam, redes, cadeias, fluxos através de diferentes escalas ainda que enraizados localmente e como relacionar os modos de vida a questões de mudança a longo prazo.

possibilitando que o conhecimento tradicional ajude no desenho de estratégias de produção que buscam preservar a base de recursos existente. Além disso, a aproximação entre temas da agricultura e o acesso à tecnologia permitem colocar em questão relações de poder e questões de direcionalidade e de gênero. Em seu Manifesto Ciborgue, publicado em fins da década de 80, Haraway (2000), utilizando dados da época, já afirmava que as tecnologias têm um efeito profundo sobre a fome e a produção de alimentos no mundo e que as mulheres eram, então, responsáveis pelo cultivo de 50% da alimentação de subsistência no mundo. Para a autora, as tecnologias da Revolução Verde alteram a divisão sexual do trabalho como também transformam os padrões de migração de acordo com o gênero. Compreendendo a tecnologia como imersa em relações de poder e sua a-neutralidade, a abordagem dos modos de vida fornece chaves de leitura que se relacionam à heterogeneidade, no extremo oposto de visões totalizantes e deterministas como aquelas que marcaram o período da modernização da agricultura¹⁵.

À parte as difíceis traduções que a abordagem dos modos de vida teve de fazer, internamente, para conseguir lugar central nos debates de desenvolvimento, adaptando muitos de seus conceitos à linguagem econômica, noções que não apresentam diretamente traduções a outros idiomas também parecem ter criado e fortalecido várias ambiguidades em torno da ideia de ‘modos de vida’. Isso não fez, contudo, desmerecer as ambições e as realizações de uma perspectiva que tenta dar conta da diversidade de atividades que se empreendem no meio rural. Certamente, o desafio das várias possibilidades de tradução que acompanham a perspectiva (da linguagem sociológica à econômica, da dificuldade linguística, de aspectos locais para questões mais globais) tem a favorecer no desenvolvimento da abordagem para responder às críticas direcionadas a ela e no diálogo com outras abordagens.

Retomando a linha de pensamento proposta por Hirschman (1986) acerca da trajetória de grandeza e decadência da economia do desenvolvimento, pode-se pensar em paralelo à trajetória que a perspectiva dos modos de vida tomou desde sua formulação inicial de 1992 ao início deste século XXI. Tendo no centro de sua conceituação premissas como a de reconhecer soluções abertas e ‘inconclusões’, a perspectiva chega a um estágio onde se percebe que descrever ricamente a diversidade dos modos de vida não deve ser o ponto final, mas o início de novas elaborações tanto no plano analítico como político. Dar conta de questões relacionadas aos temas propostos na agenda de pesquisa aberta por Scoones e de outras que podem surgir no futuro certamente criará desafios e novas possibilidades para a abordagem. Entretanto, é preciso ter atenção para que não se cometam os erros de perspectivas que já tiveram seus momentos de ampla aceitação: nos debates de desenvolvimento, não se sustenta, como já atentou Hirschman, a fecundidade dos debates acadêmicos em contraposição a poucos resultados reais nas realidades estudadas, ou vive-versa.

¹⁵ Uma das principais abordagens que poderiam exemplificar a visão sobre a tecnologia nesse período seria a do difusionismo. Focando no indivíduo racional, a abordagem, tendo como um de seus principais formuladores Rogers (1976), tinha como questionamento-guia a forma com que o agricultor incorpora o uso das tecnologias, utilizando em grande medida teorias da educação e comunicação como formas de abordar e estimular a adoção de tecnologias da Revolução Verde.

Considerando a relevância da ideia de modos de vida sustentáveis para a constituição desta pesquisa, o próximo capítulo abrirá espaço para apresentarmos os lugares da agricultura, especificamente no Maciço da Pedra Branca, e a questão da agricultura em espaços urbanos e periurbanos nesse contexto. Os lugares da agricultura moldam a forma com que esta é apropriada pelos agricultores enquanto ativos que compõem seu modo de vida e têm papel fundamental para a construção de estratégias de reconhecimento e acesso a políticas públicas.

CAPÍTULO II

LUGARES DA AGRICULTURA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: OS AGRICULTORES NO MACIÇO DA PEDRA BRANCA

A construção de um modo de vida específico que esta dissertação aborda consiste naquele de pequenos agricultores localizados no Maciço da Pedra Branca na cidade do Rio de Janeiro. Por se tratar de uma cidade sem área rural em termos político-operatórios – o Plano Diretor do município apresenta a cidade como eminentemente urbana, embora sejam reconhecidas determinadas áreas agrícolas – a existência da agricultura pode ser objeto de significados atribuídos por diferentes atores diferentes dos valores voltados à tradição do desenvolvimento rural brasileiro. Neste capítulo, procuro ressaltar como essa agricultura é objeto de diferentes interpretações, seja a partir do poder público, seja a partir da capacidade dos agricultores de construírem relações que levam a novas condições de acesso e produção de reivindicações a partir de seu meio de vida.

A agricultura enquanto prática da vida de moradores de áreas das grandes cidades tem um largo histórico: seja pela trajetória de pessoas que migram do campo para as cidades, carregando a experiência da agricultura como meio de vida; seja pelo crescimento e expansão do território urbano sobre áreas predominantemente rurais no entorno das cidades. O primeiro caso tem sido constatado por diferentes pesquisadores que se detiveram sobre os temas da agricultura nas grandes metrópoles com diferentes focos de análise, como, por exemplo, sob o olhar da agricultura urbana, Arruda (2011), no caso do Rio de Janeiro, Coutinho (2010) e Lovo (2011), no caso de Belo Horizonte, em Minas Gerais, e, sob o foco das migrações entre campo e cidade e práticas alimentares e agrícolas nesses espaços, Weitzman (2011).

Os agricultores de Vargem Grande e Rio da Prata, em especial grande parte daqueles organizados em associações a que esta pesquisa se refere, têm suas propriedades – sítios e roças – em áreas com tradição agrícola da cidade que sofrem forte pressão da urbanização ao mesmo tempo em que também sofrem restrições devido a estarem próximos ou dentro dos limites de uma área de preservação. Construindo seus modos de vida a partir da prática da agricultura na cidade e se aliando a redes e espaços de participação, a agricultura vem adquirindo novos significados e valores para os agricultores, seja a partir do contexto do direito à cidade ou da preservação e do desenvolvimento sustentável.

O objetivo deste capítulo consiste em apresentar um espaço pouco percebido pelas representações mais gerais das cidades e, especificamente, da cidade do Rio de Janeiro: a prática da agricultura enquanto meio de vida de moradores da Zona Oeste da cidade, nas regiões de Vargem Grande e Rio da Prata, em torno do Parque Estadual da Pedra Branca. Para isso, em seguida, apresento as características locais da agricultura na cidade, informado sobre o tema da agricultura urbana, um campo de pesquisa relativamente novo, em formação, e, sob alguns pontos de vista, contestado. Em paralelo, trato de elementos que compõem os modos de vida dos agricultores, tema que continua a ser explorado no capítulo seguinte, sob o referencial dos modos de vida de sustentáveis (*sustainable livelihoods*), buscando demonstrar suas possibilidades para a análise a partir do contexto local. Em comum aos temas tratados está principalmente a atenção ao contexto local, rechaçando explicações e teorias que buscam dar conta de aspectos globais, ou distantes da realidade vivida que a análise dos modos de

vida busca enfatizar. Ao atentar para os lugares da agricultura, busco situá-los no contexto da cidade, enquanto prática que permanece e é recriada pelos agricultores frente ao contexto de urbanização e preservação.

2.1 A Agroeografia da cidade do Rio de Janeiro

O município do Rio de Janeiro é a capital do Estado do Rio de Janeiro, situado na região sudeste do país. Com uma população de 3.320.446 habitantes (IBGE, 2010), é a segunda maior cidade brasileira e a quarta na América Latina. A cidade estende-se 70 km de leste a oeste e 44 km de norte a sul, e tem uma área de aproximadamente 1.200 km², que inclui ilhas e águas continentais. Administrativamente, a cidade é dividida em 33 Regiões Administrativas (RAs), perfazendo um total de 160 bairros. Sendo, provavelmente, a cidade brasileira mais famosa mundialmente, o Rio de Janeiro é atrativo turístico e conhecido por sua beleza natural exuberante. Seu relevo se caracteriza pelos contrastes de montanhas e mar, florestas e praias além de planícies extensas e paredões rochosos. Os dois grandes maciços – conjunto de montanhas que circundam um ponto culminante – que a cidade apresenta, o Maciço da Tijuca e o Maciço da Pedra Branca, têm respectivamente 1.022m e 1025m de altitude e neles se localizam áreas de preservação, nomeadamente, o Parque Nacional da Tijuca e o Parque Estadual da Pedra Branca. Especialmente em relação ao último, quatro vezes maior que o Parque Nacional da Tijuca e localizado na Zona Oeste da cidade, é importante ressaltar seus quase 12.500 hectares de extensão, o que o caracteriza como a maior reserva florestal localizada em área urbana do mundo.

A área do município do Rio de Janeiro apresenta 56,2% de seu território como áreas não urbanizadas, entendidas como áreas de cobertura arbórea e arbustiva (31,9% do território), áreas de cobertura gramíneo-lenhosa (14%), áreas agrícolas (3,1%), afloramentos rochosos e depósitos sedimentares (1,7%), corpos hídricos (2,2%) e áreas sujeitas à inundação (3,4%) (conforme definição proposta pelo Instituto Pereira Passos, ver Figura 1). As denominadas áreas agrícolas estão localizadas na Zona Norte e principalmente na Zona Oeste da cidade e compreendem, nesta definição, um total de 37,5km².

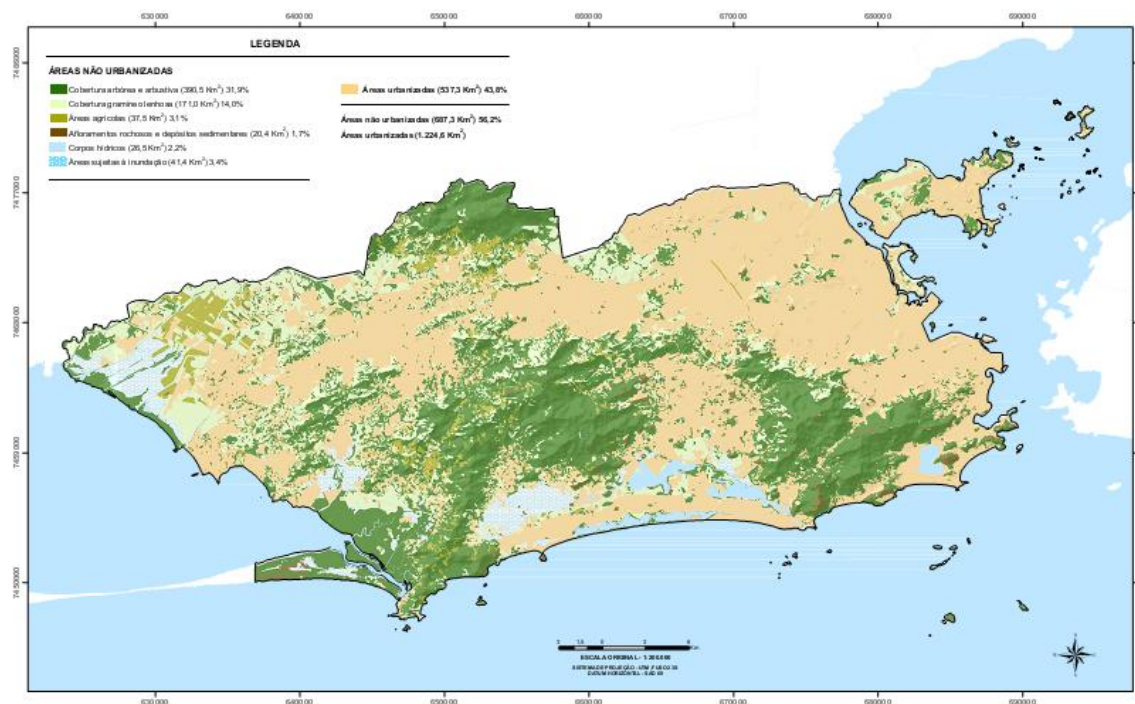


Figura 3 - Mapa de uso do solo 2009: áreas não urbanizadas

Fonte: <http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/>

Até fins do século XIX, a região hoje denominada Zona Oeste apresentou predominância da produção de cana-de-açúcar e derivados, além da pecuária bovina. Tendo ficado conhecida como Sertão Carioca até por volta da década de 1960, a produção da região era assentada na grande propriedade oriunda de antigas sesmarias que, por sua vez, já haviam sido distribuídas a conventos e confrarias religiosas como os carmelitas, em Campo Grande, e os beneditinos, em Jacarepaguá (Musumeci, 1987). A região, mantendo fortes características de seu período predominantemente rural, como, por exemplo, um grande número de usinas de cana de açúcar – sofreu, a partir do decreto de 1961 que iniciava o processo de zoneamento, rápida urbanização (Alem, 2010) e um número bastante expressivo de crescimento populacional. Segundo dados do IBGE (2010), entre os dez bairros mais populosos no município do Rio de Janeiro, sete estão localizados na Zona Oeste. Em primeiro lugar está Campo Grande, com 328,3 mil moradores, seguido por Bangu (243,1 mil), Santa Cruz (217,3 mil) e Barra da Tijuca (135,9 mil).

O bairro de Vargem Grande, considerado de classe média e classe média baixa, tem limites com áreas nobres da cidade, como o Recreio dos Bandeirantes e Jacarepaguá e é caracterizado pela presença de certo “ar bucólico” por sua urbanização recente e proximidade com o Parque Estadual da Pedra Branca, sendo denotado como um dos últimos resquícios do “rural” da cidade. Pertencendo ao imaginário carioca como um bairro tranquilo e pacífico, Vargem Grande é analisado por Oliveira (2008) à luz da valorização da natureza no caso da presença de condomínios e circuitos gastronômicos locais que se utilizam da imagem bucólica do bairro em seus meios de divulgação. O passado agrícola do bairro, hoje recriado em termos mercadológicos, é objeto de estudo e descrição por Galvão (1957). A autora descreve a região chamando atenção para a agricultura ali existente:

A cerca de sessenta quilômetros a sudoeste do centro do Rio de Janeiro, ao longo da estrada dos Bandeirantes, situa-se, no distrito de Jacarepaguá, uma região agrícola de grande importância econômica, que contribui, com uma parcela não desprezível, para abastecer a cidade de bananas, verduras e legumes. Quem por aí passa tem a atenção logo atraída para os morros que se recobrem de extensos bananais e para o grande número de caixotes empilhados ao pé de alguns portões ou noutros pontos à beira da estrada.

No bairro, como também em Rio da Prata, é marcante a presença de descendentes de portugueses e descendentes de escravos entre os moradores tradicionais que se dedicam à agricultura. À presença de lavradores portugueses é dada importante atenção em relação ao desenvolvimento da agricultura no Sertão Carioca. Estes chegam ao Brasil em grande número durante a Segunda Guerra Mundial vindo tanto de Portugal quanto da Ilha da Madeira.

Nas áreas conquistadas lentamente ao domínio dos pântanos, com as obras de drenagem, instalaram-se [em Vargem Grande] há pouco mais de 20 anos [isto é, por volta de 1940] pequenos lavradores brasileiros, dos quais poucos restam atualmente. Substituíram-nos há cerca de sete a oito anos [isto é, por volta de 1954/55] lavradores portugueses, que hoje representam seguramente 90% da população. Comprando aos poucos os direitos de posse e as benfeitorias da terra, os portugueses se instalaram no brejo dando feição à nova região. Dedicam-se essencialmente à horticultura, utilizando rotação de culturas em substituição à rotação de terras usual entre os brasileiros. (Galvão, 1962, p.179, apud Musumeci, 1987, p.75-76).

Instalados em Realengo, Bangu, Jacarepaguá, Rio da Prata, Mendanha e Guaratiba, teriam contribuído para disseminar o cultivo de olerícolas e algumas das técnicas produtivas empregadas [...]. Nas zonas agrícolas do Distrito Federal era às chamadas “hortas de portugueses” que se atribuía a vanguarda em produtividade e eficiência. Cabe notar, todavia, que nenhuma política de colonização foi posta em prática para beneficiar os agricultores lusitanos, tanto quanto os nacionais (e salvo nas altas encostas dos morros), enfrentaram e enfrentam até hoje condições extremamente precárias de acesso à terra. (Musumeci, 1987, p.75).

A região de Rio da Prata localiza-se em Campo Grande, consistindo em um sub-bairro deste. Muitos moradores se referem a Rio da Prata como bairro, devido às amplas dimensões das diferentes localidades de Campo Grande. Rio da Prata também faz limite com o Parque Estadual da Pedra Branca, e como, em Vargem Grande, também pode ser visto em termos de um processo de valorização da natureza no que se refere à proliferação de sítios destinados ao lazer, condomínios fechados de classe média e ao desenvolvimento de um polo gastronômico na região. Em ambos os bairros, parece haver uma segregação espacial quanto à localização da maior parte dos condomínios, geralmente localizados nas áreas mais baixas e próximas aos limites dos bairros, e às áreas dos sítios e roças, localizadas mais acima, em áreas de morro ou encostas, próximas aos limites do Parque, na cota de 100 metros que o delimita.

Abaixo, encontra-se o mapa que localiza as duas regiões separadas pelo Maciço da Pedra Branca:

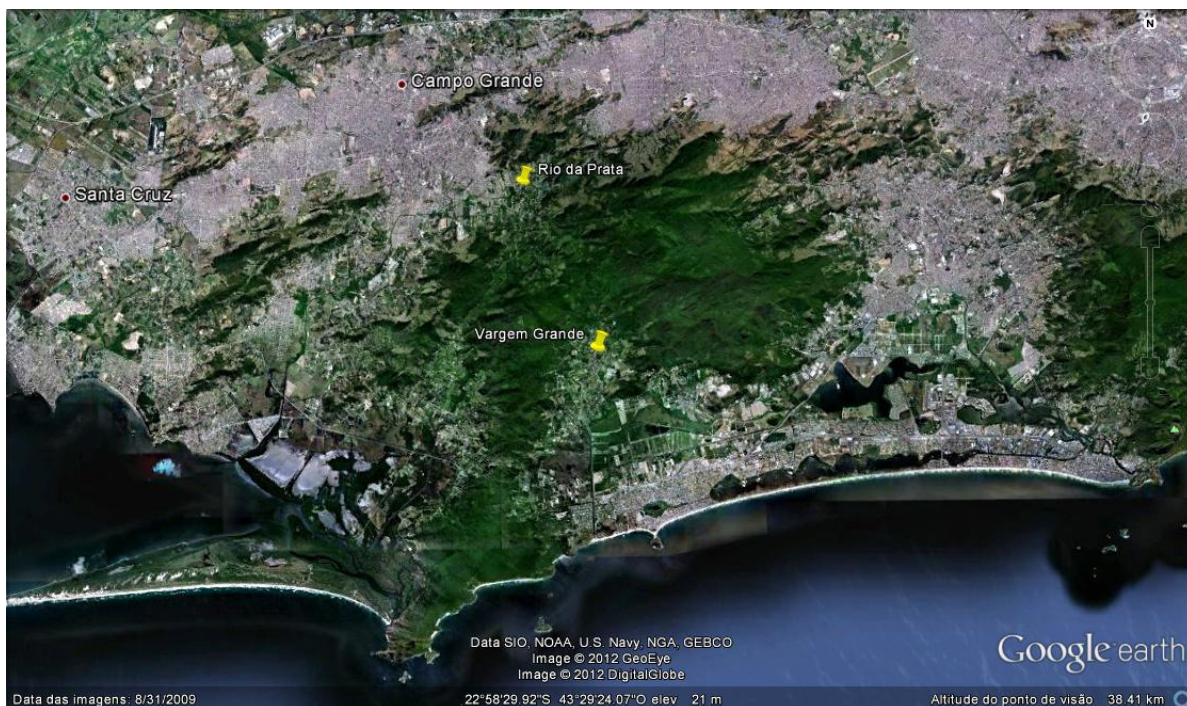


Figura 4 - Mapa das regiões separadas pelo Maciço da Pedra Branca.

Fonte: Google Earth, 2012.

Acerca da região hoje conhecida como Zona Oeste, Musumeci (1987) relata que, no período em que foi denominada de Sertão Carioca, esta foi marcada principalmente pela lavoura canavieira e a pecuária bovina até meados do século XIX, seguida pelo breve ciclo carioca do café (importante para que a ocupação agrícola se expandisse das áreas de baixada para as serras), até aproximadamente os anos de 1910-1920, quando passam a predominar atividades de extração de lenha e carvão, gradualmente abandonadas para dar lugar à citricultura a partir dos anos 1920 (fruto de um surto exportador que vai até o fim da Segunda Guerra). Acerca desse curto período, há também informações sobre o cultivo de hortaliças, que ganham status secundário a partir das falas de agricultores, sendo orientadas para autoconsumo. Também é importante ressaltar o avanço da cultura da banana desde os anos 1930 realizada nas altas encostas, à margem das áreas da laranja e da especulação imobiliária, onde foi possível para os agricultores encontrarem “[...] condições de permanência mais estável na terra, mediante a compra de lotes, ou a ocupação de terrenos públicos dentro de reservas florestais [...]” (Musumeci, 1987, p.73).

Pimenta (2007) afirma que os dados do censo de 1920 indicavam

[...] a região como a maior área cultivada e principal fonte de abastecimento alimentar; detentora do maior número de cabeças de gado e da maior produção de arroz e cana; a principal produtora de feijão e batata inglesa; a segunda produtora de milho, café e mandioca; e a única produtora de algodão e mamona. Da década de 1930 até os anos 1960, a Zona Oeste do Rio foi considerada a principal área agrícola de abastecimento da cidade, apesar de não atender à totalidade da demanda (p. 92).

Tal afirmação é reforçada por Abreu (1957) ao tratar da importância das roças e hortas existentes na região, entre aquelas localizadas em morros e baixadas na década de 50, nos bairros da Zona Oeste como Campo Grande, Santa Cruz, Guaratiba, Vargem Grande, Vargem Pequena e Jacarepaguá. O autor ressalta a presença de culturas temporárias e permanentes na região, como a banana, nas áreas mais sombreadas e úmidas, e a laranja, nas áreas mais ensolaradas. Na figura abaixo, o autor demarca as principais zonas de abastecimento dos mercados hortifrutigranjeiros, confirmando a importância da agricultura da região para o abastecimento de alimentos do então Distrito Federal.



Figura 5 - Principais zonas de abastecimento do então Distrito Federal.

Fonte: Abreu, 1957.

O período, então, é seguido pela “febre da laranja” até a década de 1950 e também é marcado pela diversificação para o aproveitamento de terra com a cultura mista de chuchu, batata, quiabo e jiló (Pimenta, 2007). O período seguinte, estendendo-se até o presente, e tendo em vista especialmente os agricultores de Vargem Grande e Rio da Prata, é voltado à produção de, principalmente, caqui (safra de março a junho) e banana (o ano todo)¹⁶, além de outras frutas e olerícolas destinadas a mercados locais como feiras livres, feiras orgânicas, vendas diretas e autoconsumo. Especificamente no município do Rio de Janeiro, no ano de 2010, a produção de banana teve 560 hectares de área plantada e colhida, alcançando 4,3 toneladas. Outra das lavouras principais entre os agricultores da Pedra Branca, a mandioca ou

¹⁶ Também são ressaltadas as produções de abacate, coco-da-baía, manga, maracujá, batata doce, cana de açúcar e mandioca (IBGE, Produção Agrícola Municipal 2010).

aipim, apresentou 1.305 hectares de área plantada e colhida, alcançando 20.900 toneladas, enquanto o caqui apresentou 40 hectares de área e 604 toneladas (PAM, 2010).

2.2 Transformações no espaço da Zona Oeste e o Parque Estadual da Pedra Branca

Como afirma Musumeci (1987), desde a década de 1950 e 1960, diversos estudos realizados na região do Sertão Carioca acerca de sua agricultura chamam a atenção para o problema da instabilidade na posse da terra alertando para o risco da possibilidade de desaparecimento da atividade agrícola. Especialmente em áreas de baixada, o cenário agrícola foi dando espaço para o avanço dos loteamentos nas periferias da cidade dizimando as áreas agrícolas da Zona Oeste. A autora cita alguns dos principais fatores que contribuíram para este cenário:

O impulso dado à construção civil (via mudanças na Lei do Inquilinato, criação do SFH, etc.); a política carioca de remoção das favelas das partes nobres da cidade para as periferias; a implantação de novos pólos industriais em terrenos agricultáveis; o apoio, direto ou indireto, à especulação imobiliária cada vez mais desenfreada; o abandono de qualquer plano de zoneamento e de qualquer tentativa de estabilizar o tão falado ‘cinturão hortifrutigranjeiro’ da Guanabara – tudo isso culminando, no final dos anos 60, com a ‘extinção’ da zona rural do Estado, convertido oficialmente, por força dos interesses tributários do governo e das pressões do capital imobiliário privado, em uma imensa e caótica área urbana. (Musumeci, 1987, p. 80).

Diante deste contexto, podem ser levantadas, através de uma breve contextualização, informações dos instrumentos legais que contribuíram para a preservação ou alteração das áreas agrícolas da Zona Oeste do município, com base, principalmente, na revisão feita por Pimenta (2007) acerca das normas e usos do território na região. É importante sinalizar, nesse sentido, que o Rio de Janeiro foi o Distrito Federal de 1763 a 1960, ano em que a capital foi transferida para Brasília e foi criado o Estado da Guanabara, constituindo-se apenas enquanto mais uma unidade da federação. Na década de 1970, é criado o Estado do Rio de Janeiro, que incorpora o Estado da Guanabara, tornando-se este a capital. Para Ribeiro (2000), tal transferência e mudança de importância política, em pleno ideário desenvolvimentista, acarreta o que autora chama de certa polissemia no tratamento da história do município, ora sendo o Rio de Janeiro referente à cidade, ao município-núcleo ou à totalidade metropolitana. As incertezas políticas referentes ao período da segunda metade do século XX também se refletem nas ações acerca do desenvolvimento e expansão da cidade, acarretando, obviamente, mudanças que levam à diminuição acelerada das áreas reservadas às atividades agrícolas.

No que toca à Zona Oeste do município, Ribeiro (2000) ressalta que esta região começa a ser valorizada em termos políticos e econômicos a partir da década de 1960, tendo efeito ainda sobre o fim do século XX no discurso político-administrativo especialmente no que toca ao crescimento e expansão da cidade. A região é marcada por intensos conflitos sociais decorrentes em grande medida da insegurança dos loteamentos irregulares, da presença de

grileiros e da irregularidade fundiária. No entanto, é com o olhar dirigido para períodos anteriores que se pode entrever o processo de conversão da zona rural em urbana. Conforme Pimenta (2007), o Plano Agache, elaborado de 1926 a 1930, trata das primeiras intervenções e leis de uso do solo e inicia aquela que ficou conhecida como a fase higienista da urbanização da cidade do Rio de Janeiro, marcada por programas de erradicação de favelas e transferência da população pobre para a periferia.

Além do Plano Agache, o surgimento dos conjuntos habitacionais, já na segunda metade do século XX, faz acentuar o processo de transformação da Zona Oeste especialmente nos bairros de Santa Cruz, Campo Grande e Bangu. No período de 1960 a 1980, a população desses bairros, acrescido o de Guaratiba, passa de 409.780 a 1.015.595 habitantes, incremento absorvido em grande parte por loteamentos populares e conjuntos habitacionais. Não é surpreendente que um dos efeitos mencionados pela autora se refira à desvalorização do patrimônio dos agricultores ali residentes:

em decorrência da falta de uma política de desenvolvimento agrícola que lhes apoiasse, especialmente em enchentes, muito comuns na região na região, muitos proprietários ofertaram terras para loteamentos irregulares ou se tornaram os próprios autores do parcelamento (Pimenta, 2007, p. 96).

Na década de 1980, uma iniciativa surgida entre os agricultores de áreas tradicionalmente agrícolas em aliança com o Sindicato Rural apresenta importantes resultados na conformação de uma legislação de proteção às áreas agrícolas do município. Dessa iniciativa, que resultou no Decreto nº 5.648/85, Pimenta (2007) ressalta a criação da Câmara Técnica sobre Atividades Agropecuárias, presidida pela Superintendência de Planejamento Urbano da então Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral e composta também por representantes do Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro, do Sindicato Rural do Município do Rio de Janeiro, da empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), da Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro (PESAGRO) e do Banco do Estado do Rio de Janeiro (BANERJ). Embora haja escassez de fontes acerca do surgimento dessa Câmara Técnica, a autora resgata alguns dos problemas elencados por este grupo no que concerne aos motivos de abandono das atividades agrícolas no município, quais sejam:

a carência de informação sobre os agricultores; as dificuldades de obtenção de insumos básicos e de crédito; a desorganização do sistema de comercialização; a falta de zoneamento compatível com a realidade municipal; a deficiência dos órgãos de assistência técnica ao produtor; e a alta renda dos atravessadores (Pimenta, 2007, p. 98).

Ainda que esses problemas persistam nos dias de hoje, o Decreto nº 5.648 de 30 de dezembro de 1985 visava iniciar, através da delimitação de sete Áreas de Interesse Agrícola, os possíveis caminhos para uma política de incentivo agrícola. As áreas delimitadas incluíam 2.713 hectares no Núcleo Colonial de Santa Cruz, Jesuítas e Palmares; 1.512 hectares no Mendanha e em Bangu abrangendo também parte do bairro Santíssimo; 276 hectares entre a Estrada do Furado e a serra da Paciência; 2.569 hectares em partes dos bairros de Santa Cruz, Sepetiba e Guaratiba; 665 hectares na região de Rio da Prata, em Campo Grande; além de áreas expressivas, não especificadas pela autora, na região de Ilha de Guaratiba e na região de Vargem Grande e Vargem Pequena. Ainda que a iniciativa tenha, com efeito, demarcado as

áreas, Pimenta afirma que tal medida se provou inócua, visto que a ausência de uma política agrícola de fato no município persistiu.

Uma série de medidas ainda segue na década de 1980 e 1990 marcando a revisão dos limites das áreas agrícolas e sua reclassificação enquanto Zonas Agrícolas. De um modo geral, o cenário da agricultura na Cidade do Rio de Janeiro permanece enfrentando diversos desafios que se refletem naqueles elencados durante a segunda metade do século XX. Conclui a autora que

Nos anos 1980, a aprovação do Decreto nº 5.648/85 dá limite “legal” às áreas agrícolas para fins de proteção. Em seguida, a Lei Orgânica e o Plano Diretor Decenal incorporam em seu texto instrumentos de proteção a essas áreas. Esses instrumentos, no entanto, não são aplicados e o Decreto nº 5.648/85 é considerado inócuo, fazendo prevalecer para essas áreas a política de implantação de moradias populares, que se consolida parcialmente por meio de leis de interesse social e pela omissão do poder público quanto à expansão das irregularidades. [...] Apesar disso, o poder público, dando continuidade a práticas da década de 1970, tem buscado, através de leis paralelas, permitir a implantação de moradias populares nas áreas agrícolas. Conclui-se, assim, que, por mais que orientações técnicas apontassem a importância da atividade agrícola para a economia da cidade e como meio de vida daqueles que retiram dela seu sustento, as áreas agrícolas sempre foram encaradas como vazios urbanos, disponíveis para a habitação popular e a implantação de atividades e serviços indesejáveis às áreas mais valorizadas da cidade; em outras palavras, como aterros sanitários e indústrias poluentes ou, ainda, um estoque de terras a ser utilizado no momento mais adequado à reprodução do capital (Pimenta, 2007, pp.106-107).

O tom de denúncia presente nos textos que se debruçam sobre a agricultura da Zona Oeste denota as condições a que a prática agrícola desta região esteve exposta ao longo do processo de urbanização do município. De fato, mesmo os estudos a que Musumeci (1987) recorre para retratar o histórico da agricultura do Sertão Carioca já advertiam desde as décadas de 1950 e de 1960 o problema da instabilidade na posse da terra, alertando para o risco de desaparecimento da atividade agrícola. Nas entrevistas realizadas com agricultores de Vargem Grande e Rio da Prata, o passado agrícola que dá lugar à urbanização é retratado em suas memórias acerca das localidades e confirma muitas das previsões anunciadas. Para uma agricultora de Vargem Grande, descendente de portugueses, que hoje mantém uma horta ainda que a maior parte de sua renda provenha de outras atividades como um comércio local em forma de pensão e da aposentadoria, as memórias se referem, principalmente, à atividade agrícola da família:

Trabalhava com verduras, plantas aqui em Vargem Grande. Eu vendia. Meu pai plantando e eu vendendo. Meus irmãos tudo plantavam. Tudo vivíamos disso, do plantio, colheita e venda do que a gente plantava né? Então tinha uma horta imensa, tudo isso aqui era plantio. Era uma horta. Tinha outra lá em baixo quando vai pro Recreio, depois do Parque Aquático, perto da ponte onde tem o canal. Ali do lado era tudo terreno plantado pela minha família. Ali tinha tudo que você pode imaginar. Tinha caminhão, todo dia ia caminhão cheio pro CEASA. Meu irmão colhia muita coisa, muita coisa... repolho, jiló,

alface, aipim, quiabo, maxixe, tudo de legumes e verduras... tinha cada repolho que parecia um boi... couve-flor, pepino, berinjela, vagem, cenoura, batata doce. Eles colhiam o caminhão. Era muita terra. Tinha uns 14, 15 trabalhadores. E tinha terra ainda para criação, gado, vaca e boi, cavalo, porco, galinha, pato. Era uma fazenda.

Para outro agricultor de Rio da Prata, que hoje mantém a prática agrícola como provedora da totalidade da sua renda, a memória recorre a um passado que reforça as características rurais da região:

a gente era basicamente rural né? Cê comprava o quê? Querosene, tinha aquelas lamparinas de querosene, sal, fósforo. O resto quase tudo se produzia em casa ou com os lavradores da região, inclusive café. A gente não comprava açúcar. Fazia rapadura, caldo de cana né? Alimentação no café da manhã, cê comia aipim, banana cozida, muita banana assada na chapa do forno né? E alimentação naquela época se caçava muito. Pessoal pra comer uma carne caçava ou criava galinha, porco, essas coisas.

Por outro lado, é importante ressaltar mais um aspecto fundamental, para além do processo mais evidente de urbanização, necessário para a compreensão das pressões sofridas pela prática da agricultura na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Especialmente no tocante à região do Maciço da Pedra Branca, grande parcela desta área foi transformada no Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB) através da lei estadual nº 2377, de 28 de junho de 1974. A área de preservação cobre 12.398 hectares, o que representa cerca de 16% de todo território do município do Rio de Janeiro, e é hoje considerada a maior floresta em perímetro urbano do mundo. No entorno do Parque pode-se constatar um grande número de agricultores, na sua maior parte, posseiros, que mantêm áreas de cultivo e produção.

O processo de criação do PEPB se dá através da declaração de utilidade pública para fins de desapropriação através do Decreto nº 1.634 de abril de 1963 (Sathler, 2010; Fernandez 2009). Por se caracterizar pela grande extensão, o Parque tem seus limites com vários dos bairros mencionados acima como áreas de tradição agrícola, tendo, ele próprio, grandes porções do território como área de produção. Na face Leste, seus limites se dão com os bairros da Taquara, Colônia, Camorim, Vargem Grande e Vargem Pequena. Ao sul, seus limites se dão com as regiões do Grumari e Guaratiba. A face Oeste se dá com o bairro de Campo Grande e a face norte apresenta limites com os bairros de Senador Camará, Bangu, Realengo e Sulacap (Fernandez, 2009). Ainda segundo as características geográficas do Parque, ele se encontra localizado no centro geográfico do município do Rio de Janeiro, compreendendo as encostas do maciço da Pedra Branca localizadas acima da cota altimétrica de 100 metros. No Parque, também está situado o ponto culminante do município – o Pico da Pedra Branca, que conta com 1.024 metros de altitude. Sendo área coberta por vegetação típica da Mata Atlântica, como cedros, jacarandás, jequitibás e ipês, além de uma variada fauna, composta por jaguatiricas, preguiças-de-coleira, tamanduás-mirins, pacas, tatus e cotias, nas áreas florestais remanescentes do PEPB é possível encontrar espécies raras,

endêmicas ou ameaçadas de extinção, além de espécies exóticas introduzidas, como as jaqueiras e os próprios bananais anteriormente aludidos¹⁷.

Além de buscar preservar os mananciais que abastecem a Zona Oeste, o PEPB foi criado de acordo com os objetivos que regem os parques nacionais: a conservação da natureza, a pesquisa científica e o lazer das populações urbanas (Fernandez, 2009). Segundo o SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), legislação que passa a classificar e ordenar as diferentes modalidades de áreas protegidas a partir de 2000, a categoria Parque tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (SNUC, 2000).

A figura a seguir apresenta um mapa do PEPB, evidenciando a localização da sede e das subsedes:

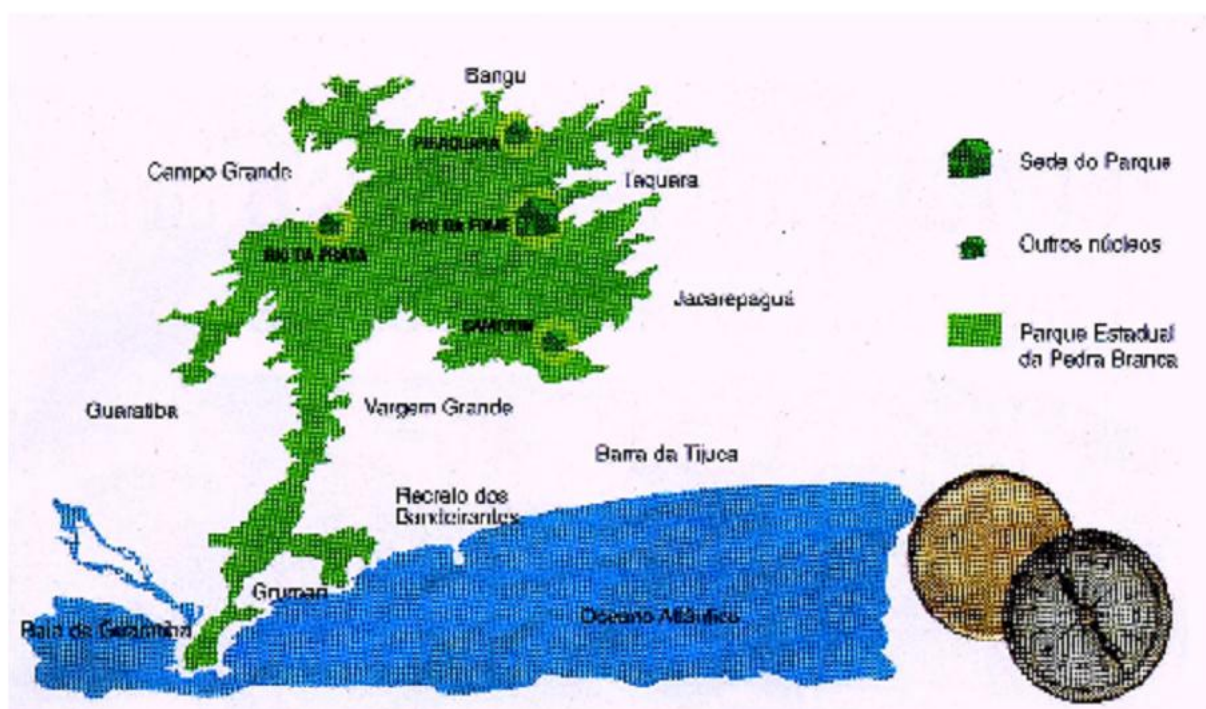


Figura 6 - Mapa do PEPB, com a localização da sede e das subsedes.

Fonte: Revista Rio Florestal (2005, p. 19).

É importante salientar, levando em consideração a legislação em torno das áreas protegidas proposta desde 2000 através do SNUC, que a categoria Parque está entre as UCPIs

¹⁷ Informações colhidas a partir dos trabalhos de Fernandez (2009), Sathler (2010) e do sítio eletrônico <http://www.parquepedrabranca.com/>.

(Unidades de Conservação de Proteção Integral), caracterizadas pela proteção da natureza através de regras e normas mais restritivas que aquelas das Unidades de Uso Sustentável¹⁸. A legislação implica, principalmente, no uso indireto dos recursos, atividades que não envolvam consumo, coleta ou dano aos recursos naturais (SNUC, 2000). Por terem sítios dentro das áreas do Parque e no seu entorno, as restrições impostas pela legislação ambiental aumentaram as dificuldades já vividas frente às mudanças nas relações de produção e de mercado para os agricultores do Maciço da Pedra Branca. Cercados por questões que envolvem as incertezas jurídico-institucionais de populações que residem em áreas de proteção, os agricultores se encontram, entretanto, amparados pela lei estadual que cria o Parque Estadual da Pedra Branca¹⁹, na qual a anterioridade da atividade agrícola nas áreas do Parque confere direitos às populações nativas.

Sathler (2010, p. 94), ao analisar o caso das Unidades de Conservação de Proteção Integral no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, afirma que

O conjunto de UCPI do Estado do Rio de Janeiro, independente da categoria, possui diferentes conformações institucionais (existência legal da unidade). O reconhecimento da UCPI, ou sua institucionalização, está atrelado aos objetivos para os quais foi criada. Ou seja, está atrelada a lei, o que obriga ao cumprimento de exigências básicas, tais como a existência de um ato legal de criação, limites geográficos definidos, posse e domínio público (para a maior parte delas), sede, administração, Conselho, Plano de Manejo e Zona de Amortecimento. Sem estas medidas, especialmente sem um território institucionalizado, a existência da UCPI é incompleta. É possível afirmar que uma UCPI sem um território institucionalizado é uma pretensão de UCPI, é uma vontade: uma abstração que se materializará na territorialização do espaço que se pretende proteger.

Não é a intenção desta contextualização entrar nos pormenores das leis ambientais no contexto federal e estadual e as tendências conservacionistas e preservacionistas que caracterizam as contradições relacionadas à permanência e ao reconhecimento de populações ali estabelecidas anteriormente à aprovação das leis em que passa a vigorar a existência das Unidades de Conservação. No caso do Parque Estadual da Pedra Branca, por ainda não cumprir normas na regularização das Unidades de Conservação, como, por exemplo, um plano de manejo (processo que hoje se encontra em curso), Sathler (2010, p.287) caracteriza várias de suas áreas (como a região de Rio da Prata, com seus sitiantes tradicionais intra e extraparque, que mantêm a prática agrícola, e a região de Vargem Grande, que, além da

¹⁸ Entre as categorias das Unidades de Proteção Integral estão Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre. No caso das Unidades de Uso Sustentável (que permitem coleta e uso dos recursos naturais), são categorias dessa modalidade: Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Reserva Extrativista, Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural (SNUC, 2000).

¹⁹ O Artigo 4º da Lei Estadual nº 2.377, de 28 de junho de 1974 diz “As ocupações existentes na data da presente lei poderão ser toleradas enquanto não for possível sua remoção ou transferência para fora dos limites do Parque”. Também a Lei RJ 2.393/95, aprovada na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, assegura a permanência de populações nativas residentes nas Unidades de Conservação sob sua jurisdição.

prática agrícola, também é caracterizada por condomínios de média e alta renda) como *espaços de incerteza* – entendidos como espaços que

versam sobre uma incerteza de limites geográficos e/ou de alcance da norma sobre estes limites. É uma incerteza de natureza territorial, referente à extensão e alcance do Poder estatal sobre um determinado espaço, seja ele privado (ocupado ou não) ou público (ocupado por particular ou pelo próprio Estado). [...] Em qualquer caso o espaço de incerteza é aquele ocupado ou utilizado previamente à decretação da UCPI.

A incerteza que caracteriza o espaço também potencializa conflitos que podem gerar uma *desterritorialização* subjetiva “como consequência direta das incertezas territoriais, e que tem por característica básica uma expectativa de remoção de indivíduos, famílias ou grupos do lugar ocupado na área delimitada UCPI” (Sathler, 2010, p. 287). Nas falas dos agricultores, pode-se ver a situação de angústia que tais incertezas podem provocar:

Graças a Deus, não tive contato com o pessoal do Parque [fiscais]. Nada. Nem ir lá, eles não vai. Nunca foram lá em casa. E tem outra: o meu sítio é todo passado de assim, de coisa... árvore, floresta mesmo. Eu não corto. Aquelas grandonas eu não tiro. Deus me livre. Se eu tiver que sair de lá pra onde eu vou?

Eu acho que quem é morador, já tá há muitos anos, tem direito a limpar, cultivar sua terra. Se não eu vou viver de quê? Eu não tenho dois empregos.

Eu tenho um amigo meu lá do Grumari e lá no Grumari foi o seguinte: primeiro, o velho me contou como que foi o negócio. Ele tinha, plantava o aipim. Mas aí o aipim ficou muito fraco. A terra foi dando, foi dando, depois o aipim não foi dando mais. Aí ele disse: como é que vou fazer? Tenho família grande, tenho filhos, já que tá na onda de planta, vou passar a produzir planta [ornamental]. Aí começou a produzir planta lá dentro do Grumari, aí foi uns caras pra lá fazer pesquisa, fizeram pesquisa ali. Depois, foi uma ordem que ele não podia nem mais plantar dentro do sítio, só podia plantar árvore. O Estado mandou até a polícia. Não podia tirar nem mais planta lá de dentro. Porque os cara fizeram a pesquisa. Assinaram sem saber os papel lá, o Estado mandou a polícia embargar a retirada de planta. Aí o cara falou: mas como é que aqui virou parque? Não, o senhor assinou o papel e fez um acordo aqui. Aí que ele foi lembrar que tinha assinado. Teve que comprar um terreno fora e tá produzindo planta fora de lá. Sendo que é dono do terreno, são dono do sítio. Isso que aconteceu. Isso é uma coisa que achei fora de ética das pessoas que fizeram. O cara tem família, tem gente que já mora, nascido e criado, então foi uma coisa fora de ética que fizeram. Aproveitaram da boa fé, fizeram a coisa e agora você chega e diz ‘não pode’. Os cara chegaram e não queriam nem conversa, nem olhavam pras caras do cara lá. Aí por exemplo vão brigar com eles porque eles são polícia? Aí não pode. Quem vai brigar com Estado né? Eu acho que é uma coisa muito fora de consideração. Os moradores são nascidos e criado lá dentro. Se você disser assim: mas as pessoas vieram depois. Aí cê já até sabe. Mas a pessoa que é nascido e criado no lugar, tem direito de usufruir daquilo. Acho assim.

Os impasses a que a situação da presença da agricultura nos limites do Parque leva também podem ser vistos na fala de uma moradora de Vargem Grande que participou do processo de criação da associação dos agricultores daquele bairro através do projeto Profito (tratado no capítulo 3):

[Quanto à criação do Parque], você criou uma legislação e você não criou o serviço. Você não institucionalizou. Nunca se fez regulamentação fundiária. Não existe condição de você ter uma vigilância em cima dos usos do que é feito acima da cota 100 com essa fronteira enorme que o Parque tem. Essa pressão imobiliária, não existe essa condição.... Então, de 1974 até agora, não se fez nada! O que a gente tem de melhor, tirando as poucas partes conservadas de fato, que são ilhas, o que a gente tem de melhor é a agricultura. Então alguns de nós pensamos que cunhar a agroecologia é proteger. E, naturalmente, a gente quer uma Unidade de Conservação Integral de fato e de direito porque até hoje não tem. Você tem cada vez mais a vegetação, as águas, tudo ameaçado. Então acho que é melhor recortar e dizer: 'vamos proteger isto'. E esse outro pedaço vamos dar um uso sustentável. Porque não acredito que tenha dinheiro suficiente pra tirar esse mundo de gente dentro do maciço, indenizar, regularizar fundiariamente e fazer um replantio. Não existe isso. Acho que isso é impossível. Então se puder ter essa agricultura protegida, acho que seria bem interessante pra cidade, né?

Leal (2005; 2010), no caso dos agricultores de Rio de Prata, e Fernandez (2009), ao tratar do modo de vida de agricultores organizados em três associações no Maciço da Pedra Branca, ressaltam que o Parque pode ser fonte de diferentes e contrastantes sentidos em relação à questão da agricultura ali praticada. Ao tempo em que cria restrições para o desenvolvimento da agricultura determinadas por uma legislação que impõe a maneira como aquele espaço deve ser ocupado e gerido, como “a abertura de novas roças em áreas que possuem árvores acima de um determinado tamanho e diâmetro; a ampliação e a rotação das áreas de cultivo; o uso do fogo, que era utilizado em uma das etapas da preparação do terreno a ser cultivado” (Leal, 2010, p.75), ou como a própria *desterritorialização subjetiva*, também é responsável pela manutenção da pequena agricultura ali realizada, protegida da pressão imobiliária presente nas regiões. Se, por um lado, “os agricultores são nesta condição condenados, no melhor dos casos, à reprodução simples no que diz respeito à incorporação de fatores de produção” (idem) e limitados quanto ao acesso e uso de seus recursos ou ativos tangíveis que compõem seu modo de vida, também se pode aqui reforçar outros fatores que levaram à ampliação dos significados da agricultura dentro dessas limitações. Para Fernandez (2009), o Parque pode ser entendido como um espaço de conservação da natureza ao tempo que também se configura como um espaço que permite a reprodução de uma pequena agricultura e a preserva de um processo mais amplo de urbanização e expropriação dos pequenos produtores. Vê-se, assim, que a própria institucionalização do Parque e com suas decorrentes restrições em relação à prática da agricultura, esta pode ser entendida sob outro prisma, que permite criar condições de legitimidade para a própria permanência da prática agrícola.

Nesse processo em que se vê a revalorização de ativos tangíveis (a estrutura física, a disponibilidade de terra para o cultivo, a presença de nascentes em várias das propriedades),

ainda que condicionados à restrição no uso, os agricultores buscam se apropriar de maneiras de demonstrar que suas práticas agrícolas podem ser conciliadas com os objetivos da conservação da natureza. No caso dos agricultores de Rio da Prata, esta se dá de modo mais evidente pela adoção de práticas da agricultura orgânica; processo também iniciado pelos agricultores de Vargem Grande, que ainda não têm a certificação de produtores orgânicos.

É diante desse contexto acerca do lugar da agricultura no município que passamos a entender os espaços de vida dos agricultores de Vargem Grande e Rio da Prata como um entre os ativos que compõem seu modo de vida. Entre os ativos tangíveis elencados por Chambers e Conway, pode-se destacar os recursos naturais e a estrutura física das propriedades dos agricultores. Estas, localizadas nos limites do Parque, se caracterizam pela presença de nascentes de água e apresentam boa parte coberta por Mata Atlântica em diferentes estágios de recuperação. Também a presença de árvores frutíferas, além dos bananais e dos caquizaís (estes últimos principalmente em Rio da Prata), caracterizam as propriedades. Os agricultores possuem animais (burros e mulas) utilizados para o transporte da produção para a área externa ao Parque, devido às condições dos caminhos (que muitas vezes não suportam outros meios de transporte, embora sejam usados por motoqueiros para fins de lazer, o que ainda causa maior dificuldade para transporte da produção). As roças se caracterizam, principalmente em Rio da Prata, pelo cultivo de hortaliças. Entre pomares e lavouras existentes nas propriedades, pode-se ver: banana, caqui, mandioca, abacate, limão, acerola, batata-doce, laranja-da-terra, tangerina, goiaba, jaca, mamão, manga, milho, chuchu, jiló, inhame, pimenta, abobrinha, taioba, guandu, entre outros. Os agricultores de Vargem Grande têm na banana sua principal produção, enquanto os de Rio da Prata são mais conhecidos, para além da banana, pelo caqui: “o nosso forte aqui é o caqui” foi o modo com que se diferenciavam, em diversas falas durante a pesquisa, dos agricultores de Vargem Grande. Além disso, é importante citar a diferença entre as formas de moradia que, em Vargem Grande, se restringem, na maioria, ao próprio sítio, enquanto em Rio da Prata, alguns agricultores têm a casa de morada separada do sítio, mais próxima ao centro urbano.



Figuras 7 e 8 - Moradia e meio de transporte da produção na vertente de Vargem Grande do Parque Estadual da Pedra Branca.

Fonte: Arquivo pessoal.

Para além do papel de conservação da natureza, pode-se ressaltar que esta agricultura também têm cumprido papéis no fornecimento de “alternativas para estabelecer circuitos curtos de produção e consumo; ampliar a integração entre espaços naturais e sociais; inovar as formas de organização popular” (Almeida, 2011, p.19) se articulando aos campos da agricultura urbana e periurbana e a agroecologia e, como resalta Almeida o caso desses temas na região metropolitana de Belo Horizonte, “trazendo novas perspectivas para o debate sobre a importância da qualidade de vida nas cidades, conectando o valor de uso do espaço urbano e a função social da propriedade”.

Isso leva a reforçar a ampliação de significados e valores da agricultura nesses espaços para além de sua definição básica como fornecedora de bens. A partir do engajamento dos agricultores e mediadores na Rede Carioca de Agricultura Urbana em projetos no âmbito do Programa de Agricultura Urbana, da AS-PTA, podem ser percebidas outras condições sob as quais essa agricultura do Maciço da Pedra Branca adquire outros sentidos, como o da agricultura urbana e periurbana. Ressalta-se que, em relação a esse tema, conforme regulamenta o Plano Diretor do Município do Rio de Janeiro (2011), “A caracterização do território municipal como integralmente urbano não exclui a existência de áreas destinadas a atividades agrícolas ou o estabelecimento de restrições urbanísticas e ambientais à ocupação de determinadas partes do território” (Artigo 13) e que este prevê as seguintes diretrizes na Política de Agricultura, Pesca e Abastecimento municipal: (i) implementação de projetos de agricultura institucional ou subsidiada em áreas ociosas, vazios urbanos ou áreas impróprias à ocupação; (ii) promoção e incentivo ao cooperativismo nas atividades agrícolas, pesqueiras e de abastecimento; (iii) desenvolvimento de mecanismos que possibilitem aos agricultores cariocas o acesso a linhas de crédito agrícola oficiais; (iv) priorização à adoção de ações de comercialização direta, de forma a dinamizar o escoamento da produção municipal; (v) manutenção de áreas com tradição agrícola, contribuindo para a dinamização da economia; e (vi) o estabelecimento de linhas oficiais de crédito agrícola destinadas aos produtores rurais cariocas (Artigo 254). Entretanto, pode-se inferir pela fragilidade institucional em que se encontra historicamente a agricultura no município que muitos dos objetivos da política de agricultura, pesca e abastecimento não se dão de fato até a presente data.

Tema que vem ganhando importância nas políticas municipais em geral no país, a agricultura urbana, também recebe menção no Plano Diretor do município ainda que, por um lado, bastante atrelada à ideia de ocupação de “vazios urbanos e espaços subutilizados”, concorrendo dessa forma com os projetos habitacionais, e, por outro, no chamado “Programa de Fomento à Agricultura Urbana Sustentável”, ligado à política de meio ambiente e com vistas a atuar junto a ações de prevenção dos efeitos das mudanças climáticas.

2.3 Algumas questões sobre a agricultura urbana

Da literatura que vem sendo produzida acerca do fenômeno da agricultura produzida nas cidades ao redor do globo, certamente, num primeiro momento, o que chama atenção, além da necessidade de construção de um conceito de agricultura urbana que abarque as dimensões políticas, sociais, ambientais e econômicas, é o questionamento acerca do que são os lugares da agricultura nas cidades. Tal questionamento se deve, em grande medida, pela ideia geral do rural tido como o lugar das atividades agrícolas e do urbano enquanto lugar das atividades não agrícolas. Além disso, a preocupação também é estendida para além do local

de produção da agricultura: dependendo de sua escala e qualidade, a agricultura urbana pode ser um ativo importante na construção das imagens de uma cidade produtiva e de uma cidade ecológica.

A agricultura urbana e periurbana é entendida como a produção de alimentos para autoconsumo ou comercialização dentro de espaços das cidades. De modo simples, pode-se dizer que este tipo de agricultura reconecta os moradores urbanos a espaços próximos à natureza em contraposição ao espaço industrializado, promovendo melhores condições de segurança alimentar e nutricional e a manutenção da paisagem diante de um contexto urbanizador. No entanto, também cabe afirmar que a separação entre agricultura e cidade é bastante recente, bastando consultar a historiografia dos primeiros aglomerados urbanos para ver a relação entre um e outro. No entanto, seu foco recente permite que a discussão sobre cidade ganhe novas escalas. As dificuldades em definir a agricultura urbana se referem, segundo Mougeot (1999), à construção de um conceito unificador, mais abrangente, que considera todos os tipos de experiências e iniciativas a que ela pode se relacionar. Ao tempo em que o autor considera os aspectos da localização (a agricultura intraurbana e periurbana) como coerência interna do conceito, também chama a atenção para a funcionalidade externa da agricultura urbana, questionando-se sobre como ela se posiciona em relação à agricultura rural, ao desenvolvimento urbano sustentável e aos sistemas alimentares urbanos, de modo a se diferenciar de conceitos relacionados.

Para definir o conceito de agricultura urbana, e as variantes agricultura intra e periurbana, Mougeot (1999) recorre ao fato de que uma vez iniciados esses debates em espaços como a FAO e a UNDP torna-se urgente que a comunidade que se propõe a estudar os temas e acompanhar as experiências de transformação recente nas cidades trate o fenômeno de modo mais sistemático. Para o autor, o conceito de agricultura urbana deve possuir um formato e conteúdo próprios permitindo que seja desenvolvido frente ao empírico e à interação de conceitos relacionados. Isso o leva, com vistas a traçar sua identidade externa e interna, a chamar a atenção para algumas características-chave: os tipos de atividades econômicas geradas; os produtos gerados, sejam alimentares ou não; as características do local onde é produzida, se em áreas intraurbanas ou perirurbanas; os tipos de áreas, o que muito também depende da escala de produção; o destino dos produtos e sua entrada em mercados; e os sistemas de produção, atentando novamente à escala. Cabe assinalar que o que diferencia a agricultura urbana da agricultura rural, para o autor, é sua integração ao sistema ecológico e econômico urbano. Tais componentes da definição parecem ter se tornado convencionais sob a ótica de diversos outros autores, por vezes tendo outros temas inseridos na definição, como o tipo de atores envolvidos e o impacto na segurança alimentar e nutricional nos locais onde se veem experiências de agricultura urbana. Uma vasta diversidade de trabalhos se versa da descrição desses componentes enquanto seus objetivos²⁰.

²⁰ O trabalho de mapeamento bibliográfico acerca da agricultura urbana no mundo empreendido pelo Programa de Agricultura Urbana da ONG holandesa ETC (2003) discrimina os seguintes principais temas na literatura produzida acerca do fenômeno, agrupados em duas grandes áreas – Impactos da Agricultura Urbana e Formas de Agricultura Urbana: no primeiro, segurança alimentar e nutrição; impactos econômicos; ecologia urbana; desenvolvimento comunitário; riscos de saúde e ambientais associados com a agricultura urbana; e gênero; no segundo, criação de animais na cidade; horticultura urbana; florestas urbanas; e aquacultura urbana. Outros temas também encontrados no trabalho, mas em menor quantidade, se referem à reutilização da água,

Seja entendendo-a como a produção de alimentos na cidade ou como a ocupação e utilização de espaços ociosos, a agricultura urbana é objeto de estudos com diferentes abordagens. Ellis e Sumberg (1998) entendem que há duas linhas de pensamento sobre o tema. A primeira é baseada em largo apoio e defesa do fenômeno, associada a ideias de autossuficiência alimentar de famílias e cidades. Nessa vertente, podem figurar pesquisas e trabalhos de diversas ações governamentais e a presença do fenômeno como ação específica nas agendas de agências internacionais como a FAO²¹. A segunda linha se preocupa de forma mais dedicada com a investigação empírica da incidência da produção de alimentos, embora Ellis e Sumberg ainda ressaltem que essa linha da literatura seja baseada principalmente em pesquisas realizadas no contexto africano e que também seja especialmente focada nos casos de pobreza urbana. Ainda seguindo os autores, talvez a maior crítica direcionada a tais vertentes dos trabalhos seja a tendência a negligenciar as relações entre o rural e o urbano, focando um ou outro como desprovidos de associações e inter-relações.

Nesse contexto, levando em conta que o conceito de agricultura urbana pode ser encarado como basicamente uma construção política, na qual diversos atores contribuem com sua formulação em termos de políticas de desenvolvimento e tipos de políticas públicas, é importante buscar descrever as iniciativas e os atores envolvidos em sua promoção e desenvolvimento. Mougeot (1999) entende que as dificuldades em definir a agricultura urbana se referem, à construção de um conceito unificador, mais abrangente, que considere todos os tipos de experiências a que ela pode se relacionar. Ao tempo em que o autor considera os aspectos da localização (a agricultura intraurbana e periurbana) como coerência interna do conceito, também chama a atenção para a funcionalidade externa da agricultura urbana, questionando-se sobre como ela se posiciona em relação à agricultura rural, ao desenvolvimento urbano sustentável e aos sistemas alimentares urbanos, de modo a se diferenciar de conceitos relacionados. Na leitura de Mougeot ganham ênfase as características da localidade onde se dá o fenômeno, o que se pode constatar na referida preocupação acerca de sua coerência interna. O autor não deixa de ressaltar, no entanto, as dimensões da agricultura urbana ressaltadas em diversos trabalhos, quais sejam: os tipos de atividade econômica que ela gera, ressaltando a relação entre produção, processamento e comercialização; as categorias e subcategorias alimentícias e não alimentícias (entre as últimas ressaltando plantas ornamentais e produtos agroindustriais, como o tabaco); os tipos de área onde a agricultura é praticada, como áreas industriais, institucionais ou residenciais; a destinação da produção; e, por último, a escala dos sistemas de produção.

Ao determo-nos sobre os tipos de atividades em torno da agricultura praticada nas regiões metropolitanas, dados acerca da realidade brasileira no que se refere à agricultura urbana e periurbana estimam que 46% das experiências e iniciativas se referem à produção vegetal, 22% à comercialização, 15% a serviços, 10% à produção animal, 6% à transformação e 1% à produção de insumos (Santandreu e Lovo, 2007). Sobre a dimensão econômica, Carvalho (2007) resalta as possibilidades de atividades mercantis que vão desde a agricultura, pequena criação, pecuária, pesca, maricultura, agroindústria familiar,

reutilização de dejetos orgânicos, agricultura urbana e planejamento urbano, pesquisa e desenvolvimento, serviços de crédito, mercado e extensão, e conexões entre o urbano e o rural.

²¹ O programa Food for the Cities, promovido pela FAO desde 1998 é ilustrativo da importância que o tema tem tomado nas ações de desenvolvimento.

agrofornecimento, serviços voltadas para atividades agrícolas, serviços ambientais e atividades de lazer. Tais atividades podem ser relacionadas à geração de emprego e renda, a o desenvolvimento local e à segurança alimentar e nutricional das famílias envolvidas.

Ainda que outras dimensões tenham peso relevante no fomento e apoio à agricultura urbana é certamente o elemento espacial que ganha ênfase ao tempo em que ele próprio é caracterizador do conceito. O urbano da agricultura urbana é objeto de várias reflexões. Santandreu e Lovo (2007), partindo da ideia de multifuncionalidade da agricultura urbana tratam da contribuição desta para a construção de diferentes dimensões de cidades: a cidade produtiva, a cidade ecológica, a cidade que respeita a diversidade social e cultural e a cidade que promove a segurança alimentar e nutricional. Sob o ponto de vista de sua multifuncionalidade, a agricultura urbana e periurbana geraria, assim, orientações para a promoção de políticas e ações voltadas para a melhora da gestão ambiental, da gestão territorial, a promoção da equidade de gênero e respeito às condições étnicas e culturais, combate à pobreza, promoção da segurança alimentar e nutricional, e por fim, a promoção da inclusão social e governabilidade.

A agricultura urbana é hoje vista relacionando desde a forma e localização em que se produz ao destino final da produção e ao modo com que se organizam aqueles envolvidos na prática agrícola em espaços da cidade. Sua emergência enquanto tema de estudos e intervenções de desenvolvimento pode remontar ao fim da década 1980 junto à emergência de um amplo campo de ações relacionadas ao discurso da sustentabilidade e à crítica sistêmica ao desenvolvimento. De modo simples, pode-se dizer que este tipo de agricultura reconecta os moradores urbanos a espaços próximos à natureza, em contraposição ao espaço industrializado, promovendo melhores condições de segurança alimentar e nutricional e a manutenção da paisagem diante de um contexto urbanizador. Mas, à primeira vista, a expressão agricultura urbana pode parecer um paradoxo: a agricultura, em sua imagem comum e mais básica, remete ao espaço do campo como principal meio de vida no mundo rural durante boa parte da história da civilização humana, enquanto a imagem do urbano leva às cidades e metrópoles, que guardam, por sua vez, mais proximidade com o concreto e o asfalto do que com a terra no imaginário social. Esse jogo de imagens bastante simplório, obviamente, não condiz com a complexidade das relações que formam o meio urbano ou o meio rural nos dias de hoje. Considerando a agricultura urbana como um paradoxo e a dualidade do campo e cidade de forma estanque, deixa-se de lado o aspecto relacional que permite enxergar o meio em que o fenômeno da agricultura na cidade através dos processos que o permeiam e as relações que se desdobram no modo de viver dos habitantes das cidades.

Tema que tem sido recorrente nas agendas de agências de cooperação e organizações não governamentais no mundo todo, a agricultura urbana muitas vezes é apresentada como um conceito integrador na medida em que abarca questões econômicas, ecológicas, paisagísticas, educacionais e outras. Abarcando dimensões sociais, políticas e ambientais, como afirma Mougeot (2005), sua influência nas discussões acerca do futuro das cidades é central. De fato, levando em conta o crescimento das cidades, fenômeno global que baliza a ideia de que o século XXI seja o “século das cidades”, justifica-se a importância de novos olhares e intervenções sobre os espaços urbanos. Em 2008, pela primeira vez na história, mais da metade da população mundial passou a viver nas cidades e, segundo projeções, em 2030, estarão vivendo nas cidades do mundo em desenvolvimento 81% da população mundial (UN-Habitat, 2011). Mesmo diante de tais estimativas, ainda permanecem afirmações acerca do urbano que, tomando como exemplo esse mesmo relatório de cunho obviamente político,

mantêm a imagem homogênea das cidades, enfatizando seu papel econômico, entendendo-as como o lugar da produtividade e competitividade, centros de conhecimento, inovação e especialização da produção e serviços (p. 2). Além disso, são consideradas muito mais produtivas do que áreas rurais, sendo a urbanização a inevitável força do desenvolvimento, fornecendo infraestrutura, serviços e comunicações eficientes, além da mão de obra qualificada (p. 41).

Embora tais imagens sejam ainda dominantes em círculos de *policy makers* e agências de desenvolvimento, a direção a que nos guia o conceito de agricultura urbana leva o olhar para uma cidade menos homogênea, na medida em que nos faz atentar a práticas que vêm sendo realizadas num largo histórico que remonta ao surgimento das primeiras cidades. Max Weber (1987) já observava que nas cidades típicas da Antiguidade (as *poleis*) a agricultura exercia papel fundamental na cobertura das necessidades dos habitantes através do cultivo da terra. Se, contudo, os olhares hoje dirigidos às cidades são marcados, na maioria das vezes, por questões relativas à urbanização, a intenção aqui é dar visibilidade a espaços da cidade que resistem ou que não são afetados por um imaginário social da afirmação do urbano. No caso específico desta dissertação, essa “imagem do urbano” e da inexistência de agricultura na cidade do Rio de Janeiro obviamente tem implicações políticas, especialmente no que tange à deslegitimação de reivindicações daqueles envolvidos na prática agrícola frente ao poder público, como alega Fernandez (2009), no caso dos agricultores do Maciço da Pedra Branca.

A persistência de práticas agrícolas nas cidades do mundo pode ser explicada por pelo menos quatro razões: a continuidade de práticas históricas, a revolução da agricultura industrial, a rápida urbanização após a Segunda Guerra Mundial e a grande expansão dos segmentos de baixa renda da população urbana (UNDP, 2006). A explicação aqui utilizada deixa margem para o entendimento de que há continuidades e mudanças nos caminhos da agricultura urbana. Em alguns casos, como no aumento da pobreza nas cidades, o recurso à atividade como forma de se sustentar ou de minimamente complementar dietas pode ser uma das saídas encontradas, em outros, o próprio crescimento das cidades pode abarcar áreas antes consideradas rurais, dando lugar às feições urbanas em detrimento dos espaços de produção agrícola. Em casos específicos das metrópoles brasileiras, ainda é de se enfatizar o intenso fluxo migratório do campo para a cidade durante a segunda metade do século XX que levou milhões de migrantes com histórico rural para o meio urbano.

Seja caracterizada como o cultivo em pequenos espaços para consumo próprio ou lazer, quintais e hortas urbanas individuais ou comunitárias nas escolas e igrejas, os sítios nas áreas consideradas nos Planos Diretores das cidades como urbanas ou aqueles em áreas de crescente urbanização, a agricultura urbana permanece como desafio e oportunidade no cenário de um mundo em crescente urbanização. No Brasil, de 2004 a julho de 2008, o Ministério do Desenvolvimento Social investiu 50 milhões de reais em 4.892 unidades de funcionamento, entre elas 4.600 hortas e criatórios, 180 pequenas agroindústrias e 62 feiras e mercados, atingindo 220 mil famílias participantes (dados do sítio eletrônico do MDS). O acesso a essas políticas é marcado pela atuação de comunidades aliadas a agentes de desenvolvimento, como ONGs e o poder público, mas ainda tem sido minoritário diante da existência das experiências de agricultura urbana no Brasil e de valores monetários tornados disponíveis. O caso mais significativo em relação ao acesso a políticas diretamente relacionadas ao tema é o de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais. O caso foi recentemente analisado por Lovo (2011), configurado por um histórico de alianças entre a sociedade civil,

ONGs e órgãos do poder municipal, que levou à institucionalização da Política Municipal de Apoio à Agricultura Urbana.

As experiências de agricultura na cidade do Rio de Janeiro acompanham o fenômeno conhecido de uma invisibilidade do campesinato construída politicamente e reforçada no contexto de século XXI, quando se alega o início do momento das cidades ordenadas em torno de megaprojetos embasados nos dados oficiais de que mais da metade da população mundial vive em espaços urbanos nesse início de século. Entretanto, as experiências de fortalecimento e busca por visibilidade fazem reconhecer, como faz Ploeg (2009), que há muito mais camponeses do que nós imaginamos ou queremos admitir, podendo incluir enquanto seus espaços de vida mesmo as cidades e lugares mais urbanizados. O fenômeno da agricultura nas cidades também pode ser percebido na medida em que, na luta por autonomia e sobrevivência em um contexto de privação de direitos e dependência, os agricultores se apropriam de estratégias para o acesso a políticas públicas construindo um repertório de novas atividades produtivas e de sociabilidade em espaços cada vez mais restritivos para a agricultura enquanto meio de vida.

No caso analisado nesta pesquisa, os lugares da agricultura produzida no Maciço da Pedra Branca não devem ser vistos somente como os locais dos sítios e da produção. Porque se estendem a questões que envolvem o associativismo, a atuação em projetos e redes, e a construção de reivindicações em torno da questão da agricultura na cidade do Rio de Janeiro, os lugares da agricultura aqui são entendidos como fóruns compostos por diferentes atores que valorizam recursos e desenvolvem novas capacidades, conforme será tratado no capítulo a seguir.

CAPÍTULO III

A CONSTRUÇÃO DE REIVINDICAÇÕES E ACESSO NAS ASSOCIAÇÕES DE AGRICULTORES DO MACIÇO DA PEDRA BRANCA

Quando iniciei a pesquisa de campo e participei da última reunião do ano de 2010 realizada pela Rede Carioca de Agricultura Urbana em Vargem Grande, estava, sem saber, participando do momento em que se aproximavam da Rede os agricultores daquela região e os de Rio da Prata. Como mais tarde diversos interlocutores lembrariam aquela reunião como o momento em que essa aproximação se dava, participei, em grande medida, como observador e agente, na construção de reivindicações e outras questões que se seguiriam até a presente data. Este capítulo busca retomar esse período, ainda que com a ressalva de apresentar encaminhamentos que se deram até o início de 2012.

Com o objetivo de apresentar a construção de reivindicações e acesso e o cenário sob o qual esta se dá, o capítulo está organizado de modo a apresentar a formação das associações Agroprata e Agrovargem. Ambas as associações foram constituídas nos anos 2000 a partir da ação de mediadores, constituindo-se como possibilidade de resistência para estes agricultores, para sua reprodução social frente a ameaças externas. Com a criação das associações, os agricultores têm se aproximado dos manejos agrícolas da agroecologia e da agricultura orgânica e construído estratégias para a comercialização de seus produtos. A maioria dos agricultores tem na fruticultura a principal fonte de rendimento do grupo doméstico, havendo, em alguns casos, a combinação da fruticultura com a horticultura, o que representa um incremento no rendimento e na dieta da família. Contudo, não é apenas a dimensão produtiva e econômica que leva estes agricultores a se engajarem coletivamente: está também em jogo nas agendas das associações o direito de uso da terra em oposição à propriedade especulativa. Em suas falas, se percebe que a atuação como atores coletivos permite que façam frente às pressões que vêm sofrendo tanto da especulação imobiliária como da criação das áreas de preservação permanente.

Para Cefaï, Veiga e Mota (2011), as associações são meios de sociabilidade e de socialização que aproximam e reatam as pessoas, instituindo novos polos de existência coletiva ao mesmo tempo que separando e muitas vezes excluindo. Além disso, os autores afirmam que as associações podem ser vistas como formas de ação coletiva, podendo ser analisadas a partir da sociologia das organizações, pois “[...] para existir elas devem mobilizar recursos, se ajustar ao ambiente, produzir uma divisão do trabalho e uma repartição da autoridade, se assegurar do engajamento das competências e da convergência de energias” (p.13-14).

Partindo das formas que articulam vínculos locais de vizinhança e uma rede de conhecimentos interpessoais, as associações se constituem a partir destas sociabilidades cotidianas em espaços de participação onde passam a interagir com outras organizações e também buscam diálogo com o Estado. Como organização de ações coletivas, as associações, para os agricultores interlocutores desta pesquisa, têm desempenhado um papel importante para a manutenção de seus modos de vida: elas têm sido fundamentais na luta pelo próprio reconhecimento enquanto agricultores e para o acesso a políticas públicas.

Em paralelo às associações, chama a atenção a presença de diferentes agentes em projetos que visam contribuir para o desenvolvimento da atividade dos associados. No caso descrito nesta pesquisa, o Profito tem papel fundamental na construção do cenário em que a agricultura da Pedra Branca tem seus valores ampliados. Idealizado em 2006 no âmbito da Plataforma Agroecológica de Fitomedicamentos do Instituto Farmanguinhos²², o projeto inicialmente se chamava Projeto de Plantas Medicinais no Entorno do Parque Estadual da Pedra Branca e foi criado no contexto de implantação da Política Nacional de Plantas Medicinais e Medicamentos Fitoterápicos, de 2001. Estendendo-se até hoje, ele apresenta importante papel no desenvolvimento das associações aqui estudadas, tendo uma das associações, a Agrovargem, se constituído a partir do engajamento dos agricultores nas atividades do projeto. É também fundamental para as associações o engajamento dos pesquisadores sobre as questões levantadas pelas associações, como este capítulo busca demonstrar. É através de membros da equipe do projeto que as associações se aproximam da Rede Carioca de Agricultura Urbana, num cenário em que a agricultura na cidade busca se fortalecer e criar condições para sua manutenção. A descrição desse cenário, onde são construídas as reivindicações e acesso que constituem parte de modos de vida sustentáveis em torno da agricultura na cidade, é apresentada neste capítulo.

3.1 Associação dos Agricultores Orgânicos da Pedra Branca – Agropрата

Fundada em 2002, a Associação dos Agricultores Orgânicos da Pedra Branca – Agropрата surgiu no contexto do projeto elaborado pela ONG Associação Projeto Roda Viva, “Desenvolvimento Sustentável na comunidade rural do Rio da Prata”, que tinha como objetivo a conversão da agricultura praticada por agricultores do Maciço da Pedra Branca, na região do Rio da Prata, em Campo Grande, para a agricultura orgânica. O projeto ocorreu no período de 2001 a 2003 e contou com financiamento da União Europeia. Proposto por um engenheiro agrônomo²³, o projeto buscava suscitar o interesse pela agricultura orgânica entre os agricultores de Rio da Prata, convertendo seu sistema de produção considerado de baixa produtividade, o que agregaria valor à produção local, inserindo-a em um novo mercado com melhorias na renda dos agricultores. Ao mesmo tempo, por terem a maior parte de seus sítios dentro dos limites do Parque Estadual da Pedra Branca, o projeto propunha incorporar entre os agricultores responsabilidades acerca da preservação do meio ambiente e da saúde de produtores e consumidores através do sistema orgânico.

²² O Instituto de Tecnologia em Fármacos (Farmanguinhos) é uma unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), e é o maior laboratório farmacêutico oficial vinculado ao Ministério da Saúde brasileiro (dados do sítio eletrônico <http://www2.far.fiocruz.br/farmanguinhos/>).

²³ É importante salientar que a ONG que desenvolveu o projeto de capacitação dos agricultores não tinha histórico de trabalhos relacionados ao desenvolvimento rural. Segundo seu site na internet, “a Roda Viva é uma organização civil, de caráter educacional, criada em 1986, a partir da luta de professores em prol da educação de qualidade. Desde então, constrói práticas voltadas à formação de educadores, à educação integral e à cidadania plena, sob dois programas: Desenvolvimento Comunitário e Fortalecimento da Escola Pública” (<http://www.rodaviva.org.br/>). Segundo Fernandez (2009, p.302), que entrevistou o engenheiro agrônomo responsável, o projeto de capacitação para a prática da agricultura orgânica surgiu como sugestão de sua esposa “desenvolvia atividades de monitoramento da qualidade dos rios da região, junto com adolescentes de escolas públicas e privadas de Campo Grande”.

Pelo fato de os agricultores terem a maioria de seus sítios dentro dos limites de uma unidade de conservação, o projeto contou com a anuência da administração do Parque Estadual da Pedra Branca e do Instituto Estadual Florestas (IEF), hoje Instituto Estadual do Ambiente (INEA). Para tal, o projeto buscava garantir que os agricultores fossem atores fundamentais na recomposição de áreas degradadas do PEPB e de seu entorno. Tal fato também garantiria o compromisso, por parte dos agricultores, em não expandir suas áreas de plantio e suas moradias. Constava também como objetivo do projeto a própria criação da associação, a ser realizada em seu período final, “que funcionaria, ao mesmo tempo, como entidade representativa e como um espaço de atuação coletiva e de definição pública de interesses e posições frente aos problemas daquela região” (Leal, 2010, pp.74-75).

Acerca dos procedimentos adotados pelo projeto para a capacitação dos agricultores no sistema de produção orgânico, pode-se recuperar através dos trabalhos de Fernandez (2009) e Leal (2005; 2010), as atividades referentes a excursões e visitas a iniciativas de agricultura orgânica e agroecologia, a realização de dois cursos de capacitação sobre agricultura orgânica com duração de dois meses cada, entre julho e agosto de 2001 e agosto e setembro de 2002, além das práticas de mutirão entre os agricultores em suas propriedades. Especialmente quanto às viagens e trocas de experiências com outros grupos, essas eram realizadas de modo intercambiado entre os agricultores de Rio de Prata que, quando do retorno dessas atividades, faziam relatos e trocas com os que não haviam participado. Conforme Fernandez (2009, p.304), “Assim, aos poucos, o projeto foi sendo implantado com a construção de fóruns de debate que permitiram o partilhamento dos problemas, a busca de soluções e a construção de uma identidade afirmativa de produtores orgânicos”.

Entre as atividades desenvolvidas como recurso ao aprendizado e troca de conhecimentos, a formação dos agricultores como “orgânicos” e a forma de suscitar o interesse por este sistema produtivo, Leal (2010, pp.78-79) enumera as seguintes visitas e trocas, momentos entendidos como da ampliação do universo de relações dos agricultores de Rio da Prata:

- Visitas à Fazenda Agroecológica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro;
- Visita à unidade de produção orgânica em Petrópolis – RJ;
- Visita à Associação Horta Orgânica, em São José do Vale do Rio Preto – RJ;
- Visita ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro – RJ;
- Visita ao sítio do naturalista Raul, em Guaratiba – RJ;
- Visita ao Centro de Tecnologia da Agroindústria de alimentos da EMBRAPA – RJ;
- Exposição da experiência e venda de produtos no Encontro Nacional de Agroecologia, ocorrido em julho de 2002, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro; no Congresso Nacional de Agricultura orgânica, em Nova Friburgo – RJ; e no Dia do Meio ambiente, no Carrefour Tijuca;
- Contatos e reuniões com representantes da Defesa Sanitária Animal, da Sub-Prefeitura do Rio, do Instituto Estadual de Florestas/IEF, do projeto Mutirão de Reflorestamento da Prefeitura do Rio de Janeiro, do Pavilhão 30 da CEASA, da Fábrica de Banana-passa (BANSUIT), em Cachoeira de Macacú;

- Contatos com representantes de empresas compradoras de produtos certificados como “orgânicos”, como a Agrinatura, Algemar, UNACOOOP, Hortifruti, COBAL do Leblon;

- Formalização de acordo com o Instituto Estadual de Florestas, do estado do Rio de Janeiro, para o cadastramento das famílias no Parque Estadual da Pedra Branca; -
Exposição da produção dos agricultores orgânicos do Rio da Prata, em Campo Grande, Rio de Janeiro – RJ, em 13/10/02.

Além destas visitas a instituições de pesquisa e extensão e a produtores e associações com experiência no cultivo e comercialização de orgânicos organizadas pelos “agentes de mudança” envolvidos no projeto, também foram realizadas excursões no último ano de implantação do projeto nas quais os agricultores estabeleceram contatos com representantes dos seguintes projetos:

- Experiência de agrofloresta, beneficiamento caseiro de frutas da mata atlântica – trabalho desenvolvido pela ONG IDACO, em Paraty/RJ;

- Manejo e beneficiamento de caqui – orientado pelo CAT (órgão governamental), em Guararema/SP;

- Manejo orgânico de hortaliças e beneficiamento, embalagem e mínimo processamento – Trabalho realizado pela empresa Horta e Arte, localizada no município da São Roque/SP;

- Manejo ecológico de hortaliças e pequenos animais, comercialização em feiras livres e cooperativismo, desenvolvido pela Colméia – Cooperativa localizada em Porto Alegre/RS;

- Experiência com adubação verde, resgate de variedades crioulas de milho, agrofloresta e organização no meio rural. Trabalho desenvolvido pela ONG AS-PTA, em União da Vitória/PR²⁴.

Os cursos e reuniões realizados durante o projeto aconteciam inicialmente na Igreja de Rio de Prata, o que fez com que os primeiros agricultores a se inserirem no projeto fossem mais próximos por relações de familiaridade e compartilhem hábitos semelhantes. Quando foi construída a sede da associação, localizada mais acima, em terreno de um dos associados, próximo ao posto de entrada do PEPB, na Estrada da Batalha, as reuniões foram para lá transferidas, sede que permanece hoje como o local das reuniões da associação. Além do espaço para reuniões, uma sala aberta, a sede também conta com uma cozinha com forno para a produção dos produtos em passa, uma sala menor para armazenamento dos produtos beneficiados e, logo à entrada da associação, uma estufa para amadurecimento das bananas.

²⁴ As atividades e visitas enumeradas constam da pesquisa realizada por Leal (2005; 2010) que teve acesso ao relatório final do Projeto Desenvolvimento Sustentável na Comunidade Rural do Rio da Prata, datado de 2003, onde foram detalhadas. Embora não tenha tido acesso a este documento, a importância dessas experiências seria mais tarde reforçada durante a pesquisa de campo, sendo diversas vezes retomadas pelos agricultores ao descreverem a história da associação e ao comparar sua produção orgânica à de outros lugares.



Figuras 9 e 10 - Vista da sede da Associação Agroprata na Estrada da Batalha, em Rio da Prata e Cartaz com logomarca da associação afixado no espaço de reuniões.

Fonte: Arquivo pessoal.

A estrutura organizativa da Agroprata, conforme consta em seu estatuto elaborado em 2002, consiste nas diretorias executiva, administrativa e financeira, de associativismo e comercialização, técnica e de relações públicas. Dentre as funções de cada uma, podem ser ressaltadas: na diretoria executiva, a convocação de reuniões, representação da associação, assinatura de cheques e ordens de pagamentos e elaboração de propostas de planos de atividades e orçamentos; na diretoria administrativa e financeira, a administração, cobrança de mensalidades, assinatura de cheques, orçamentos mensais, controle de receitas e despesas e controle da documentação da associação; na diretoria de associativismo e comercialização, o fortalecimento da cooperação, estímulo à participação dos associados em atividades coletivas, participação nos afazeres da associação, a relação com outras associações, e o planejamento, organização, execução, controle e avaliação da comercialização; na diretoria técnica, o desenvolvimento tecnológico da produção e do beneficiamento dos produtos, a adequação da tecnologia às normas da agricultura orgânica, a recuperação e preservação ambientais e o acompanhamento da relação da associação com órgãos de certificação orgânica; na diretoria de relações públicas, a relação da associação com entidades representativas da sociedade, zelo pela imagem da associação, representação em eventos de divulgação, responsabilidade por meios de divulgação. A associação conta ainda com um conselho fiscal, composto por três sócios. Os mandatos têm duração de três anos.

O estatuto da associação ainda discrimina dois tipos de sócios: os efetivos e colaboradores. Os primeiros devem ser agricultores orgânicos certificados e têm direito a voto nas assembleias enquanto os segundos atuam em prol dos objetivos da associação, não podem votar nas assembleias ou comercializar nos canais de comercialização da associação.

Formada em 2002, a associação passa hoje pela quarta gestão. Na ata da assembleia da fundação da associação, constavam 18 sócios, 14 efetivos e quatro colaboradores. Leal (2005) relata em sua pesquisa a presença mais efetiva de oito agricultores nas reuniões da associação. O número também é o informado por Fernandez (2009) como o núcleo da associação que realmente frequenta as reuniões. Hoje, com o quarto mandato da associação em curso, as reuniões contam com um número pouco maior, em torno de nove a doze associados, embora alguns sócios fundadores tenham se desligado da Agroprata e novos se associado. É o caso,

por exemplo, na atual diretoria executiva, que conta com parentes de um dos sócios fundadores, além de, entre outros participantes colaboradores que têm se interessado pela associação. Ao serem questionados acerca da entrada de novos associados por Leal (2010, p. 75), o depoimento colhido pelo pesquisador em 2004 revela preocupações de um momento em que parecia ainda haver dúvidas entre os não associados acerca da conversão para o sistema orgânico de produção:

Eles [os agricultores que não aderiram ao modo orgânico de produzir] zombavam um bocado da gente. Diziam que não iam conseguir colher nada... Até hoje tem gente que zomba de mim, que diz que não vou colher nada, maracujá essas coisas... que é difícil pra caramba. Mas zombam de mim... Eu colho. De vez em quando eu mostro pra eles, eles ficam quieto assim... olhando assim... Fica meio desconfiado. É... Eu não sei. Pessoal do mato é difícil de você... entender. Tem que ter calma. É assim mesmo.

O cenário de hoje difere daquele apresentado. Já estabelecida a identidade de produtores orgânicos como elemento diferenciador no acesso a mercados, a discussão em torno de novos associados é relacionada a novos canais de comercialização em que estão inseridos os agricultores da Agroprata:

Quando começou a associação tinha muita gente que vinha e queria entrar. Começou a cobrar [no processo de certificação orgânica], foi saindo todo mundo. Agora todo mundo quer entrar porque estamos vendendo. A coisa tá boa. [...] As feiras do Circuito foram a melhor coisa que a gente conseguiu pra garantir mercado. (depoimento de associado da Agroprata, fevereiro de 2012).

Os canais de comercialização dos associados da Agroprata em 2005 consistiam nas feiras livres de Bangu e Piraquara, a feira de produtos orgânicos que foi constituída quando da implementação do projeto no espaço da sede da EMATER-RJ, além da comercialização realizada na “porta”, modalidade de venda em que um comerciante ou freguês busca a mercadoria na casa do agricultor. Hoje os canais de comercialização têm se dividido entre a Feira Orgânica de Campo Grande e as feiras do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, organizadas pela ABIO (Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro) e pela SEDES (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Solidário). Algumas vendas para intermediários permanecem, embora o foco da associação esteja direcionado para as feiras orgânicas na medida em que estas garantem um valor maior aos produtos.

3.2 Associação dos Agricultores Orgânicos de Vargem Grande – Agrovargem, no contexto do Profito

A Associação de Agricultores Orgânicos de Vargem Grande, Agrovargem, foi fundada em dezembro de 2007 e possui 18 associados, de acordo com seu estatuto. Criada no contexto do Profito, um dos objetivos que guiavam a equipe do projeto era a geração de renda a partir da produção de plantas medicinais para uso fitoterápico para os agricultores de Vargem Grande com produção no Maciço da Pedra Branca. Sua constituição contou com a mediação de membros do Profito e pesquisadores do Núcleo de Gestão em Biodiversidade e

Saúde, ligado ao Instituto Farmanguinhos (Instituto de Tecnologia de Fármacos) e à Fiocruz (Fundação Osvaldo Cruz).

Seus objetivos, de acordo com o estatuto da associação, se referem à preservação e recuperação ambiental; promoção do bem estar dos associados; promoção do associativismo e do desenvolvimento social, cultural e econômico sustentável; desenvolvimento, expansão e adoção da agricultura orgânica pelos associados, desde que a renda obtida com a venda dos produtos seja revertida para melhoras e manutenção da associação; desenvolvimento da produção, comercialização e consumo de produtos orgânicos; difusão de informações atinentes à produção agrícola aos associados; integração dos jovens e das mulheres nas atividades socioeconômicas; e representação dos agricultores. Além destes, desde 2011, a associação incluiu outros dois objetivos ao estatuto, quais sejam: gerenciar, operacionalizar, receber e utilizar recursos de qualquer natureza e desenvolver modelos estratégicos de políticas públicas e privadas a fim de fomentar geração de trabalho e renda e o desenvolvimento socioeconômico.

Da mesma forma que a Agroprata, a associação também distingue dois tipos de sócios: os efetivos e os colaboradores. Sua estrutura organizativa conta os cargos da diretoria executiva, da diretoria administrativa e diretoria de associativismo e comercialização. Ao contrário da primeira associação descrita, a Agrovargem teve seu estatuto alterado em 2011 quando, além da inclusão de dois objetivos em torno do qual se organiza a associação, também foram excluídos os cargos da diretoria técnica, de vice-diretor, secretários, e direção de comunicação social.

Também de modo diferente à Agroprata, os agricultores da Agrovargem não têm certificação de produtores orgânicos. Seus produtos são comercializados em feiras livres em bairros próximos como Gardênia Azul, Praça Seca, Taquara, Vicente de Carvalho. Além disso, a associação tem um ponto de venda no bairro, onde dois agricultores revezam em dias alternados, em frente à Associação de Moradores de Vargem Grande. Atualmente, a associação tem buscado formas de garantir a participação em mercados diferenciados, como o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, para isso, buscando obter a certificação de produtores orgânicos para seus associados. Os produtos comercializados pelos agricultores de Vargem Grande consistem, em grande parte, na banana, o aipim, batata-doce além de outras frutas e olerícolas. Também é importante registrar a experiência de dois agricultores que passaram a ter um ponto de comercialização em Vargem Grande, como iniciativa da associação, no âmbito do Profito, projeto que estimulou a criação da Agrovargem:

[Nossa participação com o] Profito foi uma coisa muito importante né? A gente conseguiu ali, a gente já conseguiu tirar, por exemplo, duas pessoas dos atravessadores né? Não é que eu condene atravessador não. Acho que atravessador, em determinado momento, é um mal necessário porque é melhor você vender barato do que não vender. Mas por exemplo já tem o pessoal que tem um pontinho ali embaixo da associação ali que eles colocam a mercadoria deles ali e vendem e conseguem uma renda melhor e estão estimulados com isso entendeu? E estão felizes... e a gente vê lá que não é uma banca só de banana. A gente vê uma banca com bastante produto. A gente tem umas fotos aí da banca com bertalha, taioba, chuchu, quiabo, aipim, muita banana, caqui. Então isso é uma coisa muito legal né? (Entrevista A4)

Esse ponto aqui [de venda] a gente conseguiu pela associação e pela Fiocruz. Pra mim, vou te dizer uma coisa, pra mim, melhorou muito depois que eu arrumei esse ponto. E sabe por causa de quê? Porque eu vendia pros outros, rapaz. Tirava quase um caminhão de banana, chegava na hora, vinha buscar dinheiro, e era aquela mixaria braba. Agora não, eu mesmo vendo, perde minha carga mais da metade, mas o que eu ganho aqui é muito melhor. E agora parei de vender pros outros. Parei, agora não vendo mais não. E a que eu não trago fica lá. A gente come. É mais negócio, né? (Entrevista, A2)

A associação apresenta uma heterogeneidade maior no que toca ao perfil de associados, variando entre agricultores que apresentam uma produção de certa monta e outros que produzem para autoconsumo em quintais e terrenos de suas casas. Isso se deve, em grande medida, à forma com que a associação foi criada no contexto do Profito e tendo em vista a capacitação de agricultores para o plantio de plantas medicinais. Questionados acerca da fundação da associação, os agricultores de Vargem Grande se remetem, na maior parte das vezes, a membros da equipe do Profito enquanto articuladores das primeiras tentativas do início da Agrovargem. Em dois conjuntos de falas a seguir transcritas, pode ser mais bem explicitada esta afirmação:

a gente foi conhecer a associação porque falaram aí pra gente que tinha a oportunidade... Veio a Annelise aí, procurando a gente. Aí eu comecei, eu entrei. Entrou eu, o meu irmão, tinha muita gente interessada no começo e foi saindo tudo, só ficou eu mesmo. Começou aquele grupo e eu conhecia todo mundo já. A Annelise começou a andar, foi na casa do papai. Aí ia lá em casa. Nesse intervalo, eu encontrei a Silvia. Um dia ela me chamou pra descer, que tinha uma reunião. E fizemos a reunião. (Entrevista A1)

Presidente da Agrovargem: Quando deu um dia eu chego aqui em casa e encontro a Annelise aí com uma prancheta junto com Silvia.

Esposa: Com uma máquina fotográfica.

P.A.: Isso. Fazendo uma pesquisa. Então ela perguntou: Ah, eu gostaria de fazer uma entrevista. Aí eu de imediato falei: hoje não dá tempo não.

E.: volta daqui 10 dias.

P. A.: aí ficou aquela história. Não sei se ficou chateada ou não porque eu também não me preocupei se ela ia ficar chateada ou não. Não conhecia ela, nunca tinha ouvido falar dessas histórias. E quando foi no outro domingo estava aqui ela de novo entendeu? E nesse dia sentamos um pouquinho pra conversar. E dessa conversa até então eu não sabia de Profito, de associação, de coisa nenhuma. Se os caras falassem comigo em associação eu ia falar pra procurar outra história, porque... pelo descrédito que a gente vem passando...

o pessoal dessa faixa etária minha é muito descrente dessas coisas né? Histórias que a gente tem conhecimento são terríveis né? Eu não sabia bem o que era associação. Aí conversando com ela, ela fez a entrevista dela e foi embora... foi embora. Passou um tempo, a gente foi convidado pra uma reunião com a população local aqui onde começou toda essa história. Aí eles começaram a plantar a semente de associativismo entendeu? A Silvia, a Annelise... E as coisas nunca acontecem por acaso né? A gente vinha procurando novos caminhos. Eu vinha procurando novos caminhos. O pessoal daqui vinha procurando novos caminhos. Do jeito que nós estávamos, isso que eu tinha te falado, talvez hoje você não tivesse ninguém pra entrevistar. São diversos desafios aqui. A associação também foi um modo da gente se defender. (Entrevista A4)

A constituição da Agrovargem também é expressa na fala de uma mediadora:

Ela nasce nesse contexto de interação com o Profito e com essa questão com o Parque, a necessidade de se defender, de ter direitos, ela é uma questão importante nesse momento (Entrevista M12).

Annelise Fernandez fazia sua pesquisa de doutorado quando também participava do Profito, atuando na equipe do projeto, responsável pelo acompanhamento e reflexão acerca do projeto e também como agente de intervenção. Silvia Baptista, a quem os agricultores também se referiram nas entrevistas, é pedagoga, moradora de Vargem Grande e também integrou a equipe do Profito, a partir de 2007. O Projeto de Plantas Medicinais do Entorno do Parque Estadual da Pedra Branca²⁵, mais tarde rebatizado como Profito, designação também utilizada pelos agricultores quando se referem ao projeto, foi desenvolvido com outras duas associações já existentes no entorno da Pedra Branca, a Agroprata e a ALCRI (Associação de Lavradores e Criadores de Jacarepaguá). O projeto era inicialmente organizado em três fases: diagnóstico, implantação e capacitação. Idealizado na Plataforma Agroecológica de Fitomedicamentos, mais tarde Núcleo de Gestão em Biodiversidade e Saúde, da Farmanguinhos/Fiocruz, o projeto seria desenvolvido com o foco da equipe sobre quatro temas: o primeiro, referindo-se à capacitação dos agricultores sobre formas de plantio de plantas medicinais; o segundo, à disponibilização de informação técnica permanente; o terceiro, à certificação institucional; e o quarto, à criação de redes de comunicação, informação entre atores e instituições.

Idealizado no contexto de implantação da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, o projeto não apresentava uma forma pronta e acabada. Entre suas motivações, estava o ambiente de inovação necessário para a implantação da política uma vez que este implicava “não somente a utilização de novos produtos, mas uma mudança completa nas práticas de saúde”, aliado ao potencial de recursos biogenéticos e o acervo de conhecimentos tradicionais acumulados por populações (Fernandez, 2009, p.272). Orientado dessa forma a

²⁵ Informações sobre o desenvolvimento do projeto em seus primeiros anos podem ser encontradas na tese de Fernandez (2009), da qual várias informações aqui utilizadas foram retiradas, além de entrevistas realizadas com integrantes da equipe. Também participei de reuniões e eventos organizados pelo Profito em que foram colhidas mais informações sobre o projeto.

construir um mercado de plantas medicinais junto aos agricultores do maciço da Pedra Branca – é também em uma das vertentes do Maciço, na Colônia Juliano Moreira, que fica localizado o campus da Farmanguinhos/Fiocruz – o projeto buscou da mesma forma que o da ONG Roda Viva na constituição da Agroprata, um termo de compromisso entre os administradores do Parque e o INEA que institucionalizasse a parceria e permitisse a produção de plantas medicinais. Ao contrário do primeiro projeto, o Profito até a presente data não conseguiu o termo de colaboração com o Parque, processo que envolve compromissos de diferentes instituições.

As negociações com a área de saúde também não foram produtivas. Porque esbarrou com uma série de interesses particulares, desde uma firma terceirizada que fornece plantas medicinais nos postos de saúde até interesses de grupos dentro da secretaria de saúde e da própria Fiocruz que foram contrários aos interesses do Profito (Entrevista M12).

No entanto, tal como em Rio da Prata, os agricultores de Vargem Grande perceberam na adesão ao Profito a possibilidade de fortalecer a produção das plantas medicinais, que eles já cultivavam anteriormente para uso caseiro. O Profito prevê que os agricultores criem Sistemas Agroflorestais²⁶ Medicinais, a fim também de recuperar as áreas degradadas. O projeto prevê, ademais, que os agricultores não tenham as plantas medicinais como único cultivo, mas que continuem a plantar alimentos como vinham fazendo anteriormente, de modo integrado:

Então, dentro do projeto de Farmanguinhos, a produção de cada agricultor que já acontecia ficaria intocada. Mantém. Agora, na área que estiver degradada, onde o agricultor escolher, ele plantaria um SAF medicinal. Não teria condição de abandonar a produção. Claro que houve... em algum momento o INEA quis que fossem só os SAFs. Mas todos foram veementemente contra. Não dá pra fazer isso; é pra fazer uma experiência, né? O projeto tem um caráter de experimentação para construir um mercado... (Entrevista M11)

Em comum aos projetos que formaram as associações, pode-se citar a atenção às questões dos próprios agricultores e o respeito aos seus modos de vida. Ainda que a intervenção externa seja óbvia, ela dá espaço para a agência dos agricultores, na medida em que sua participação no desenho de objetivos do projeto é fundamental para o sucesso dos projetos. Isso é ainda mais válido no caso do Profito²⁷ – na fala de uma entrevistada “mais do que um projeto, um coletivo” – em que se vê a própria participação como um fim em si do projeto. Também é importante para a realização destes projetos a possibilidade para os agricultores de acessarem diferentes mercados, constituindo a melhora das condições de acesso parte fundamental da construção de modos de vida sustentáveis.

²⁶ Os sistemas agroflorestais são formas de manejo que combinam espécies arbóreas com outros cultivos, no caso, plantas medicinais, plantadas de modo consorciado.

²⁷ Consultar Fernandez; Baptista (2010) para uma reflexão sobre a construção do PROFITO e sua metodologia participativa.

É em meio à discussão de acesso a mercados, neste caso, o de mercados para plantas medicinais, que uma das reivindicações toma forma e papel central nos objetivos dos projetos. Necessária para acessar diversas políticas de compras governamentais, inclusive o ainda virtual mercado governamental de plantas medicinais, a DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf se constitui como elemento chave na construção de reivindicações iniciadas por meio dos projetos. Vista pelos agricultores e pelos mediadores como um documento que confere reconhecimento ao indivíduo como agricultor perante o Estado, especialmente no acesso a políticas públicas, a própria DAP tornou-se uma questão de acesso, entendido neste caso como um ativo intangível dos modos de vida, dadas as diversas dificuldades enfrentadas para sua emissão. É importante situar a reivindicação pela DAP no âmbito das discussões do Profito. Foi a partir da proposta de se construir um mercado para plantas medicinais que ela surgiu. No entanto, como diversos outros documentos, muitos dos agricultores já haviam realizado tentativas de emissão do documento junto à EMATER, órgão responsável na cidade do Rio de Janeiro para sua emissão.

Discutida na próxima seção do capítulo, a reivindicação pela DAP faz com que outros atores entrem em cena nessa narrativa. No cenário da construção de modos de vida sustentáveis em torno da agricultura no Maciço da Pedra Branca, as associações podem ser percebidas como espaço de cooperação mútua entre os agricultores na defesa pela manutenção das práticas agrícolas e, conseqüentemente, de seus modos de vida, e na busca pela valorização de seu território, apoiando-se principalmente no direito de uso “sustentável” do mesmo. Contudo, “uma associação não se encontra jamais isolada. Ela participa de agrupamentos, blocos ou redes de associações, diante das quais ela se posiciona” (Cefaï, Veiga e Mota, p.40, 2011). No caso desta pesquisa, essas relações com outras organizações sociais podem ser apreendidas a partir do olhar sobre a Rede Carioca de Agricultura Urbana.

3.3 A reivindicação pela DAP e a Rede Carioca de Agricultura Urbana

A Rede Carioca de Agricultura Urbana surge a partir das mobilizações e articulações inicialmente feitas pelo Programa de Agricultura Urbana da AS-PTA. Reunindo diferentes organizações de agricultores, consumidores, técnicos, acadêmicos, agentes de entidades governamentais, não governamentais, ligados a pastorais sociais, entre outros atores, a Rede busca proporcionar o intercâmbio de saberes e o fortalecimento mútuo das organizações de agricultores. Acerca dos grupos que se envolvem na questão da agricultura urbana no Rio de Janeiro e que compõem a Rede, Mendonça, Canavesi e Monteiro (2007) afirmam que

A grande maioria das iniciativas tem relação com a promoção da segurança alimentar e nutricional das famílias envolvidas. Entretanto, constatou-se também que a agricultura urbana e periurbana cumpre uma série de outras funções, sejam elas educativas, ambientais, de melhoria das condições de saúde, de resgate cultural e de promoção de sociabilidades positivas na cidade (p.26).

Uma das frentes de ação do Programa de Agricultura Urbana foi a construção dos “encontros de promoção da agricultura urbana”, tendo sido idealizados pela AS-PTA, com o

apoio de outros grupos como a ONG Verdejar, a Rede Fitovida, Pastoral da Criança e a Rede Ecológica. A Rede foi formada a partir dos chamados Encontros de Agricultura e Saúde na Cidade, realizados pela AS-PTA desde 2007. A partir desses encontros foram desenhados os eixos que compõem a Rede e organizam suas atividades: o manejo agroecológico de quintais, a alimentação saudável, as plantas medicinais e remédios caseiros e a socioeconomia solidária. Além destes encontros, e seguindo a metodologia criada a partir desses espaços de formação da Rede, também foram realizadas visitas de intercâmbio entre as comunidades, reuniões de trabalho e de formação com os agricultores.

A partir dos Encontros de Agricultura e Saúde na Cidade, espaços onde ocorreram trocas de práticas e experiências, produziram-se materiais de divulgação sobre manejo de quintais urbanos com princípios agroecológicos, preparo alternativo de alimentos usando a produção local, elaboração de remédios caseiros com ervas medicinais e socioeconomia solidária. Construídos a partir das experiências de grupos de agricultores e com suporte de conhecimentos técnicos, esses materiais permitem a propagação e troca de informações entre agricultores urbanos. Para os grupos que trabalham com agricultura urbana, vão se colocando questões de geração de renda, valorização da produção para o autoconsumo e consumo consciente. Também faz parte de suas ações a organização coletiva frente aos conflitos e pressões relacionadas à urbanização cada vez mais intensa sobre as áreas de produção dos agricultores.

Neste sentido, são construídas estratégias de valorização da agricultura. Houve o fortalecimento das feiras, a partir de estratégias de comercialização da produção. A feira pioneira da região metropolitana foi a de Nova Iguaçu, que funciona desde 1999. Em 2010, foi inaugurada a Feira de Queimados e, a partir de 2012, a feira de Magé. As feiras se constituem como espaços em que pode ser percebida a grande diversidade de práticas de agricultura que se desenvolvem nos espaços da cidade²⁸.

A aproximação das associações de agricultores da Pedra Branca à Rede Carioca de Agricultura Urbana se dá por meio de mediadores do Profito que, participando dos espaços promovidos pela Rede, veem a oportunidade de construir parcerias e fortalecer questões que surgiram em meio às necessidades do projeto para a construção de um mercado de plantas medicinais. A pequena agricultura realizada pelos agricultores da Pedra Branca adquire, assim, novos prismas sobre os quais pode ser apreendida, seja a partir de valores da agroecologia ou a partir da inserção em questões sobre a agricultura urbana e periurbana no Rio de Janeiro.

Esse tipo de agricultura tem sido pouco valorizado ou muitas vezes até desconsiderada pelo poder público. Isso pode ser expresso, por exemplo, na dificuldade de acesso a políticas públicas. A maior parte dos agricultores urbanos e periurbanos estão excluídos das políticas públicas direcionadas a agricultura familiar, por não terem acesso à Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Tanto o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) são dois programas de fortalecimento da agricultura familiar e de promoção da segurança alimentar cujo acesso tem sido negado a

²⁸ Informações sobre tais atividades e o histórico da Rede foram colhidas junto a integrantes da Rede em depoimentos informais.

agricultores da Região Metropolitana justamente pela ausência da DAP. A participação na Rede permite que os agricultores e demais agentes que têm atuado no fortalecimento da agricultura urbana e periurbana integrem iniciativas para ampliar o seu reconhecimento.

A Rede Carioca de Agricultura Urbana funciona como um espaço que busca a valorização das práticas dos agricultores e da incorporação crescente de princípios agroecológicos em seus manejos agrícolas. Essa parceria tem sido construída a partir de diversos encontros entre agricultores e agentes sociais ligados à Articulação de Agroecologia do Rido de Janeiro, como por exemplo, a I Festa Estadual de Sementes, ocorrida em Nova Iguaçu, no ano de 2011, cujo objetivo foi apresentar a biodiversidade cuidada pelos agricultores, estimular a troca de sementes crioulas e conhecimentos “para a autonomia dos agricultores”, para a discussão da produção sem agrotóxicos e transgênicos e promoção da segurança alimentar e nutricional das famílias de agricultores e dos consumidores.

É diante desse cenário de mobilização social que podemos situar a agenda presente nas associações de busca por reconhecimento e acesso a políticas públicas, especialmente no que se refere à emissão da DAP. A participação na Rede Carioca de Agricultura Urbana, as questões organizacionais e políticas que surgiram no desenvolvimento do Profito e o engajamento dos agricultores em espaços como o Consea-Rio permitiram que, na busca por reconhecimento, os agricultores e organizações no seu entorno se mobilizassem na formação do chamado Mutirão Pró-DAP.

Entendendo que esses agricultores têm enfrentado dificuldades no acesso a programas direcionados à agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), muito embora a maioria se enquadre nos critérios necessários para emissão da DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf), o fato de terem um modo de vida mais próximo à realidade urbana põe em questão alguns critérios utilizados para acessarem este documento. De acordo com o Art.1º da Portaria do MDA, nº. 17/2010, a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) é o instrumento que identifica os agricultores familiares e/ou suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas, aptos a realizarem operações de crédito rural ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em atendimento ao estabelecido no Manual de Crédito Rural, do Banco Central do Brasil. Ocorre que boa parte dos agricultores familiares, mesmo em áreas rurais, com direito a este documento não o detém por uma série de problemas estruturais dos órgãos estatais, e também por inadequação dos critérios da lei que a criou – Siliprandi e Cintrão (2011) também tratam de algumas restrições da DAP no caso das mulheres agricultoras. A lei 11.326/2006 definiu quatro critérios que o cidadão agricultor deve cumprir para ser categorizado como familiar. No caso específico dos agricultores do Maciço da Pedra Branca, as dificuldades para a obtenção da DAP foram agravadas por se considerar o município do Rio de Janeiro como município eminentemente urbano. Logo, agricultores em imóveis na área urbana não teriam direito à DAP. Soma-se a isto, a delicada relação que se estabelece entre órgãos estatais de assistência técnica e extensão rural e os agricultores que em diversos casos não têm reconhecida a atividade agrícola familiar.

A questão da DAP se faz presente na fala dos agricultores de diferentes maneiras. Para alguns, mais engajados na discussão sobre segurança alimentar por sua participação no Consea-Rio, ela tem um aspecto maior, como reivindicação que reconhece a intersectorialidade da política; para outros, ela aparece de modo menos claro, como meio de acesso para canais de comercialização:

A Emater apareceu uma vez aí no início do PROFITO. Aí foi quando a gente começou essa história de DAP. [...] Isso deve ter uns três anos já e nunca mais voltaram. Não sei se é só a gente, se é uma dificuldade nossa. Não sei se é uma dificuldade da agricultura do município, aqui no Município do Rio de Janeiro eu não vejo a Emater funcionar. Eu vejo funcionar em nova Iguaçu, no interior do Estado do Rio funciona. Mas aqui no município do Rio de Janeiro a gente não consegue que ela funcione não. Até procuro não fazer crítica a isso porque a gente entende né? A gente tem problema político né? Todos os problemas. Mas ao mesmo tempo não entende né? [...] E a gente quer mudar isso, quer contar com assistência técnica. (Entrevista E4)

A gente tem certeza absoluta que hoje em dia já se começou a botar a cara pra fora. Acho que o CONSEA vai ser muito importante nesse processo, que as políticas de SAN vão ajudar muito na nossa agricultura. (Entrevista E2)

A gente sabe também que a DAP não é ponto final: com ela, pelo menos assim a gente espera, a gente consegue apoio para as feiras, para transporte, a gente consegue dizer que a gente existe né? (Entrevista)

A DAP eu quero e é uma coisa que a gente tá pensando na associação, junto com o Profito e a Rede Carioca de Agricultura Urbana. Se é pra vender pras crianças do colégio eu quero. Isso eu quero. Quanto mais rápido sair, eu quero. Mas outras coisas que vêm do tipo financiamento: pegar carro, tirar dinheiro no banco, eu não quero – Deus me livre... (Entrevista E1)

De um modo geral, os distintos objetivos a que a reivindicação pela DAP entre os agricultores da Pedra Branca se referem permite que se relacione esta à questão dos modos de vida sustentáveis em geral. Com a organização em rede, a atuação em parceria com projetos, a adoção de práticas ecológicas de manejo agrícola, a agricultura da Pedra Branca é fortalecida a partir de diferentes atores.

Seja participando em diferentes fóruns, conselhos, tendo representatividade perante grupos políticos, seja imprimindo diferentes valores às suas práticas, formando redes e protagonizando projetos, os agricultores do Maciço da Pedra Branca têm buscado formas de “ganhar visibilidade” e, assim, ter garantias de seu reconhecimento que permitem, em larga medida, fortalecer seus modos de vida e criar condições para sua sustentabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a agricultura na cidade do Rio de Janeiro e, em específico, a agricultura no Maciço da Pedra Branca, implica em pensar diferentes abordagens sobre a cidade e os modos de vida daqueles que a compõem. A pesquisa buscou se aproximar das formas com que se organizam os agricultores da Pedra Branca e o cenário de redes que permitem com que suas práticas sejam fortalecidas e ganhem visibilidade.

Duas imagens das cidades e metrópoles, evocadas por David Harvey chamam atenção na aproximação destas aos indivíduos que as compõem: a primeira aparece em *Rebel Cities* (Harvey, 2010, p.x) quando o autor retoma o filme de Jean-Luc Godard, *Duas ou Três Coisas que Eu Sei Dela* (1967), que se dá “contra um pano de fundo de uma invasão do capital corporativo Americano em Paris, da Guerra do Vietnã [...], do boom da construção de rodovias e arranha-céus, e da chegada de um consumismo sem sentido nas ruas e lojas da cidade”. O mesmo filme de Godard é retomado por Harvey em *Espaços de Esperança* (2000) para significar a cidade enquanto um espaço de formação onde o indivíduo é capturado no sentimento de não pertencimento e fragmentação frente às cenas de construção dos já mencionados grandes prédios e rodovias. Seja na cidade infinitamente produtiva ou na cidade enquanto coisa externa aos indivíduos, à imagem da teia da vida urbana sendo construída por agentes distantes – o Estado, a globalização, o capital ou os monopólios – podemos contrapor, como faz Harvey, alternativas, no nosso caso, tanto analíticas quanto de intervenção: “de repente, eu tive a impressão de que eu era o mundo e o mundo era eu”, diz a personagem no filme. O olhar dirigido às pessoas e seus modos de vida permite ver como se adaptam e recriam repertórios de atividades, estilos de vida, e como se engajam em redes de participação a partir de suas atividades no espaço urbano. Ou ainda, nos apropriando de Harvey, como retomam e recriam seu direito à cidade, sendo que é a partir do poder do espírito humano (da consciência, da utopia) mais do que do poder externo, dos atores distantes, da violência estrutural, que se veem os caminhos em construção para o futuro.

A dissertação buscou dirigir olhares para o desenvolvimento da agricultura na cidade do Rio do Janeiro, entendendo-a como meio de vida para os agricultores do Maciço da Pedra Branca. Se as representações gerais das cidades e, especificamente, das grandes metrópoles tendem a ser direcionadas pelo desenvolvimento econômico e as mazelas do meio urbano, também se torna imperativo nos tornarmos para questões acerca da forma com que as cidades fornecem oportunidades justas de modos de vida e ecologicamente sustentáveis para seus habitantes.

A fundamentação da abordagem dos modos de vida foi apresentada no capítulo I, onde se situou a abordagem em meio às trajetórias das noções de desenvolvimento e sua relação com a agricultura. Embora tradicionalmente com foco no desenvolvimento rural, a abordagem levantou questões que guiaram o olhar dirigido à forma com que se organiza e constrói o modo de vida dos agricultores no Maciço da Pedra Branca. Buscou-se ressaltar a ambiguidade em torno da ideia de ‘modos de vida’ e reforçar a forma com que esta foi tratada por diferentes atores como movimentos sociais, agências de desenvolvimento e *policy makers* no desenho das ambições e realizações de uma perspectiva que tenta dar conta da diversidade de atividades que se empreendem no meio rural. Certamente, o desafio das várias possibilidades de tradução que acompanham a perspectiva (da linguagem sociológica à econômica, da

dificuldade linguística, de aspectos locais para questões mais globais) guiou a análise para levantar as questões tratadas nesta pesquisa, como no tratamento acerca do lugar que a agricultura tem nos meios de vida e como a partir desta se constroem reivindicações.

Em torno do Maciço da Pedra Branca, podem ser vistas hoje iniciativas em curso que buscam articular estratégias políticas que atribuem valores e ampliam os significados da prática da agricultura naquele local. Tais iniciativas podem vir a promover modos de vida sustentáveis na medida em que garantem a permanência da agricultura como atividade ali desenvolvida historicamente e que também preserva recursos naturais. As associações em articulação com redes e projetos de desenvolvimento têm se apresentado como importantes meios para assegurar direitos e construir reivindicações e acesso para agricultores integrados ao meio urbano. A dissertação buscou identificar nesse cenário os agentes que têm contribuído com esse objetivo. Essa foi a perspectiva que orientou o Capítulo II que tratou dos sentidos que a agricultura na cidade do Rio de Janeiro toma ao longo do tempo, da Zona Rural e Sertão Carioca à Zona Oeste do município. Esses sentidos são entendidos tanto enquanto significados para a cidade e o modo de vida dos agricultores como enquanto direções que moldam a relação do poder público em diferentes esferas com o tema da agricultura.

Assim, buscou-se demonstrar que a resistência da agricultura no Maciço da Pedra Branca se deve principalmente a um largo histórico da prática agrícola na região, embora sua decadência tenha sido alarmada por diversos pesquisadores que trataram do tema. No entanto, também podem ser vistas possibilidades de novos significados para a agricultura do Maciço da Pedra Branca, como a perspectiva de conservação da natureza e os sentidos que adquire a agricultura urbana num cenário mais amplo. Esses novos significados se expressam nas estratégias, descritas no Capítulo III, que levam à construção de reivindicações e acesso entre os agricultores das associações Agrovargem e Agrop prata. A própria constituição das associações é entendida como fator importante na manutenção e desenvolvimento da agricultura nas regiões de Rio da Prata e Vargem Grande. As agendas construídas a partir do envolvimento dos agricultores com o Profito e com a Rede Carioca de Agricultura Urbana levam ao fortalecimento da questão sobre o acesso a políticas públicas de segurança alimentar. Neste cenário, reforça-se a necessidade de busca por autonomia, por melhores condições de acesso a mercados e conhecimentos técnicos, culturais e organizacionais e a inserção em espaços de participação política, como o CONSEA-Rio.

Por fim, são elencadas aqui algumas questões suscitadas ao longo do trabalho e que podem dar continuidade as possibilidades de pesquisa sobre o tema. Em primeiro lugar, acerca do fortalecimento e consolidação do conceito de agricultura urbana e periurbana, tanto no campo analítico como enquanto objeto de políticas públicas, cabe questionar e investigar com maior profundidade como se caracteriza a agricultura na cidade do Rio de Janeiro. Entendendo que a agricultura urbana pode se dar em diversos formatos, desde canteiros, quintais a sítios nos perímetros urbanos, como ela pode ser entendida de modo a englobar todas as identidades de agricultores urbanos possíveis. Acerca dessas identidades, também pode se questionar em que espaços elas são construídas e fortalecidas. Na pesquisa, demonstrou-se que as redes e projetos têm papel de grande relevância nesse aspecto. Esses espaços coletivos analisados permitem apontar que no caso dos agricultores do Maciço da Pedra Branca, sua organização em rede, em contraposição a uma posição atomizada, é um ativo imprescindível para garantir sua reprodução, visibilidade, e discussão permanente sobre o lugar da agricultura no espaço urbano, especialmente diante das duas dinâmicas com que lida: a especulação imobiliária e a conservação.

REFERÊNCIAS

- ABREU, S. F. O Distrito Federal e seus recursos naturais. Rio de Janeiro: IBGE, 1957. 318p.
- ALEM, Adriano. Breve Relato sobre a Formação das Divisões Administrativas na Cidade do Rio de Janeiro: períodos de 1961 a 2010. Coleção Estudos Cariocas. IPP. Maio de 2010. Disponível em: www.aramazemdedados.rio.rj.gov.br.
- ALMEIDA, Daniela. A. O. Agricultura urbana e agroecologia na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana (SIMPURB), 2011, Belo Horizonte. Anais do XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 2011.
- ARCE, Alberto. Re-approaching social development: a field of action between social life and policy processes. *Journal of International Development*, Vol 15, pp.845-861, 2003a.
- ARCE, Alberto. Value Contestations in development interventions: community development and sustainable livelihoods approaches. *Community Development Journal*, Vol 38, No 3, pp. 199-212, July 2003b.
- ARRUDA, Juliana. Agricultura Urbana na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: sustentabilidade e repercussões na reprodução das famílias. Tese (doutorado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2011.
- BEBBINGTON, Anthony. Capitals and capabilities: a framework for analysing peasant viability, rural livelihoods and poverty. *World Development*, 27(12), 2012–44, 1999.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. O novo espírito do capitalismo. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- CARNEIRO, Camila Batista Marins. Compras Coletivas de produtos orgânicos e participação política: um estudo de caso da Rede Ecológica (RJ), 2012. 210f. CPDA/UFRRJ Mestrado.
- CEFAÏ, Daniel. (2007). *Pourquoi se mobilize-t-on? Les théories de l'action collective*. Paris: La Découverte/MAUSS.
- CEFAÏ, Daniel; VEIGA, Felipe Berocan, MOTA, Fábio Reis. Introdução: Arenas públicas: por uma etnografia da vida associativa. In: CEFAÏ, Daniel; MELLO, Marco Antonio da Silva; Mota, Fábio Reis; VEIGA, Felipe Berocan (Org.). **Arenas Públicas**: por uma etnografia da vida associativa Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2011. p.9-63
- CHAMBERS, Robert; CONWAY, Gordon R. Sustainable Rural Livelihoods: practical concepts for the 21st century. Brighton, England: Institute of Development Studies, 1991 (Discussion Paper no 296).

COUTINHO, Maura Neves. Agricultura Urbana: práticas populares e sua inserção nas políticas públicas. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais. 2010.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar*, Curitiba, n.24, p.213-225, 2004.

ELLIS, Frank; BIGGS, Stephen. Evolving themes in rural development 1950s-2000s. *Development Policy Review*, Vol 19, No 4, pp. 437-448, 2001.

ELLIS, Frank; SUMBERG, James. Food Production, Urban Areas and Policy Responses. *World Development*, Vol 26, No 2, pp. 213-225, 1998.

ESCOBAR, Arturo. El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. In: MATO, Daniel. (coord.). Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización. Caracas, Venezuela: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, 2005, pp.17-31.

ESCOBAR, Arturo. Una mingua para el postdesarrollo: lugar, medio ambiente y movimientos sociales em las transformaciones globales. Peru, Lima: Programa Democracia y Transformación Global / Universidad Nacional Mayor de San Marcos –Facultad de Ciencias Sociales, 2010. 222p.

ETC Netherlands, 2003. Urban Agriculture Programme – Annotated Bibliography on Urban Agriculture. Digitalizado.

EVANS, Peter. (2002). Collective Capabilities, Culture and Amartya Sen’s Development as Freedom. *Studies in Comparative International Development*, 37(2), pp. 54-60.

FERNANDEZ, Annelise. Do Sertão Carioca ao Parque Estadual da Pedra Branca: a construção social de uma unidade de conservação à luz das políticas ambientais fluminenses e da evolução urbana do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

FERNANDEZ, Annelise; BAPTISTA, Silvia. Capacitação em rede com pequenos produtores de uma unidade de proteção integral: uma reflexão sobre metodologias participativas. Anais do V ENANPPAS - Encontro Nacional da Anppas, 2010.

FERNÁNDEZ, Xavier Simón; GARCIA, Dolores Dominguez. Desenvolvimento Rural sustentável: uma perspectiva agroecológica. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, RS, v.2, n.2, abr./jun. 2001.

FLYVBJERG, Bent. Five Misunderstandings about case-study research. *Qualitative Inquiry*, Volume 12 Number 2, April 2006, pp. 219-245

GALVÃO, M. C. Lavradores brasileiros e portugueses na Vargem Grande. *Boletim Carioca de Geografia – A. G. B.*, v. 10, n. 34, p. 36-60. 1957.

GOMES DE ALMEIDA, Silvio. Construção e desafios do campo agroecológico brasileiro. In: PETERSEN, Paulo. (Org.). Agricultura Familiar Camponesa na Construção do Futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

HARAWAY, Donna J. Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, Thomaz Tadeu da. (Org.). Antropologia do Ciborgue: as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p.37-129.

HARVEY, David. Rebel Cities: from the right to the city to urban revolutions. Verso: London/New York. 2012.

HARVEY, David. Spaces of Hope. Edinburgh University Press: Edinburgh, Scotland. 2000.

HIRSCHMAN, Albert O. Grandeza e decadência da economia do desenvolvimento. In: _____. A economia como ciência moral e política. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986, p.49-80.

HONNETH, Axel. (2003). *Luta por Reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34.

KNAUSS, Paulo; CARVALHO, Sonia. (Orgs.). (2007). *Agricultura urbana: dimensões e experiências do Brasil atual*. Rio de Janeiro: Enda Brasil.

LAW, John. (2004). *After Method: Mess in Social Science Research*. London and New York: Routledge.

LEAL, Pedro Fonseca. Agricultores orgânicos do Rio da Prata (RJ): luta pela preservação social. Niterói, 2005. 81f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

LEAL, Pedro Fonseca. Construção do agricultor “orgânico”: os sitiantes do Rio da Prata, município do Rio de Janeiro (RJ). *Raízes*, vol.30, n.2, p.68-83, jul-dez/2010.

LOVO, Ivana Cristina. Agricultura urbana: um elo entre o ambiente e a cidadania. Tese. (2011).

MALUF, Renato S. Atribuindo sentido(s) ao desenvolvimento econômico. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 15, p.53-86, 2000.

MELUCCI, Alberto. (1996). *Challenging Codes: Collective action in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press.

MELUCCI, Alberto. (2001). *A Invenção do Presente: Movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis, RJ: Vozes.

MENDONÇA, Marcio M.; CANAVESI, Flaviane C.; MONTEIRO, Denis. Agricultura Urbana e a Vida Comunitária no Rio de Janeiro (RJ). In: SANTANDREU, Alain; LOVO, Ivana C. Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas para

sua Promoção: Identificação e Caracterização de Iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas Brasileiras. Documento Referencial Geral. Belo Horizonte, 2007. (digitalizado)

MOUGEOT, L. J. A. (ed.) Agropolis: the social, political and environmental dimensions of urban agriculture. Earthscan/IDRC, 2005.

MOUGEOT, Luc J. A. Urban Agriculture: definition, presence, potentials and risks. In: BAKKER, N. et al. (2000). Growing cities, growing food: urban agriculture on the policy agenda – a reader on urban agriculture. Eurasburg: DSE.

MUSUMECI, Leonarda. *Pequena produção da agricultura: o caso dos hortigranjeiros no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IPE/INPES, 1987.

NEVES, Delma P. Mediação social e mediadores políticos. In: NEVES, Delma P. (Org.). (2008). *Desenvolvimento Social e Mediadores Políticos*. Porto Alegre: Ed. UFRGS.

PIMENTA, M. V. S. Normas e usos do território: áreas agrícolas da Zona Oeste do município do Rio de Janeiro. 2007.

PEREIRA, Márcio de Araújo; SOUZA, Marcelino de; SCHNEIDER, Sérgio. Meios de vida e livelihoods: aproximações e diferenças conceituais. Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro – RJ, v.4, n.1, p.203-224, jun./jul. 2010.

PLOEG, Jan Douwe van der. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, Paulo. (Org.). Agricultura Familiar Camponesa na Construção do Futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

RAVALLION, Martin. The Two Poverty Enlightenments: Historical Insights from Digitized Books Spanning Three Centuries. The World Bank Development Research Group, January 2011. (Policy Research Working Paper 5549). Disponível em: http://www.wds.worldbank.org/external/default/WDSPContentServer/WDSP/IB/2011/01/25/000158349_20110125081632/Rendered/PDF/WPS5549.pdf Acesso em 3 de fevereiro de 2011.

RODRIGUES, Mariana Leal. Mulheres da Rede Fitovida: ervas medicinais, envelhecimento e associativismo. Rio de Janeiro, 2007. 178f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

ROGERS, Everett; EVELAND, J. D. Extending the agricultural extension model. Institute for Communication Research, Stanford, California., Sept. 1976.

SANTANDREU, Alain; LOVO, Ivana. Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção: identificação e caracterização de iniciativas de agricultura urbana e periurbana em regiões metropolitanas brasileiras. 2007. mimeo.

SATHLER, Evandro Bastos. 2010. Os “espaços de incerteza”, a “desterritorialização subjetiva” e o “pacto da conservação”: perspectivas de uma geografia socioambiental das áreas naturais protegidas / Evandro Bastos Sathler. – Niterói, 2010. xix, 334 f.: il.; 29,7cm.

SCHMITT, Claudia Job. Economia Solidária e Agroecologia: convergências e desafios na construção de modos de vida sustentáveis. Mercado de Trabalho, v. 42, p. 55-64, 2010.

SCOONES, Ian. Livelihoods perspectives and rural development, Journal of Peasant Studies, 36:1, p.171-196, 2009.

SEN, Amartya. (2010). Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras. 463p.

PCRJ, SMU. Projeto de Lei Complementar Nº 25/2001 (Mensagem Nº 81/2001) - Dispõe Sobre a Política Urbana do Município, Instituído O Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/urbanismo/>. Acesso em 09-03-07

TOURAINE, Alain. (1999). *Poderemos Viver Juntos?* Iguais e diferentes. Petrópolis, RJ: Vozes.

UN-HABITAT. *The Economic Role of Cities* (The Global Urban Economic Dialogue Series). Nairobi, 2011.

WEBER, Max. Conceito e categorias da cidade. In: VELHO, Otávio Guilherme. (1987). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, pp. 68-89.

WEITZMAN, Rodica. Entre a roça e a cidade: um processo de invenção de práticas alimentares e agrícolas / Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional – PPGAS, 2011.

WHYTE, William Foote. *Sociedade de esquina*: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.